



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

MICHELE BORGES CHAVES DE OLIVEIRA

**DIA INTERNACIONAL DA MULHER:  
ASPECTOS IDEOLÓGICO-ARGUMENTATIVOS  
APREENDIDOS DE DISCURSOS PRESIDENCIAIS  
COMEMORATIVOS**

---

Londrina  
2021

MICHELE BORGES CHAVES DE OLIVEIRA

**DIA INTERNACIONAL DA MULHER:  
ASPECTOS IDEOLÓGICO-ARGUMENTATIVOS  
APREENDIDOS DE DISCURSOS PRESIDENCIAIS  
COMEMORATIVOS**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Isabel Cristina Cordeiro

Londrina  
2021

Oliveira, Michele Borges Chaves de.

Dia internacional da mulher: aspectos ideológico-argumentativos apreendidos de discursos presidenciais comemorativos / Michele Borges Chaves de Oliveira. - Londrina, 2021.

99 f.

Orientador: Isabel Cristina Cordeiro.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Ideologia - Tese. 2. Discurso político - Tese. 3. Argumentação - Tese. 4. Dia Internacional da Mulher - Tese. I. Cordeiro, Isabel Cristina. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

MICHELE BORGES CHAVES DE OLIVEIRA

**DIA INTERNACIONAL DA MULHER:  
ASPECTOS IDEOLÓGICO-ARGUMENTATIVOS  
APREENDIDOS DE DISCURSOS PRESIDENCIAIS  
COMEMORATIVOS**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Isabel Cristina Cordeiro  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosemeri Passos Baltazar Machado  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Luiz Carlos Migliozi Ferreira de Mello  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 13 de outubro de 2021.

## **AGRADECIMENTOS**

A Jesus Cristo, Fonte infinita e inesgotável de conhecimento, que inspirou e direcionou cada palavra deste trabalho

À professora Isabel Cordeiro, minha orientadora, que acolheu toda minha inexperiência e me orientou em quesitos que foram muito além desta dissertação.

A meu marido, por me apoiar incondicionalmente.

**“... Ele dá sabedoria aos sábios e conhecimento aos entendidos”.**

**Daniel 2:21**

OLIVEIRA, Michele Borges Chaves de. **Dia Internacional da Mulher: aspectos ideológico-argumentativos apreendidos de discursos presidenciais comemorativos.** 2021. 99 f. Dissertação de mestrado em Estudos da Linguagem – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

## RESUMO

A interpretação de enunciados é inerente à linguagem, verbal ou não verbal; o texto se constitui como a ferramenta que alça o discurso, e é consenso entre estudiosos das áreas que se dedicam a estudá-lo, que não existe discurso neutro. Logo, o discurso é a materialização de posicionamentos do sujeito, construídos a partir de sua interpelação por ideologias distintas, em um determinado momento sócio-histórico. O discurso político, especificamente, traz em si a particularidade de possibilitar que o enunciador utilize uma diversidade de cenografias (MAINGUENEAU, 2005) para projetar seu *ethos* sobre a audiência. Sendo assim, por meio de revisão bibliográfica envolvendo teorias sobre a construção dos sentidos, sobre a projeção do *ethos* e sobre o estabelecimento de relações de poder na difusão dos discursos, este trabalho visa a analisar aspectos ideológico-argumentativos revelados no discurso de quatro presidentes da República – Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro –, por ocasião da celebração do Dia Internacional da Mulher, a fim de tecer considerações sobre a ideologia que rege seus posicionamentos a respeito do valor social feminino. A discussão proporcionada pelas análises revelou que, apesar da busca em atribuir sentido valorativo ao papel social da mulher, o *ethos* projetado por cada um dos presidentes foi interpelado pela formação discursiva a que foram expostos, fosse ela de natureza política ou pessoal. A seleção lexical priorizada em cada pronunciamento foi a ferramenta que revelou os posicionamentos assumidos pelos locutores e as condições de produção em que cada um dos discursos estava inscrito quando foi realizado foram fundamentais para a produção dos efeitos de sentido apreendidos nas análises.

**Palavras-chave:** ideologia; discurso político; argumentação; dia internacional da mulher; *ethos*.

OLIVEIRA, Michele Borges Chaves de. **Dia Internacional da Mulher: aspectos ideológico-argumentativos apreendidos de discursos presidenciais comemorativos.** 2021. 99 p. Dissertação de mestrado em Estudos da Linguagem – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

### ABSTRACT

Interpretation of enunciation is inherent to language, whether verbal or not; the text appears as the tool that projects the discourse, and it is agreed among the areas that study it that no discourse is neutral. The discourse is, indeed, the materialization of the individual's positioning, built from his interpellation by several ideologies in a certain socio-historical moment. The political discourse, in specific, enables the enunciator to use different scenography (MAINGUENEAU, 2005) to project his *ethos* on the audience. Therefore, through literature review on the construction of meaning, on the projection of the *ethos* and on power relations in the spread of discourses, this work aims to analyze argumentative and ideological aspects in the speech of four Brazilian presidents – Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer and Jair Bolsonaro –, in the celebration of International Women's Day, in order to discuss the ideology underlying their positioning on women's social role. The discussion provided by the analyses showed that despite the aim of attributing valuable meaning to women's social role, the *ethos* projected by each one of the presidents was influenced by the discursive formation they were exposed to, whether it be political or personal. The lexical selection chosen in each speech was the tool which revealed the positionings of each speaker, and the conditions of production in which each speech was inserted were essential to the production of meaning which rose from the analyses.

**Key-words:** ideology; political discourse; argumentation; international women's day; *ethos*.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>16</b>
2.1	INTRODUÇÃO ÀS TEORIAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO.....	16
2.1.1	LINGUÍSTICA TEXTUAL .....	16
2.1.2	ANÁLISE DO DISCURSO .....	18
2.2	<i>ETHOS</i> : DEFINIÇÃO E PROJEÇÕES .....	23
2.3	MÍDIA, DISCURSO E PODER .....	31
<b>3</b>	<b>ANÁLISE DO CORPUS</b> .....	<b>40</b>
3.1	PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA .....	40
3.2	PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF .....	52
3.3	PRESIDENTE MICHEL TEMER .....	68
3.4	PRESIDENTE JAIR MESSIAS BOLSONARO (2019) .....	77
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>88</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>92</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Pode-se dizer que o cenário político brasileiro do final do século XX e do início do século XXI tem sido um tanto quanto conturbado. Se fizermos um recorte da linha do tempo e esmiuçarmos o período da redemocratização, cujo início remonta ao ano de 1988, teremos, de um lado, um país que conseguiu alcançar avanços políticos e econômicos; por outro lado, também iremos nos recordar de planos econômicos polêmicos e incontáveis escândalos políticos, que, em momentos distintos, levaram dois presidentes a sofrerem processo de *impeachment*.

A crise política deflagrada no ciclo eleitoral presidencial de 2014, com a apertada reeleição da então presidente Dilma Rousseff (PT) sobre Aécio Neves (PSDB), teve como um de seus desdobramentos a eleição do então deputado federal Jair Messias Bolsonaro à presidência da República, em 2018.

Enquanto candidato, Bolsonaro – à época, afiliado ao PSL (Partido Social Liberal) – em virtude de declarações e atitudes polêmicas, foi acusado de homofobia, misoginia e racismo por alguns de seus adversários políticos, o que, no entanto, não impediu sua eleição, em 2º turno, sobre o adversário Fernando Haddad, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT). Essa eleição, no contexto histórico, marcou o fim de 16 anos de hegemonia do PT – ou de um partido coligado – na presidência da República.

Além da política, neste início de século, as questões relacionadas ao universo feminino têm sido amplamente difundidas em diferentes segmentos sociais. No Brasil, feminismo, empoderamento, feminicídio e misoginia são alguns dos termos atrelados quando se fala da mulher contemporânea. De acordo com os posicionamentos assumidos sobre o papel que a mulher deve exercer, cada segmento social executa seu próprio juízo de valor, enfatizando a carga ideológica disseminada por determinados grupos. Ademais, o papel atribuído à mulher contemporânea é um discurso socialmente construído, de geração em geração, por isso, será apresentado, a seguir, um breve levantamento histórico acerca dos efeitos de sentido sobre o posicionamento social da mulher brasileira.

Silva *et al* (2005) defendem que, desde a colonização, a visão da mulher tem um cunho pejorativo. Sob a perspectiva do homem branco, a mulher indígena tinha, inclusive, sua conduta associada à presença de Satanás. Dessa forma, a função da igreja seria inibir a sexualidade feminina, já que a mulher, como primeira

vítima do pecado original, merecia ser observada e controlada de perto, durante toda sua vida. Essa perspectiva favoreceu o reconhecimento de um único sexo modelo: o masculino. “A mulher era concebida como um homem invertido e inferior, desta forma, entendida como um sujeito menos desenvolvido na escala da perfeição metafísica” (SILVA *et al*, 2005, p. 72). Essa imperfeição acabou se associando a uma submissão física e biológica, por parte da mulher, e os costumes sociais, submetidos a interesses diversos, impôs diferenças morais aos comportamentos de homens e mulheres.

Na mesma pesquisa, as autoras fizeram um levantamento indicativo de que, devido ao estabelecimento de padrões socioculturais, ao homem foi atribuído o papel de provedor familiar, enquanto sobre a mulher recaía a responsabilidade de cuidar da casa, da família, mantendo um comportamento recatado, religioso e decente. Nesse âmbito, a fertilidade e a sexualidade femininas continuavam representando ameaça e perigo, necessitando de controle, se não pela igreja, pelo sexo oposto.

A discussão acerca da definição de gênero foi iniciada no século XIX, pela sociedade burguesa. Enquanto as diferenças físicas e biológicas determinam o conceito de macho e fêmea, o gênero é uma “construção cultural das características masculinas e femininas, fazendo-nos homens e mulheres” (SILVA *et al*, 2005, p. 73). Porém, vencer o estereótipo de que a mulher é inferior ao homem não tem sido uma tarefa fácil. Até o início do século XX, havia um discurso denominado de teoria da incapacidade da mulher, defensora de “que as mulheres eram emotivas e instáveis, e sob pressão pública não conseguiam tomar decis

ões racionais. Esta teoria supunha que a inaptidão feminina na esfera pública era natural e não cultural ou social” (BARBOSA; MACHADO, 2012, p. 91).

Nessas condições de inferiorização feminina, surgiram os movimentos sociais em favor dos direitos da mulher. Carneiro (2010) afirma que

Em 28 de fevereiro de 1909, nos Estados Unidos, o Partido Socialista da América, (*sic*) propôs a criação de um Dia Internacional da Mulher, com o objetivo de garantir seus direitos em uma sociedade cada vez mais industrializada. A declaração foi assumida pela comunidade internacional no ano seguinte, no II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas em Copenhague, na Dinamarca. Na ocasião, a alemã Clara Zetkin (1857-1933), membro do Partido Comunista Alemão, propôs que fosse designado um dia especial para a luta dos direitos das mulheres. Mas nenhuma data precisa foi definida (CARNEIRO, 2010, p. 2).

A referência ao dia 8 de março como data para celebrar as causas defendidas pelas mulheres surgiu em 1917, após uma greve de trabalhadoras russas, em protesto à 1ª Guerra Mundial e em favor da paz. A comemoração ganhou força na década de 1960, com o fortalecimento da segunda fase do movimento feminista e, em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu, oficialmente, o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher.<sup>1</sup>

Outro marco histórico na consolidação do papel social da mulher brasileira foi sua conquista ao direito de voto. Barbosa e Machado (2012) defendem que essa discussão foi iniciada ao final do século XIX, uma vez que a promulgação da Constituição de 1891 foi estabelecida sobre o preâmbulo da democracia. Sendo assim, se o texto da Carta Magna estabelecia que cidadãos alfabetizados, maiores de 21 anos, poderiam se candidatar para eleições federais ou estaduais, havia uma brecha ideológica que permitia uma discussão a respeito da legitimidade de um regime dito democrático que, entretanto, limita a abrangência da democracia.

A Liga para Emancipação Intelectual da Mulher – fundada em 1920, pelas feministas Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura – e, posteriormente, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, foram movimentos importantes para as causas femininas, dentre as quais, a conquista do direito feminino ao sufrágio, uma vitória consolidada com a promulgação da Constituição Federal de 1934 (BARBOSA; MACHADO, 2012).

O século XX ainda foi palco da dissociação entre a prática sexual e a maternidade, devido à criação da pílula anticoncepcional, disseminada, em alguns contextos, como ferramenta emancipatória da mulher (LEAL; BAKKER, 2017). Ainda assim, no início do século XXI, a visão social disseminada sobre o posicionamento feminino é pejorativa, mais do que valorativa. Como exemplo, pode-se citar a pesquisa, divulgada em 2014, pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em um documento denominado “SIPS - Sistema de Indicadores de Percepção Social: Tolerância social à violência contra as mulheres”, mostrando que mais de 26% dos entrevistados concordam total ou parcialmente com a afirmação de que "mulheres que

---

<sup>1</sup> Carneiro (2010) revela que é incorreta a associação do dia 8 de março com um incêndio ocorrido em 1857, em Nova York, o qual teria provocado a morte de 129 trabalhadoras de uma indústria têxtil, como punição a reivindicações por melhores condições de trabalho. A autora defende que o incêndio em questão ocorreu apenas em 1911, sob circunstâncias diferentes das que são comumente divulgadas, e “não foi a causa direta da escolha de uma data no calendário para fortalecer as bandeiras defendidas pelas mulheres” (CARNEIRO, 2010, p. 2).

usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas", e 58,5% também concordam total ou parcialmente com a afirmação de que "se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros" (p. 23). Ou seja, uma parcela considerável dos cidadãos brasileiros acredita que uma mulher possa e até mereça ser vítima de estupro se não se enquadrar em padrões sociais considerados como adequados; em contrapartida, o que se espera dela é que se vista "como uma respeitável mãe de família" (p. 25). Portanto, torna-se necessário compreender como o momento sócio-histórico (condições de produção) foi fundamental para a consolidação desses posicionamentos, uma vez que "língua, sujeito, história e sentido são concebidos no interior de relações sociais em que saberes e poderes" são indissociáveis no processo discursivo (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2011, p. 16).

Para analisar as condições de produção que constroem os posicionamentos discursivos hoje presentes na sociedade brasileira, deve-se considerar que a carga ideológica disseminada desde a colonização se baseia, entre outros, na estruturação de uma sociedade patriarcal, em que o homem é o chefe de família, provedor, "a unidade controladora e representativa da vida social", não apenas da mulher, mas dos filhos. Isso pode contribuir para uma visão equivocada e a consequente difusão de um discurso autoritário, que conduz ao estereótipo de que a mulher é inferior em relação ao homem (MORAES, 2005, p. 116-117). Considere-se, aqui, que o estereótipo é, fundamentalmente, um esquema coletivo cristalizado, de natureza social e imaginária e, por isso, frequentemente, projeta uma ideia negativa.

Nesse contexto, a mídia tem se mostrado um importante instrumento na disseminação de conceitos sobre como a mulher deve ou não se comportar socialmente. Parte desse poder pode ser atribuído à pluralidade de suas plataformas, tais como televisão, rádio, mídia impressa, mídias sociais etc., e não se pode ignorar o poder de manipulação de um veículo de comunicação, em quaisquer das plataformas que se apresente, sem perder de vista que a mídia, além de retratar a sociedade, influencia os efeitos de sentido produzidos pelas diversas vozes sociais que a permeiam.

Engana-se, entretanto, quem imagina que a mulher assistiu passivamente às posições que lhe foram socialmente atribuídas e, por vezes, impostas. O movimento feminista, que ganhou força, no Brasil, durante a segunda metade do século XX, foi impulsionado por mulheres de classe média (PINTO, 2010) e surgiu como antagônico ao discurso da mulher submissa a seu parceiro, uma vez

que questiona o papel social e a superioridade do homem sobre a mulher. Pinto (2010) menciona que o clamor feminino imanente do início do movimento feminista era “defender a organização independente das mulheres”, sem separar, dividir ou diferenciar suas “lutas das lutas que conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista” (PINTO, 2010, p.17).

À medida que os fatos são apresentados, pode-se perceber que as questões relacionadas à mulher constituem-se, na verdade, como relações de poder, nas quais saber e poder se articulam o tempo todo dentro de cenas enunciativas, sendo que nem sempre é preciso saber muito para ser detentor do poder. Também é fato que, em relações de poder, há elementos diversos que atravessam as condições de produção e, conseqüentemente, determinam os posicionamentos, por exemplo, o discurso conservador sobre a função social da mulher em oposição ao discurso feminista e de empoderamento.

Sendo assim, percebe-se que há uma diversidade de possibilidades para se buscar a interpretação dessa complexa relação, e uma delas seria analisar a forma como os posicionamentos sobre o universo feminino, firmados em ideologias disseminadas por grupos sociais distintos - dentre os quais a mídia, em qualquer de suas formas, ocupa lugar de destaque -, influenciam as escolhas políticas em um sistema dito democrático, como o Brasil. Dascal (2005) pondera que a “'imagem' - do dirigente [...] forma-se, no espírito do auditório, por um processo inferencial (não necessariamente consciente) de interpretação dos atos de discurso e do comportamento do orador” (DASCAL, 2005, p. 66). Isso significa que as escolhas realizadas são atravessadas por questões ideológicas estabelecidas a partir da interpretação do que o candidato diz e de como se posiciona sobre um determinado assunto. Amossy (2005) afirma que

Se cada tipo de discurso comporta uma disposição preestabelecida de papéis, o locutor pode escolher mais ou menos livremente sua *cenografia*. No discurso político, por exemplo, o candidato de um partido pode falar a seus eleitores como homem do povo, como homem experiente, como tecnocrata etc. (AMOSSY, 2005, p. 16).

Portanto, embora os posicionamentos que dizem respeito à mulher não sejam os únicos a serem considerados na escolha de um representante político, seria equivocado negar que, na sociedade contemporânea, eles permeiam o processo

eleitoral, haja vista que, no Brasil, dos últimos quatro presidentes da república, uma foi mulher e o presidente em mandato foi eleito, entre outros, sob situações e declarações polêmicas em torno de questões pertinentes ao universo feminino, dentre as quais algumas até acusadas de misóginas que, impulsionadas pela mídia, levaram a uma divisão que culminou em movimentos virtuais, denominados de #EleSim, que difundia uma posição conservadora da função social da mulher, e #EleNão, que defendia posicionamentos com viés feminista.

Sobre o uso de hashtags como recurso argumentativo, Costa e Baronas (2020) afirmam que elas

se constituem enquanto espaço de inscrição marcadamente política sobre determinado tema, isto é, utilizando determinadas hashtags, os internautas procuram se associar a essa interdiscursividade que pulsa nas redes sociais sobre os debates acalorados do momento sócio-histórico (COSTA, BARONAS, 2020, p. 60).

Eggs, por sua vez, (2005) defende que há uma ética, ou

*sistema de avaliação normativa* que nos guia em nossos julgamentos sobre a *conveniência*, isto é, sobre a manifestação *justa e adequada* de um sentimento em um dado cenário e, no caso de um discurso argumentativo, diante de um auditório determinado (EGGS, 2005, p. 44).

Isso significa que, em um processo eleitoral, o eleitorado opta pelo posicionamento que se mostra mais conveniente, de acordo com sua formação ideológica.

Portanto, considerando os papéis sociais atribuídos à mulher, por meio de revisão bibliográfica, envolvendo teorias sobre a construção do sentido, a projeção do *ethos* e sobre o estabelecimento de relações de poder na difusão dos discursos, este trabalho almeja, de modo geral:

- Analisar os discursos dos quatro últimos presidentes da República (Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro), em virtude da comemoração do Dia Internacional da Mulher, com um *corpus* coletado na *internet*, em plataformas de compartilhamento de vídeos e em órgãos oficiais da Presidência da República.

Em específico, almeja-se:

- Analisar os recursos argumentativos utilizados nos discursos

analisados;

- Discutir o papel da ideologia que rege os posicionamentos sobre o valor social feminino;
- Analisar e discutir como os recursos argumentativos influenciam a projeção do *ethos*.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: no capítulo 2, será apresentado o referencial teórico que fundamentou este trabalho; no capítulo 3, serão realizadas as análises e discussões dos discursos presidenciais. Para encerrar, serão apresentadas as considerações finais da pesquisa.



## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, dividido em três partes, será apresentado o referencial teórico que norteou este trabalho. A primeira seção trará uma introdução à Análise do Discurso; a segunda apresentará considerações sobre definição e projeção do *ethos*. Por fim, a terceira seção irá discutir como mídia, discurso e poder se relacionam.

### 2.1 INTRODUÇÃO ÀS TEORIAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO

Este capítulo será iniciado com a apresentação das considerações sobre a Linguística Textual e a Análise do Discurso, as duas teorias da construção do sentido que constituem a base teórica deste trabalho.

#### 2.1.1 Linguística Textual

A Linguística Textual, doravante LT, desenvolveu-se, principalmente, na Alemanha, almejando ressignificar indagações relacionadas ao texto que a gramática do enunciado não fora capaz de responder. Fávero (2016) afirma que

O termo Linguística Textual aparece já em 1955, no trabalho de Cosériu, *Determinación y Entorno*, porém, no sentido que lhe é atribuído, foi empregado pela primeira vez por Weinrich, em 1967. Devido à diversidade de concepções de texto, várias são as denominações: Teoria de Texto (Schmidt), Textologia (Harweg), Teoria da Estrutura do Texto – Estrutura do Mundo (Petofi), Análise do Discurso (Harris), Translingüística (Barthes) (FÁVERO, 2016, p. 55).

No Brasil, o início da Linguística Textual se deu na década de 80, tendo como primeiro representante o trabalho denominado *Por uma gramática textual*, do professor Dr. Ignácio Antônio Neis (PUCRS), publicado em 1981. Em uma retomada histórica da trajetória da Linguística Textual, Fávero (2016) considera que o trabalho do professor Neis ressalta a construção das gramáticas de texto e a relevância atribuída à coerência, considerada, à época, como propriedade textual.

A autora cita, ainda, a obra de Marcuschi, publicada em 1983, *Linguística de texto – o que é e como se faz*, na qual é apresentado o esquema geral e provisório das categorias textuais, a saber: fatores de contextualização, fatores de conexão sequencial (coesão), fatores de conexão conceitual-cognitiva (coerência) e fatores de conexão de ações (pragmática) (FÁVERO, 2016).

Por fim, Fávero (2016) menciona a obra que escreveu em parceria com a professora Ingedore Koch, em 1982, *Linguística textual – uma introdução*, e que foi dividida em três capítulos: o primeiro trata da origem do termo Linguística Textual e apresenta as diferentes abordagens teóricas que envolvem sua conceituação. O segundo capítulo aponta os precursores dessa ciência da linguagem – retórica, estilística e formalismo russo – e faz considerações sobre as cinco partes da técnica de retórica da Antiguidade Clássica. O terceiro e último capítulo apresenta autores que se debruçaram sobre propriedades textuais ou a construção de modelos de gramáticas textuais.

A Linguística Textual propõe uma abordagem de interpretação no processo de construção do sentido. O primeiro deles é a noção de linguagem, vista "como forma de ação, ação sobre o mundo dotada de intencionalidade, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade" (KOCH, 1987, p. 17). Nesse âmbito, considerados os critérios de construção do sentido propostos por Marcuschi, neste trabalho, será empregada a intertextualidade, de acordo com a qual "a produção/recepção de um dado texto depende do conhecimento de outros textos por parte dos interlocutores, ou seja, dos diversos tipos de relações que um texto mantém com outros textos" (KOCH, 2009, p. 42). A autora defende que a presença de um texto em outro é inevitável, e que a intertextualidade pode se manifestar de duas formas: explícita, quando a fonte do intertexto é informada, e implícita, quando não há "menção da fonte, com o objetivo quer de seguir-lhe a orientação argumentativa, quer de colocá-lo em questão, para ridicularizá-lo ou argumentar em sentido contrário" (KOCH, 2009, p. 146). Como a intertextualidade é um fator discursivo, e não linguístico, depende do conhecimento prévio do receptor do texto para que a construção do sentido atinja seu objetivo total.

Koch (2009) dá ao termo um sentido amplo e um restrito, postulando a existência de uma intertextualidade (ou polifonia), em sentido amplo, "constitutiva de todo e qualquer discurso", e de uma intertextualidade *stricto sensu*, "atestada, necessariamente, pela presença de um intertexto" (KOCH, 2009, p.145).

Para a autora, a intertextualidade é um poderoso recurso de argumentação: a intertextualidade explícita comporta um grau mais elevado de argumentatividade e a implícita, um grau menor, pois o intertexto pode se tornar ou não um argumento decisivo para convencer, persuadir, atrair o leitor. Portanto, a intertextualidade não é uma simples adição de textos, mas um trabalho de assimilação

e de transformação de outros textos, com vista a determinados objetivos.

A noção de intertextualidade, da presença contínua de outros textos em determinado texto, leva-nos a refletir a respeito da individualidade e da coletividade em termos de criação, uma vez que todo texto nasce de uma criação coletiva: a voz do produtor do texto mescla-se ao coro de outras vozes que já trataram do mesmo assunto e com o qual está em acordo ou desacordo.

### 2.1.2 Análise do Discurso

No Ocidente, as primeiras análises linguísticas aconteceram no século VI a.C, na Grécia antiga. Ao longo dos vinte e cinco séculos seguintes, enfrentaram continuidades e descontinuidades, até que, já no século XX, na década de 1950, surgiu a concepção de novos objetos teóricos, tais como mudança linguística, *langue*, competência, fala e variação. A segunda metade do século XX foi marcada pelo surgimento de teorias enunciativas, pragmáticas, textuais e discursivas (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2011).

No final da década de 1960, o pesquisador Michel Pêcheux, amparado pelo trabalho de Canguilhem e Althusser, apresentou a teoria da análise do discurso de linha francesa. Os estudos de Pêcheux sobre língua e linguagem divergiam do estruturalismo, marcado pela negação do sujeito e da situação, e da gramática gerativa transformacional de Noam Chomsky, que atribui valor biológico à linguagem (BRASIL, 2011). Garcia (2003) afirma que

Para Pêcheux, era inadequado (e por isso inaceitável) manter o abismo reinante entre prática lingüística (como tentativa de produção a-política de discursos sobre a linguagem pela "ciência" lingüística) e prática política (como conjunto de atividades que pressupunham o mito da transparência da linguagem) (GARCIA, 2003, p. 122).

Dessa forma, a Análise do Discurso, doravante AD, engloba três regiões do conhecimento: o materialismo histórico, caracterizado pelas formações sociais e suas transformações; a linguística, teoria dos mecanismos sintáticos e processos de enunciação (elaboração do discurso); e a teoria do discurso, caracterizada pela determinação histórica dos processos semânticos.

Os estudos do discurso começaram a circular no Brasil durante a década de 1970 e, na década seguinte, houve a difusão e a consolidação dos pressupostos da análise do discurso de linha francesa, que se constituíram como base

de avanços teóricos e legitimação institucional (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2011).

A AD defende que o discurso é a materialização de posicionamentos do sujeito, construídos a partir de seu assujeitamento a ideologias distintas, em um determinado momento sócio-histórico, também denominado de condições de produção. Sendo assim, a produção de efeitos de sentidos apenas será possível “através da ancoragem histórica, pensada como materialidade social e ideológica (historicidade)” (GARCIA, 2003, p. 124).

Na perspectiva da AD, o sujeito não é um indivíduo corporificado; é, antes, uma voz, inconsciente, que só diz o que diz porque as condições de produção a que é submetido lhe permitem dizer. Isso significa que o sujeito, em AD, não é autônomo e, nessa relação de assujeitamento, língua e ideologia têm papel primordial. O texto, que se constitui como a materialização da língua, é a ferramenta que alça o discurso, produzindo efeitos de sentido que resultam em algo, uma vez que a linguagem, verbal ou não, é sinônimo de interação. Garcia (2003) pondera que “Pêcheux chama de lugar material à base lingüística sobre a qual vão se realizar os processos discursivos (ou a produção de efeitos de sentido)” (GARCIA, 2003, p. 129). Tais efeitos de sentido tornam-se possíveis devido à interpelação do sujeito pela ideologia, que, materializada por meio da linguagem, torna-se inerente à construção dos sentidos. A determinação de qual efeito de sentido prevalecerá sobre outros ficará a cargo da formação discursiva (FD), parte constituinte de uma formação ideológica. Garcia ainda postula que

uma FD deve ser entendida como dois ou mais discursos em um só, estabelecendo a contradição como seu princípio constitutivo, sendo então uma unidade dividida e heterogênea, seu contorno sendo fundamentalmente instável, pois não há limites rígidos a separar os elementos internos de seu saber daqueles que lhe são exteriores. O domínio de saber de uma FD funciona como um princípio de exclusão do que nela não é formulável, em função da formação ideológica (FI) de que provém (GARCIA, 2003, p, 135).

A noção de ideologia, em AD, é um conceito central, que vai além de um conjunto de ideias, e deriva do trabalho de Althusser, representando "uma relação imaginária dos indivíduos com sua existência, que se concretiza em aparelhos e práticas. Segundo ele, a ideologia está ligada ao inconsciente, pelo viés da interpelação dos indivíduos em sujeitos" (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2018, p. 267-268). Essa ligação ao inconsciente está fundamentada na psicanálise lacaniana – constituída como uma releitura da psicanálise freudiana – segundo a qual a

linguagem é o que dá veracidade ao inconsciente que, por sua vez, está contido na subjetividade. Sob essa perspectiva, o inconsciente é estruturado como linguagem e não pode ser entendido como fantasia, uma vez que é por meio da língua que o ideológico se materializa (GARCIA, 2003).

Outro conceito fundamental em AD é o da interdiscursividade, ou memória discursiva. Orlandi (2001) o classifica como

o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. [...] Todos esses sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes, têm um efeito (ORLANDI, 2001, p. 31).

De acordo com essa definição, não há originalidade na enunciação: tudo o que está sendo dito no presente já foi dito em algum momento passado e será dito futuramente, sob condições de produção específicas. Esse conceito se justifica pela interpelação a que o sujeito é submetido na perspectiva da AD. Garcia endossa tais argumentos, ao afirmar que

O interdiscurso constitui-se, então, no domínio de saber próprio a uma FD, funcionando como um princípio de aceitabilidade discursiva, ou seja, determinando o que pode e deve ser dito, e excluindo o que nela não é formulável, promovendo, pois, a repetição, a redefinição, ou o recalque e a negação dos elementos do saber. O interdiscurso incorpora os elementos pré-construídos, produzidos exteriormente à FD, mas atuando como se sempre estivessem estado lá. É então através da repetição do pré-construído que os objetos do discurso adquirem sua "estabilidade referencial" ou produzem a "ilusão da transparência dos sentidos" (GARCIA, 2003, p. 135-136).

Baseando-se na *Gênese do Discurso* de Maingueneau (1984), Brandão (1997) busca aprofundar a noção de interdiscurso a partir da explanação de três conceitos desenvolvidos pelo analista francês: universo discursivo, campo discursivo e espaços discursivos.

O universo discursivo representa um amplo conjunto de formações discursivas dadas/finitas, o qual não pode ser totalmente apreendido, portanto, apenas fornece ao analista do discurso um norte para a construção dos campos discursivos. Estes, por sua vez, são compostos por formações discursivas de uma mesma formação social, preenchida de forma distinta, sendo que a mediação dessas diferenças conduz a uma relação que pode ser polêmica, de aliança, ou de

neutralidade. A impossibilidade de se estudar, integralmente, os campos discursivos proporciona seu recorte em subcampos, denominados de espaços discursivos, os quais servem a propósitos de análise estabelecidos pelo analista do discurso, com base em um conhecimento teórico e um saber histórico (BRANDÃO, 1997; CARVALHO, 2010). Nesse âmbito, no universo de formações discursivas irrepresentáveis que compõem a sociedade brasileira, a política é um campo vasto, do qual o discurso presidencial é um espaço discursivo que dissemina os posicionamentos do grupo detentor do poder em um determinado momento sócio-histórico, dos quais, por meio da análise, surgirão efeitos de sentido assujeitados à formação discursiva (FD) do analista. Possenti (2003) defende que

só estão disponíveis, para cada FD, os pré-construídos cujo sentido é evidente para essa FD. [...] De fato, o que "pertence" a uma FD ou é retomado, afirmado, ou, alternativamente, denegado. Mas o que pertence a outra FD, mesmo fazendo parte do interdiscurso (o que é óbvio, dada a definição), só pode ser recusado, ironizado, parodiado, tornado simulacro. (POSSENTI, 2003, p. 141).

Ainda nesse sentido, é possível afirmar que o discurso político, objeto de análise deste trabalho, traz em si uma particularidade: possibilita que, em um determinado espaço discursivo, o enunciador utilize uma diversidade de cenografias para se dirigir a sua audiência, conforme definição de Maingueneau (2005). O autor desenvolveu o conceito de cena de enunciação, a qual é constituída por três cenas distintas: cena englobante, cena genérica e cenografia.

A cena englobante seria o tipo de discurso, sua pragmática: no caso deste trabalho, o discurso político. Carvalho (2010) enriquece esse conceito, ao afirmar que a cena englobante “nos situa para interpretarmos o discurso, mostrando-nos em nome de que ele interpreta o coenunciador e tendo em vista com qual finalidade ele foi organizado” (CARVALHO, 2010, p. 35). A cena genérica está associada ao gênero, à instituição discursiva, que aqui se manifesta como um discurso presidencial. A associação entre cena englobante e cena genérica “definem o quadro cênico do texto, o espaço estável no qual o enunciado tem sentido” (CARVALHO, 2010, p. 35). Por fim, temos a cenografia, que se constrói no texto e pelo texto e está apoiada

na memória coletiva a fim de legitimar um enunciado e ao mesmo tempo ser legitimada por ele. Ela só se manifesta plenamente se mantiver certa distância em relação ao coenunciador, para que ela

mesma controle seu desenvolvimento. Desse modo, a escolha da cenografia não se dá sem propósitos, uma vez que o discurso se desenvolve a partir dela, no intuito de conquistar a adesão com a instituição da cena enunciativa que o torna legítimo (CARVALHO, 2010, p. 35).

Nesta análise, a cenografia se constitui como um monólogo oratório de viés comemorativo, em virtude do Dia Internacional da Mulher, e está condicionada pela cena genérica, uma vez que o discurso presidencial proporciona ao locutor - o presidente da República - a possibilidade de monopolizar o uso da palavra e evitar interações conflituosas, favorecendo-o, no sentido de que pode impor seu posicionamento durante o período em que fizer uso da palavra. A partir desses vestígios, o enunciatário adere – ou não – aos posicionamentos disseminados.

Maingueneau ainda afirma que

O discurso político é [...] propício à diversidade das cenografias: um candidato poderá falar a seus eleitores como jovem executivo, como tecnocrata, como operário, como homem experiente etc. (MAINGUENEAU, 2005, p. 76).

No que diz respeito aos pressupostos teóricos sobre texto e discurso, é possível inferir que, tanto em AD como em LT, os elementos que proporcionam a construção do sentido, embora possam ser abordados separadamente, estabelecem, entre si, uma relação de interdependência. É possível perceber pontos de convergência em suas abordagens, em especial, no que tange ao conceito de intertextualidade e de interdiscursividade:

Charaudeau (1993d) vê no 'interdiscurso' um jogo de reenvios entre discursos que tiveram um suporte textual, mas de cuja configuração não se tem memória [...]. Por sua vez, o 'intertexto' seria um jogo de retomada de textos configurados e ligeiramente transformados" (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2018, p. 286).

Outro aspecto importante a respeito do discurso é o consenso de que não há discurso neutro. Em LT, Koch (1987) defende que "a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende 'neutro', ingênuo, contém também uma ideologia" (KOCH, 1987, p. 19) e, em AD, Orlandi (2001) afirma que "não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos" (ORLANDI, 2001, p. 9).

Dessa forma, o texto é o elemento que carrega a materialidade da língua e, portanto, conduz a seleção lexical a um papel determinante. Nesse âmbito,

a combinação entre palavras de classe aberta e classe fechada carrega a carga ideológico-argumentativa que produz os efeitos de sentido de um enunciado. As palavras de classe aberta são os substantivos, verbos, advérbios e adjetivos; as de classe fechada são artigos, pronomes, preposições e conjunções. Dentre elas, destacam-se os substantivos, que, na classe aberta, influenciam verbos e adjetivos e, na classe fechada, artigos e determinados pronomes que atuam como seus determinantes. Camacho, Dall’Aglio-Hattner e Gonçalves (2014) esclarecem que

Morfossintaticamente, os substantivos estão integrados na categoria gramatical de número e de gênero, distribuindo-se, respectivamente, nas classes singular/plural e masculino/feminino, marcas presentes no núcleo nominal que são responsáveis pelo desencadeamento de concordância nominal e, mais especificamente, a marca de número, responsável pela concordância verbal. Vale, nesse ponto, lembrar que, segundo o padrão gramatical, os adjuntos do núcleo nominal devem se ajustar a ele em gênero e número; o verbo deve concordar com o sujeito em pessoa e número (CAMACHO, DALL’AGLIO-HATTNER, GONÇALVES, 2014, p. 14).

Na próxima seção, serão apresentadas considerações a respeito da definição e projeção do *ethos*.

## 2.2 *ETHOS*: DEFINIÇÃO E PROJEÇÕES

No que diz respeito às teorias sobre a argumentação, é importante ressaltar que, desde seu início, a pragmática considerou a importância de fatores contextuais para o processo de construção do sentido (DASCAL, 2005), no qual as interpretações provenientes de "gestos, da orientação, do olhar, da expressão facial, do tom da voz etc. [...] são de fato consideradas fazendo parte da atividade discursiva que, sem elas, seria incompleta e insuficiente" (DASCAL, 2005, p. 62). Portanto, deve-se ter em mente que, nos discursos analisados neste trabalho, cada presidente faz uso de determinados artifícios no processo argumentativo da construção de sua imagem perante a audiência. O enunciado produzido em cada discurso corresponde ao surgimento de um mundo com o qual a identidade do locutor é compatível (MAINGUENEAU, 2005), por isso, na realidade de seu universo particular, cada discurso é perfeitamente verossímil, sendo essa verossimilhança indissociável da carga ideológica e da formação discursiva a que cada locutor foi previamente exposto.

Quando se fala sobre a construção de imagem perante uma audiência, discorrer sobre o conceito de *ethos* torna-se essencial. Amossy (2005)



afirma que o termo foi mencionado, pela primeira vez, na teoria polifônica da enunciação de Oswald Ducrot e Maingueneau (2005) pontua que sua noção vem da retórica, mas que, em AD, seu conceito vai além das noções iniciais de argumentação.

A compreensão do conceito de *ethos* passa pela história da retórica. Enquanto teoria da argumentação, ela surgiu na Sicília grega, por volta de 465 a.C., com origem judiciária, tendo Córax como nome de referência. No final do mesmo século, Górgias emergiu como representante da retórica enquanto fonte estética e literária (REBOUL, 2004). Foi Aristóteles, no entanto, quem lançou os fundamentos da retórica como é concebida na atualidade. Reboul (2004) expõe a perspectiva aristotélica, segundo a qual a retórica, essencialmente, “é a arte de achar os meios de persuasão que cada caso comporta” (REBOUL, 2004, p. 24). Nesse âmbito, o autor defende que a função essencial da retórica é proveniente de sua definição e os meios que tornam um discurso persuasivo podem ser de natureza racional ou afetiva. Os meios de natureza racional são os argumentos, os quais podem ser de dois tipos: os que se amparam no raciocínio silogístico e os que se amparam no exemplo. Já os meios de natureza afetiva são o *ethos*, “o caráter que o orador deve assumir para chamar a atenção e angariar a confiança do auditório, e por outro lado o *patos*, as tendências, os desejos, as emoções do auditório das quais o orador poderá tirar proveito” (REBOUL, 2004, p. XVII). Dessa forma, o caráter persuasivo do discurso está firmado sobre dois aspectos centrais: o argumentativo e o oratório. A linguagem corporal e a maneira de falar são aspectos oratórios, já a seleção lexical é um aspecto argumentativo, pois exprime a tese a ser desenvolvida no discurso (REBOUL, 2004). Pode-se afirmar, portanto, que na escala da argumentatividade que subjaz a construção dos sentidos, a seleção lexical tem papel determinante. A escolha de determinados substantivos e verbos em detrimento de outros, a adjetivação, o uso de metáforas, a modalização e quaisquer outras estratégias de construção dizem muito a respeito da carga ideológico-argumentativa latente em um enunciado. Oliveira (2014) usa citação de Andrade (2009) para ratificar que a seleção lexical tem a finalidade específica de transmitir a opinião do enunciador e aproximá-lo do enunciatário, a fim de proporcionar envolvimento entre ambos e, ao final do processo, transformar este em coenunciador daquele (ANDRADE, 2009 apud OLIVEIRA, 2014).

A Retórica de Aristóteles, então, traz consigo três conceitos essenciais para a argumentação: *ethos*, *logos* e *pathos*. Essa concepção defende que o *ethos* diz respeito à virtude, ao caráter, por tratar da imagem que o locutor projeta

de si mesmo no discurso; o *pathos* diz respeito à paixão e ao afeto, por tratar da maneira como o receptor / ouvinte será persuadido pela argumentação; o *logos*, por sua vez, diz respeito ao raciocínio, por tratar do discurso em si.

Em seu estudo a respeito da Retórica de Aristóteles, Eggs (2005) pondera que

o *logos* convence em si e por si mesmo, independentemente da situação de comunicação concreta, enquanto o *ethos* e o *pathos* estão sempre ligados à problemática específica de uma situação e, sobretudo, aos indivíduos concretos nela implicados (EGGS, 2005, p. 41).

Em uma outra análise da Retórica de Aristóteles, Dascal (2005) aborda o aparente distanciamento que a natureza do *ethos* e do *pathos* parece promover entre estes e a lógica argumentativa. O autor afirma, no entanto, que, sob uma perspectiva argumentativo-cognitiva que busque uma aproximação entre retórica e pragmática, é possível incluir o *ethos* e o *pathos* na unidade da retórica aristotélica. Esse argumento está firmado na ideia de que

se a percepção de um caráter projetado afeta a avaliação de um argumento pelo auditório e se, além disso, como vimos, as propriedades de caráter são absolutamente relevantes para a avaliação de um argumento quando são tematizadas explicitamente, então não há nenhuma razão para supor que elas perdem seu valor argumentativo e sua relevância quando não são tematizadas, mas apenas projetadas pelo locutor e absorvidas pelo auditório. Nos dois casos, a credibilidade do locutor afeta a plausibilidade de seu argumento (DASCAL, 2005, p. 61).

Neste ponto, a pragmática se revela importante, justamente, por reconhecer que as informações contextuais provenientes de canais não discursivos são fundamentais para a produção dos efeitos de sentido. Dascal (2005) transpõe a abordagem de Eggs (2005), ao afirmar que, embora a pragmática não reconheça a importância interpretativa do *ethos* dentro do ato discursivo, uma abordagem pragmático-retórica forneceria contribuição “direta”, não tematizada, do *ethos* transmitido - por canais discursivos ou contextuais -, no sentido de que poderia estabelecer-se sem ser mencionada (DASCAL, 2005).

Eggs (2005) ainda defende que o fato de o *ethos* se reportar à imagem que o locutor projeta de si próprio em uma cena enunciativa não é um processo natural ou inato; antes, é uma construção moral, e

é preciso ver que essa moralidade não nasce de uma atitude interior ou de um sistema de valores abstratos; ao contrário, ela se produz pelas escolhas competentes, deliberadas e apropriadas. Essa moralidade, enfim, o *ethos como prova retórica* é, portanto, *procedural* (EGGS, 2005, p. 37).

Portanto, no âmbito das “escolhas competentes” que contribuem para a projeção do *ethos*, a seleção lexical merece destaque, uma vez que o emprego de determinadas palavras, em detrimento de outras, confirma a ausência de neutralidade do discurso, além de ser capaz de revelar a disposição ética do orador: "A língua, testemunha fiel da complexidade de nossos sentimentos e disposições éticas, o mostra por meio de palavras" (EGGS, 2005, p. 52).

Sabendo, ainda, que os efeitos de sentido estão assujeitados às condições de produção, deve-se considerar o peso do discurso de um presidente na construção do sentido, uma vez que o cargo representa a autoridade máxima do Poder Executivo no país, e também porque o discurso político se inscreve em um gênero com características específicas, de forte carga ideológica, o que também influencia a projeção do *ethos*.

Maingueneau (2020) defende que “O *ethos* efetivo de um enunciador resulta [...] da interação entre seu *ethos* pré-discursivo, seu *ethos* discursivo (*ethos* mostrado), os fragmentos do texto no qual ele evoca sua própria personalidade (*ethos* dito)” (MAINGUENEAU, 2020, p. 12). O *ethos* oral “impõe a fala imediata de um locutor encarnado” (MAINGUENEAU, 2005, p. 74), situação na qual se enquadram os oradores que terão seus discursos analisados neste trabalho. O *ethos* discursivo se refere à construção da imagem que o auditório projeta do orador a partir de palavras, atitudes e linguagem corporal dentro de uma determinada enunciação; o *ethos* pré-discursivo, por sua vez, se estabelece sobre um juízo prévio que a audiência tem do orador, no qual cada enunciação confirma ou refuta o que já havia sido previamente construído (MAINGUENEAU, 2005). O *ethos* pré-discursivo, portanto, está, intimamente, relacionado ao discurso político e irá direcionar a interpretação do auditório sobre valores éticos e morais difundidos pelo orador.

Dessa forma, no processo de construção do *ethos*, é indispensável abordarmos o conceito de estereótipo, que se constitui como uma construção sociocultural, um esquema coletivo cristalizado, com denotação frequentemente negativa. Amossy (2005) afirma que, para que o auditório reconheça a ideia prévia que faz do locutor e a imagem que este projeta de si, ambas devem ser assumidas

em uma doxa<sup>2</sup>, ou seja, precisam estar inscritas em representações partilhadas. “É preciso que sejam relacionadas a modelos culturais pregnantes, mesmo se se tratar de modelos contestatórios” (AMOSSY, 2005, p. 125). Maingueneau (2020) complementa esse posicionamento, defendendo que

mesmo que nada saibamos do indivíduo [...] O simples fato de um texto resultar de um tipo, de um gênero de discurso e de determinado posicionamento ideológico induz expectativas em termos de ethos (MAINGUENEAU, 2020, p. 12).

No âmbito político brasileiro, o estereótipo tem-se feito presente através de fatos históricos que favorecem a cristalização da imagem do representante político, essencialmente, desonesto, corrupto e interesseiro ou, em uma perspectiva “otimista”, o que “rouba, mas faz”. Maingueneau (2005) também trata da validação de modelos estereotipados, que se fixam no inconsciente coletivo como modelo valorizado ou antimodelo. Via de regra, o discurso político, no Brasil, fixou-se como antimodelo, graças à consolidação do estereótipo do representante político corrupto. O estereótipo, entretanto, não implica anulação de recursos persuasivos perante a opinião pública.

Retomando a consideração de Amossy (2005) sobre representações partilhadas, podemos considerar que não é apenas o representante político que conta com um estereótipo: o eleitor brasileiro também conta com a imagem cristalizada de que “não sabe votar”, “tem memória curta”, “gosta de ser enganado”, entre outros.

Eggs (2005) menciona a *phrónesis* - um tipo de *ethos* - uma espécie de prudência, ou sabedoria prática, uma qualidade que inspira confiança, a qual o orador demonstra quando “consegue encontrar argumentos e conselhos razoáveis, isto é, apropriados a uma problemática concreta e, por princípio, única” (EGGS, 2005, p. 34), a qual está assujeitada pelas condições de produção. Pode-se mencionar, como exemplos empíricos, três situações em que os recursos persuasivos surgiram a partir de situações únicas, nas condições de produção que as circundavam: Lula, na diplomação referente a seu primeiro mandato, emocionou o público ao afirmar que o primeiro diploma de sua vida era o de presidente da República. Naquele momento, ele representava a concretização do sonho do brasileiro pobre de “ser alguém na

---

<sup>2</sup> Doxa: “[...] a importância atribuída ao auditório acarreta naturalmente a insistência no conjunto de valores, de evidências, de crenças, fora dos quais todo diálogo se revelaria impossível; em outras palavras, conduz a uma doxa comum. É mediante um trabalho sobre a doxa que o orador tenta fazer seu interlocutor partilhar seus pontos de vista. [...]” (AMOSSY, 2005, p. 123).

vida". Dilma Rousseff, ao final da campanha para a eleição de 2010, também se encontrava em uma posição única até o momento, por apresentar-se como a primeira mulher na história da política brasileira a ser eleita presidente. Tal posição não foi alcançada por acaso; sua história de vida representava a idealização da mulher do século XXI: forte, empoderada e independente. Dilma foi presa e torturada durante o regime militar, foi cofundadora do PDT, elaborou o plano de governo para a área energética do primeiro mandato de Lula, foi ministra de duas pastas - Minas e Energia e Casa Civil - e ainda enfrentou, vitoriosamente, a luta contra um linfoma. Bolsonaro, por sua vez, apresentou-se como o candidato que ia de encontro a "tudo que estava por aí"; seus quase 30 anos como parlamentar, sem denúncias ou acusações de corrupção, contribuíram para a desconstrução da imagem de que todo político é corrupto e favoreceram a projeção da imagem de Bolsonaro como político honesto. De acordo com Alexandre Nigro, em um artigo publicado na Gazeta do Povo, em 20 de agosto de 2018, "tudo que estava por aí" seriam "dois presidentes apeados do poder através de processo de impeachment, um ex-presidente na cadeia, uma Operação Lava Jato que já envolve quase uma centena de políticos" (NIGRI, 2018).

Dascal (2005) acrescenta que "se se percebe um locutor como 'honesto', tende-se a minimizar, e até a ignorar, o peso das contradições em seu comportamento" (DASCAL, 2005, p. 64). Esta citação se revelou verdadeira em relação a Bolsonaro, o único dos quatro presidentes cujos discursos serão analisados que, no ciclo eleitoral de 2018, podia se vangloriar de não ter contra si acusações de corrupção. Por outro lado, ele também se estabeleceu como o mais polêmico dos quatro, não apenas nos posicionamentos acerca do papel social da mulher, mas no que abrange relações homoafetivas e questões raciais. Suas falas e atitudes sobre tais assuntos abriram espaço para que parte do eleitorado e adversários políticos o classificassem como homofóbico, misógino e racista. O resultado nas urnas, no entanto, mostrou que a maioria dos eleitores minimizou tais posicionamentos, conforme a análise de Dascal (2005), priorizando, ao invés disso, sua declarada honestidade.

O mesmo autor ainda apresenta dois conceitos para definir a atribuição de credibilidade ao locutor. O primeiro é chamado de proposicionalização, no qual o auditório pode construir o sentido da mensagem por meio da análise do comportamento do locutor. O segundo conceito, mais subjetivo, trata da habilidade de o auditório captar o estado de espírito do locutor, ou uma determinada atitude sua e,

a partir disso, fazer a construção adequada do sentido (DASCAL, 2005, p. 63-64). Para o autor, o segundo conceito se sobrepõe ao primeiro:

Uma parte, pelo menos, da informação sobre o caráter projetado pelo locutor tem, parece-me, esse estatuto. Ela é “captada” mais que conceitualizada ou proposicionalizada [...] O “captado” funciona, pois, como um *input* pré-proposicional da “função de credibilidade”. Esse *input* determinaria, a cada momento da troca comunicativa, os parâmetros da dita função de credibilidade (DASCAL, 2005, p. 64-65).

Diante de tais informações, se imaginarmos situações hipotéticas, poderemos dizer que

em uma democracia, o discurso de um dirigente ganhará credibilidade entre os que governa se conseguir apresentar-se como favorecendo a liberdade; em uma aristocracia, se ele se dá como homem que respeita as leis; em uma tirania, se ele aparece como capaz de assegurar a defesa do país. Ora, esse caráter [...] forma-se, no espírito do auditório, por um processo inferencial (não necessariamente consciente) de interpretação dos atos de discurso e do comportamento do orador (DASCAL, 2005, p. 66).

Em relação à credibilidade do dirigente em um regime democrático, dois casos empíricos merecem atenção: Michel Temer, inicialmente vice-presidente de Dilma Rousseff, ascendeu à presidência da República em maio de 2016. No ano seguinte, foi criticado pela imprensa, nacional e internacional, por realizar um discurso considerado machista na celebração do Dia Internacional da Mulher. No exterior, entre outros órgãos de imprensa, o jornal britânico The Telegraph, sob a assinatura de James Rothwell, criticou o fato de Temer ter assumido o governo com 28 ministérios, compostos unicamente por ministros, dos quais dois foram substituídos por mulheres apenas após protestos. Por outro lado, nas eleições presidenciais de 2018, Bolsonaro, paradoxalmente, conquistou credibilidade diante do eleitorado, mesmo envolto em declarações polêmicas acerca do papel social da mulher, de relações homoafetivas e questões raciais, provavelmente, por ter conseguido projetar perante o eleitor a imagem, não apenas de honestidade em meio a uma situação de corrupção sem precedentes, mas também de uma retomada de valores éticos e morais, além de propor uma política econômica que defendia intervenção mínima do governo. Pode-se inferir que a projeção dessa imagem foi determinante para a diferença da opinião pública entre ambos os presidentes, mesmo com posicionamentos, aparentemente, semelhantes. Maingueneau (2005) pondera que

Quando um político de extrema direita mostra por sua enunciação a figura do homem-do-povo-que-diz-a-verdade-nua-e-crua, que denuncia as falas mentirosas dos políticos "podres", ele define implicitamente o que é discurso político legítimo (uma fala vinda das forças sadias do país etc.) e, correlativamente, aquilo que o discurso político não deve ser a qualquer preço (MAINGUENEAU, 2005, p. 78).

Embora Bolsonaro não se declare como político de extrema direita, o resultado das eleições de 2018 mostrou que a maior parte da audiência aceitou seus posicionamentos e sua definição implícita do que seria um discurso político legítimo, o que não ocorreu com Michel Temer no ano anterior.

Sob outro aspecto, pode-se verificar que, em 2010, Dilma também conquistou credibilidade por, além de simbolizar o empoderamento feminino na política, dar continuidade ao grandioso desenvolvimento de políticas públicas iniciado por Lula. Este, por sua vez, tipificava um dos estereótipos do brasileiro, aquele que "não desiste nunca", haja vista que, antes de sua primeira eleição, em 2002, já havia sido vencido nas urnas por Fernando Collor de Mello, em 1989, e duas vezes, por Fernando Henrique Cardoso, em 1994 e 1998. Mais do que isso, Lula foi o presidente que proporcionou distribuição de renda, elevação real do salário mínimo, aumento de empregos formais e possibilitou que integrantes das classes D e E fossem alçados à classe média. Essas realizações favoreceram a fidelização da parcela mais carente de seu eleitorado, em especial, no Nordeste, que se viu amparado pelo novo governo. O site oficial do PT elenca os avanços nas áreas de crescimento e desenvolvimento econômico e social, inclusão social, educação e combate à seca. No primeiro quesito, dentre as ações pontuadas, destaca-se o fato de que, em 2014, a região Nordeste alcançou o patamar de segundo maior polo consumidor do país, ficando atrás apenas do Sudeste. Na área da inclusão social, o portal enfatiza que, de acordo com um estudo da Fundação Perseu Abramo, com base em dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), entre 2002 e 2012, o número de nordestinos que viviam em situação de pobreza diminuiu de 21,4 milhões para 9,6 milhões. Na área da educação, com base em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o portal afirma que, entre 2000 e 2012, o número de nordestinos universitários aumentou de 413.709 para 1.434.825. Por fim, no combate à seca, o maior destaque é a transposição do Rio São Francisco, que foi iniciada e teve 86,3% das obras concluídas nos governos de Lula e Dilma.

Na próxima seção, serão apresentadas considerações sobre a ligação

existente entre mídia, discurso e poder.

### 2.3 MÍDIA, DISCURSO E PODER

Quando se fala em linguagem, é inevitável abordar as relações de poder; prova disso é que, ao longo dos séculos, o desenvolvimento das línguas tem servido como parâmetro de prestígio ou dominação social. Ainda hoje, fortalecendo estereótipos, inferências a respeito do indivíduo provêm de sua maneira de falar, mesmo que nada se saiba sobre ele. Van Dijk (2018) defende o argumento de que “[...] a fala é repetidamente contextualizada pela sinalização das várias condições ou limitações da situação social em geral e, em termos específicos, pelas relações sociais entre os participantes do discurso” (VAN DIJK, 2018, p. 58-59). Portanto, sendo o texto a ferramenta que ancora o discurso, resultando em algum efeito de sentido, pode-se concluir que discurso e poder são indissociáveis.

Ao analisarmos o macrocontexto social, podemos perceber que, mesmo em sociedades ditas democráticas, há um mecanismo regulador que influencia a maneira como os indivíduos se expressam. Van Dijk (2018) defende que “o discurso controla mentes, e mentes controlam ação”, mas há quem controle o discurso. E para controlar o discurso, é necessário controlar seus contextos, bem como as regulações que permitem acesso a ele (VAN DIJK, 2018, p. 18-19). Portanto, se há um mecanismo social regulador que influencia - e até censura - a expressão dos indivíduos, pode-se dizer que liberdade de expressão e diversidade são ilusões que favorecem os poderes sociais dominantes e contribuem para o controle mental coletivo, como é o caso da mídia de massa. Tais poderes sociais, embora não tenham corpo físico, manifestam-se, em abundância, na sociedade: “Poder nesse sentido não deve ser definido como o poder de uma pessoa, mas antes como o poder de uma posição social, sendo organizado como parte constituinte do poder de uma organização” (VAN DIJK, 2018, p. 21). Em alguns casos, a própria lei limita o acesso ao discurso, o que nos leva à conclusão de que, quanto mais alto na pirâmide social, menos acessível ele será. Sendo assim, seria possível classificar as dimensões do poder, as quais podem impactar o discurso e suas estruturas, a saber:

as várias instituições de poder, as estruturas internas de poder dessas instituições, as relações de poder entre os diferentes grupos sociais e a abrangência ou o domínio do exercício do poder por (membros de) essas instituições ou grupos (VAN DIJK, 2018, p. 54).



A primeira dimensão de poder abrange as grandes instituições, e nela, entre outras corporações, encontram-se o governo e as empresas de comunicação. A segunda dimensão engloba a organização hierárquica dentro dessas instituições. A terceira dimensão diz respeito às relações de poder entre grupos de pessoas, o que pode causar segmentação ideológica e social. Em se tratando do universo feminino, essa segmentação pode ser representada de forma diversa e, no escopo desta análise, podemos citar a forte polarização expressa por meio das manifestações que movimentaram as mídias sociais, com o uso das hashtags #EleSim X #EleNão, no ciclo presidencial eleitoral de 2018. Sobre o movimento #EleNão, Silva (2019) explica que

Essa campanha começou no Facebook, por meio da criação do grupo denominado “Mulheres unidas contra Bolsonaro”. Esse grupo foi fundado em 30 de agosto de 2018 pela publicitária Ludmilla Teixeira e pela empresária Rosa Lima, com o objetivo de mobilizar mulheres, em atos e passeatas, contra o candidato a presidente pelo PSL, Jair Bolsonaro. Foram criados também uma página no Facebook e um blog com o mesmo nome do grupo. A maior manifestação política feminina do Brasil foi idealizada por este grupo e ocorreu nas ruas de várias cidades brasileiras no dia 29 de setembro de 2018 (SILVA, 2019, p. 1).

O movimento #EleNão foi idealizado a partir do movimento feminista, iniciado na cultura estadunidense, durante a segunda metade do século XX, e do movimento de empoderamento feminino, que busca a igualdade de gêneros nos diversos segmentos sociais.

Em relação ao movimento #EleSim, pode-se dizer que surgiu como reação ao #EleNão, porém nutria uma especificidade: expressava apoio a Bolsonaro e, ao mesmo tempo, tendia a depreciar os opositores políticos ou posicionamentos contrários a ele (SOUZA, 2019; OLIVEIRA, CARNEIRO, 2020). Mesmo assim, o efeito sobre o discurso favoreceu os apoiadores do movimento #EleSim, que foram mais bem-sucedidos ao exercerem seu poder de persuasão em uma condição de produção favorável. Esse favorecimento foi proporcionado por estar inscrito em um momento sócio-histórico específico, no que tange a questões relacionadas à mulher da sociedade contemporânea, entretanto, mesmo tendo sido favorecido, o próprio Bolsonaro trabalhou para amenizar a polarização causada por esses movimentos, procurando projetar, após sua eleição, uma imagem moderada em relação à mulher, conforme poderemos observar na análise de seu discurso presidencial. De acordo

com a imagem construída ao longo de sua trajetória política, é possível inferir que essa mudança de postura esteja embasada no objetivo de desconstruir a imagem de machista, ou ainda, de fortalecer-se politicamente.

A quarta dimensão diz respeito ao “exercício do poder quanto a seu domínio ou abrangência de ação e tipo de influência” (VAN DIJK, 2018, p. 55). O cargo de presidente da República se enquadra nesta dimensão, devido ao peso de seu discurso na construção do sentido e, também, por se inscrever em um gênero de forte carga ideológica.

A quinta e última dimensão de poder diz respeito às formas de legitimação do controle social, inclusive, em um sistema político dito democrático, no qual existe uma maioria que controla - desigualmente - o discurso. “Essas diferenças (graduais) refletem as possibilidades de sanção dos poderosos, bem como a aceitação ou a resistência dos que se sujeitam ao exercício do poder” (VAN DIJK, 2018, p. 55). Uma vez que os princípios de legitimação do controle social são atravessados por ideologias, resultarão em efeitos de sentido que variam, de acordo com as condições de produção.

Como entidade social formadora de opinião, a mídia traz em si um poder, por vezes, implícito, de manipulação - tanto das massas quanto das elites ditas dominantes -, controlando o que querem e fazem, sem a necessidade de qualquer coerção física. Van Dijk (2018) define a manipulação como “uma prática comunicativa e interacional na qual um manipulador exerce controle sobre outras pessoas, normalmente contra a vontade e interesse delas” (VAN DIJK, 2018, p. 234). Esse controle, em situações específicas, pode se manifestar como mediador, ao invés de manipulador, mas, em ambos os casos, atua de forma autônoma no que diz respeito à produção e à reprodução das estruturas de poder (VAN DIJK, 2018).

É necessário ter em mente que o discurso político e os meios de comunicação coexistem em uma relação de interdependência: a presença de representantes nos holofotes midiáticos revela a abrangência do poder político; por outro lado, é a mídia que decide o que será dito sobre eles e, em especial, como será dito. Essa decisão é que legitima, por parte da mídia, o poder das elites dominantes (VAN DIJK, 2018). Portanto, partindo da premissa de que não há discurso neutro, pode-se inferir que os diversos veículos de comunicação irão disseminar as notícias de acordo com seus posicionamentos ideológicos, que podem perpassar interesses políticos e econômicos, os quais nem sempre vêm a público.

Dentre os grandes veículos de comunicação atuantes na sociedade brasileira contemporânea, a *Rede Globo* ocupa papel de destaque, por seu prestígio e influência. No âmbito político, a emissora atuou de formas distintas em relação às candidaturas de Luiz Inácio Lula da Silva, nos anos de 1989 e 2002, respectivamente. Naquele ano, o segundo turno da eleição presidencial seria decidido entre os candidatos Fernando Collor de Mello, então governador do estado de Alagoas, e Luiz Inácio Lula da Silva, candidato da esquerda. O apoio da emissora à candidatura de Collor

ficou evidenciado desde o início, mas manifestou-se com clareza ímpar na famosa edição do último debate do segundo turno, na véspera da eleição, levada ao ar no *Jornal Nacional*. Os melhores momentos de Collor foram unidos aos piores de Lula, em uma manipulação grosseira, cuja lembrança volta a cada eleição como um fantasma a assombrar os jornalistas da emissora (MIGUEL, 2003, p. 291).

Nesse âmbito, pelo fato de a campanha política trabalhar, majoritariamente, com o discurso oral, o melhor de Collor foi articulado ao pior de Lula, em termos de uso da palavra, “gestos, expressões faciais e outras atividades não verbais” (VAN DIJK, 2018, p. 242).

De 1989 a 2002, entretanto, muito mudaria no contexto sócio-político do país e, portanto, mudaria, também, a estratégia da emissora. Collor, em 1992, foi afastado da presidência devido a um processo de *impeachment*; em 1994, o Real entrou em vigor como moeda brasileira, visando a deixar para trás um período de inflação galopante, que chegava perto de 30% ao mês. Nesse contexto, Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda que fez parte da equipe econômica que idealizou o Plano Real, foi eleito presidente da República, em outubro de 1994, em primeiro turno, com 54,3% dos votos. Ele também se tornou o primeiro chefe do Poder Executivo na história do país a ocupar o cargo por dois mandatos consecutivos, reelegendo-se - em primeiro turno, novamente - em outubro de 1998, com 53,06% dos votos válidos.

[...] em 1998 a Rede Globo colaborou para a reeleição de FHC, eliminando a campanha de seus noticiários – em especial do *Jornal Nacional*, o mais importante deles –, o que ia ao encontro da estratégia oficial de esvaziamento do debate público, de negação da existência de alternativas e de transformação do pleito em um simples ritual de recondução do presidente ao cargo (MIGUEL, 2003, p. 291).

Entretanto, como a legislação vigente não permite que representantes do Poder Executivo no país permaneçam no cargo por três mandatos consecutivos, em 2002, durante a cobertura da corrida presidencial, a *Rede Globo* não poderia mais utilizar a mesma estratégia de 1998. A mudança na cobertura e o aumento no tempo dedicado às eleições foi radical, assim como a mudança de posicionamento em relação a Lula, o candidato, em 1989, e a Lula, o presidente recém-eleito que participou da bancada do *Jornal Nacional*, em 28 de outubro de 2002:

[...] o clima entre o líder do Partido dos Trabalhadores e a maior emissora de televisão do país não era apenas cordial, era festivo. Mas não seria preciso recuar tanto tempo. Mesmo quem assistisse ao *Jornal Nacional* de 28 de outubro tendo em mente as circunstâncias da eleição anterior, ocorrida em 1998, teria motivos para espanto. A presença do presidente eleito nos estúdios do telejornal foi a culminância da “maior cobertura eleitoral” da história, conforme a própria *Globo* não se cansou de anunciar. Quatro anos antes, pelo contrário, as eleições foram praticamente banidas do noticiário (MIGUEL, 2003, p. 290).

Este breve levantamento histórico a respeito das eleições presidenciais no país demonstra a habilidade de manipulação da mídia na manutenção do poder político dentro de uma sociedade, e como os interesses variam ao longo dos anos, à medida que mudam as condições de produção. Desta feita, grandes instituições de poder, como o governo e grupos influentes de comunicação, podem posicionar-se como adversárias ou aliadas, ainda que a contragosto, com a finalidade de defender interesses próprios. Aqui, evidencia-se, também, a relação de poder entre membros institucionais, a abrangência da ação e o tipo de influência. Embora possa parecer que, entre 1989 e 2002, tenha havido uma simples e cordial aproximação entre a *Rede Globo* e Lula,

a análise da cobertura do JN revelou que o noticiário mais assistido do país cumpriu um importante papel no processo eleitoral. O pequeno espaço reservado à apresentação de soluções alternativas para a crise de confiança dos investidores na economia brasileira contribuiu para impor um cenário em que os candidatos de oposição tiveram que se comprometer a preservar aspectos importantes da política macroeconômica do governo tucano (AGUIAR, 2006, p. 242).

Pode-se dizer que a *Rede Globo*, maior veículo de comunicação do país e - à época - sem concorrente à altura, exercia controle sobre o discurso. Lula, por sua vez, sabendo da abrangência e da influência da emissora na formação da opinião - tanto das massas quanto das elites dominantes - não foi passivo a tal

controle: estudo realizado por Rodrigues e Pérez-Nébra (2007) revela não apenas uma mudança na imagem de Lula entre os anos de 1989 e 2002, como também uma moderação em seu discurso. O tom grosseiro foi substituído por outro, mais brando, que lhe rendeu a imagem do “Lulinha paz e amor”. Essa mudança, por um lado, fez parte da projeção de seu *ethos* sobre o eleitorado, atendendo à finalidade de livrá-lo de um estereótipo criado em torno de sua figura. Por outro lado, seu posicionamento implicou em certa aceitação ou, no mínimo, não resistência ao exercício de poder midiático em que foi inserido, como aspirante ao cargo de chefe do Poder Executivo do país.

Outro exemplo do poder manipulador da mídia na manutenção do poder, ainda no âmbito político, mas também envolvendo o universo feminino, é o da matéria de capa publicada na revista *Veja*, na edição de 18 de abril de 2016, da qual a então vice-primeira-dama, Marcela Temer, foi a protagonista, sob o título *Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”*. Aqui, é importante ressaltar que o texto jornalístico impresso conta com atenuante em relação à matéria de televisão, uma vez que

Ao contrário da crença popular e do senso comum entre os estudiosos, as notícias na imprensa são geralmente mais bem lembradas do que as notícias na televisão (Robinson e Levy, 1986) e são percebidas como qualitativamente superiores (Bruhn Jensen, 1986), o que pode ampliar sua influência persuasiva e, portanto, seu poder (VAN DIJK, 2018, p. 73).

Também se torna relevante analisarmos o posicionamento da revista *Veja*, que, em campanha institucional de 1999, autointitulou-se “a maior revista do país”. Na edição 2466, publicada on-line em 20 de fevereiro de 2016, a redação da revista, na seção *carta ao leitor*, afirma que

Desde que começou a circular, em setembro de 1968, a revista só tem um lado: o da defesa intransigente do Brasil. Em seus 48 anos de existência, VEJA sempre se pautou pela luta por um Brasil em que o progresso econômico e social com igualdade de oportunidades para todos fosse a base de uma sociedade aberta, democrática, tendo a economia de mercado como o motor da criação de riqueza. VEJA sempre esteve entre as forças da nação que se unem em torno dos valores éticos comuns às sociedades civilizadas e avançadas (VEJA on-line, 2016, edição 2466).

Para compreendermos as condições de produção que envolveram a publicação em questão, é necessário lembrarmos de que, naquele momento, o cenário político brasileiro estava em polvorosa, devido a questões diversas: Dilma

Rousseff, presidente da República, já enfrentava o processo que culminaria em seu *impeachment*; em março daquele ano, seu partido, o PT, havia rompido relações com o PMDB, partido de Michel Temer, seu vice e marido de Marcela, sob articulação do próprio vice-presidente. Além disso, Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, também enfrentava um processo de cassação do mandato, motivado por quebra de decoro parlamentar.

Nessa perspectiva, sendo de conhecimento do leitor que a revista faz parte da elite jornalística do país, é pertinente que se questione por que uma reportagem de capa com a vice-primeira-dama, naquele momento específico, uma vez que ela não estava diretamente envolvida nos acontecimentos mais relevantes da época.

No título da matéria publicada na revista *Veja*, a expressão “*do lar*”, publicada entre aspas, apresenta forte carga argumentativa, permitindo que o leitor, já no início da leitura, apreenda que a vice-primeira-dama seja denominada como do lar, mas, verdadeiramente, não se enquadre nessa situação. Se considerarmos as estratégias de manipulação cognitiva, o uso das aspas como recurso argumentativo pode influenciar a memória de curto prazo do leitor, levando-o a prestar excessiva atenção ao termo “*do lar*”, em detrimento de outras informações relevantes que possam vir a ser apresentadas no texto.

A construção textual, de forma geral, visa à manipulação do leitor, contribuindo para a percepção de que a vice-primeira-dama é alienada, superficial e fútil. Nesse sentido, a descrição de ambientes apresentada no primeiro parágrafo transmite a sensação de que o leitor está sendo transportado para outro mundo, o qual está fora do alcance de pessoas comuns, fato que proporciona uma percepção de distanciamento entre a realidade da maioria dos cidadãos em relação à realidade da família Temer.

À medida que o texto se desenvolve, a seleção lexical ganha importância e fortalece a impressão de futilidade que circunda a vida da vice-primeira-dama. Embora haja mais elementos lexicais envolvidos nesse processo de argumentação, a adjetivação ocupa papel de destaque. Oliveira (2014) afirma que

Uma função primordial do adjetivo consiste em tornar mais viva a manifestação de uma atitude emotiva diante da realidade; [...] O adjetivo, quando usado de forma elaborada, instaura uma relação ideológico-argumentativa que permite constatar e avaliar os traços reveladores de seu enunciador (OLIVEIRA, 2014, p. 182).

Dessa forma, os traços da formação discursiva do enunciador são revelados através da construção do texto, que, aliando a carga semântica do título à seleção lexical do corpo da matéria, colabora para a projeção de um *ethos* pré-discursivo estereotipado, o qual transmite ao receptor do texto a ideia de que a vice-primeira-dama vive alienada, “no lar”, diante do luxo que a cerca.

Alguns dos sujeitos que cercam Marcela Temer ganham voz nesse discurso, como a estilista Martha Medeiros, Fernanda Tedeschi - irmã mais nova de Marcela -, o cabeleireiro Marco Antonio de Biaggi e Nina, uma tia materna. A própria vice-primeira-dama, no entanto, não tem voz no discurso; além disso, o conjunto de declarações desses sujeitos, nas circunstâncias em que foram inseridas no texto, aliado à falta de voz atribuída a Marcela, contribui para a cristalização do *ethos* pré-discursivo projetado, favorecendo a fixação do estereótipo de mulher bela, porém, igualmente, fútil, alienada e superficial.

No final da matéria, há a transcrição do poema *Vermelho*, integrante da obra *Anônima Intimidade*, escrita por Michel Temer e lançado pela Topbooks, em 2013. A situação é exposta da seguinte maneira:

Três anos atrás, Temer lançou o livro de poemas intitulado *Anônima Intimidade*. Um deles, na página 135, diz: “De vermelho / Flamejante / Labaredas de fogo / Olhos brilhantes / Que sorriem / Com lábios rubros / Incêndios / Tomam conta de mim / Minha mente / Minha alma / Tudo meu / Em brasas / Meu corpo / Incendiado / Consumido / Dissolvido / Finalmente / Restam cinzas / Que espalho na cama / Para dormir”. Michel Temer é um homem de sorte (LINHARES, 2016).

As condições produção assujeitam os efeitos de sentido apreendidos de um enunciado, portanto, a diferença de 43 anos de idade entre Temer e Marcela, aliada à imagem projetada dela ao longo da matéria e ao teor irônico do comentário final (*Michel Temer é um homem de sorte*), proporciona o efeito de sentido de que, além de ser considerada fútil, alienada e superficial, a vice-primeira-dama foi, também, reduzida ao valor de objeto sexual.

A respeito do posicionamento da jornalista, é válido ressaltar que os profissionais dessa classe fazem parte de uma elite simbólica (VAN DIJK, 2018) e podem, até certo grau, defender, em suas produções, interesses e pontos de vista próprios, mas tendem a reproduzir os posicionamentos das elites dominantes. Assim, a liberdade de expressão seria um mito a serviço das linhas editoriais dos veículos de comunicação presentes em uma determinada sociedade.

Em uma sociedade dita democrática, é imperativo que os diversos meios de comunicação tenham liberdade para expressar seus pontos de vista, mesmo que diverjam do governo e dos grupos dominantes. Essa expressão, por sua vez, precisa ser constituída com base em fatos, não em conjecturas elaboradas a partir da subjetividade de pontos de vista que levem à manipulação das massas. No entanto, o que pode ser visto nos exemplos empíricos mencionados acima é que a elite simbólica representada pela mídia usou estratégias de manipulação para sustentar o controle de seu poder, tanto internamente quanto sobre as massas menos favorecidas, por meio do poder ideológico que se legitima por meio do discurso.

No próximo capítulo, serão apresentadas as análises dos discursos presidenciais.



### 3 ANÁLISE DO CORPUS

Este capítulo apresentará a análise cronológica de discursos presidenciais comemorativos, em virtude do Dia Internacional da Mulher, celebrado no dia 8 de março. Serão analisados os discursos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro.

#### 3.1 PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003)

O primeiro discurso é o do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, realizado em 12 de março de 2003, no primeiro ano de seu primeiro mandato.

Antes da análise, segue uma breve contextualização histórica do que o país vivenciava àquela altura. Após três pleitos presidenciais mal-sucedidos, Lula foi eleito por voto popular, pela primeira vez, em outubro de 2002, e cumpriu, integralmente, dois mandatos consecutivos, o máximo permitido pela lei eleitoral brasileira - de 2003 a 2006, o primeiro mandato, e de 2007 a 2010, o segundo. Segundo Toniazzo (2006),

A eleição presidencial de 2002 inaugurou uma era inédita na história política do Brasil. Pela primeira vez, um candidato da esquerda socialista chega ao governo com a aprovação de 61% da população brasileira. Luiz Inácio Lula da Silva representa a estrela petista no “espetáculo democrático” realizado em 28 de outubro de 2002 (TONIAZZO, 2006, p. 2).

Inserido nessas condições de produção, Lula realizou seu primeiro discurso voltado à mulher, em 12 de março de 2003, apresentado a seguir<sup>3</sup>, de acordo com a versão impressa, transcrita pela Secretaria de Imprensa e Divulgação, e disponibilizada, *on-line*, pela Biblioteca da Presidência da República.

---

***Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia em comemoração ao Dia Internacional da Mulher  
Palácio do Planalto, 12 de março de 2003***

*Minha cara ministra Emília Fernandes,  
Minha cara companheira Benedita da Silva,  
Minha querida companheira Marisa Letícia,*

---

<sup>3</sup> O objeto de análise desta seção é o discurso transcrito acima. Como sua versão impressa é disponibilizada por órgãos do Governo, foram respeitadas a ortografia, a paragrafação e a pontuação originais.

Minha querida Mariza Campos Gomes da Silva, mulher do meu querido companheiro José Alencar,  
 Ministra Ellen Grace, do Supremo Tribunal Federal,  
 Senhoras embaixadoras, embaixatriz,  
 Senhoras e senhores ministros de Estado,  
 Secretários,  
 Minha querida governadora Wilma Faria,  
 Prefeitas aqui presentes,  
 Minha companheira Dilma Roussef, ministra das Minas e Energia,  
 Minhas companheiras e companheiros aqui presentes,

Antes de dizer algumas palavras que estão escritas, companheira Cacá, eu estava ouvindo a nossa ministra Emília Fernandes falar e estava lembrando de dois episódios ocorridos na minha vida, um em 1978 e o outro, ontem.

Em janeiro de 1978, eu era Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – naquele tempo só Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo – e nós realizamos o I Congresso das Mulheres Metalúrgicas da nossa categoria.

Eu, até então, não tinha tido nenhum contato com o Movimento Feminista do Brasil. Qual não foi minha surpresa quando, no sábado de manhã, na abertura do Congresso, me aparecem umas 15 ou 20 companheiras, em nome do Movimento Feminista, querendo participar do evento. E nós tínhamos tomado a decisão de que as mulheres não iriam participar, porque não eram da categoria, eram estranhas à categoria, não tinha por que as mulheres participarem.

E, aí, elas começaram a reivindicar uma mulher à mesa, pelo menos uma metalúrgica. E, como a Diretoria era só de homens, nós não tínhamos uma mulher metalúrgica para colocar à mesa. Eu sei que essa guerra entre “coloca uma mulher à mesa ou não”, tomou a primeira manhã do Congresso. Até que os homens, sendo maioria, decidiram não colocar mulher na mesa.

Passados 25 anos, ontem eu participei do Encontro dos Prefeitos do Brasil e tinha por volta de 1.800 prefeitos e

prefeitas. Havia muitas prefeitas. E, de repente, quando se formou a mesa, eu me dei conta, quando chamado para falar, de que não havia uma única mulher à mesa. Eu fiz até um apelo. Aí, pediram para eu chamar uma mulher para a mesa e, como eu não era da coordenação, também não iria chamar. Qual era o critério?

Eu comecei com isso, para dizer a todos aqui, presentes, que nos problemas de gênero, além das questões dos direitos que temos que colocar nas nossas Constituições e na nossa legislação, como um todo, tem um problema cultural, um problema de prática, um problema de compressão que, se não for exercitado todo santo dia, e a gente ficar esperando a criação de uma lei, muitas vezes a lei será aprovada e será uma daquelas leis que não “pegam”. Existe a lei, mas como a questão cultural está embutida na nossa cabeça, por dezenas de anos, por gerações, a gente continua desrespeitando a lei, mesmo que inconscientemente.

Eu fui à Vila Irmã Dulce, no Piauí, e junto comigo foram todos os ministros. A ministra Emília Fernandes, a ministra Benedita, a ministra Dilma. E visitamos um bairro pobre, em que moram, praticamente, 70 mil pessoas. E, nessa vila, nós visitamos 17 ou 18 casas. Entramos nas casas, conversamos com as pessoas.

Todas as casas em que nós entramos, as mulheres não tinham mais de 21 anos de idade. Todas tinham dois, três ou mais filhos, e todas sem marido.

Fico pensando como é que nós vamos resolver um problema dessa magnitude, que não é mais um problema de lei. É um problema cultural e um problema de responsabilidade das pessoas, porque essa jovem possivelmente não tenha tido nenhum momento de educação sexual na sua infância, na sua adolescência e mesmo depois que virou adulta. Esse que é o responsável pela sua gravidez possivelmente seja tão inocente quanto ela, porque também não teve, nem na sua adolescência, nem na sua infância, nenhum processo de educação que dissesse às pessoas: “É possível fazer sexo sem precisar engravidar e ter um filho”.

É possível fazer sexo seguro, é possível planejar a família da gente, não porque o Governo manda castrar o homem ou a mulher, mas porque há um processo de educação em que as pessoas aprendem a auto-determinar quando e quantos filhos querem colocar no mundo, para assumir a responsabilidade.

E, para chegarmos a essa perfeição de sociedade que sonhamos, precisamos quebrar tabus, enfrentar preconceitos, quebrar regras secularmente estabelecidas, que nós vamos ter que, criando coragem, enfrentar, porque somente assim poderemos, num ano qualquer, num século qualquer ou, quem sabe, numa década qualquer, comemorar o Dia 8 de Março tendo a certeza de que a liberdade da mulher é plena, porque a sociedade evoluiu, porque a sociedade se modernizou e porque a sociedade entende que não pode mais haver divisão de espécie alguma, tratamento diferenciado por conta de gênero neste país.

Estamos aqui reunidos, com quatro dias de atraso, para comemorar o Dia Internacional da Mulher, cuja história, todos vocês conhecem, remonta a um dia de 1857. Naquele dia – e isso vale para as mais jovens que estão aqui –, 120 operárias de uma indústria têxtil, nos Estados Unidos, foram mortas porque faziam uma greve contra a jornada de trabalho de 16 horas e por melhores salários. Todo ser humano deve valorizar essa data, porque ela simboliza a luta, o sacrifício das mulheres pelos seus direitos e por um mundo melhor.

A realidade da mulher brasileira mudou muito nas últimas décadas. Engana-se bastante, por exemplo, quem ainda pensa que ela se vê como uma dona de casa, conformada e satisfeita com a sua dependência econômica e submissão ao marido, ou pensa que ela, simplesmente, dedica a sua vida à espera de um príncipe encantado. Não é assim que as mulheres brasileiras se vêem. Não é assim que as mulheres brasileiras agem.

Engana-se, também, quem pensa somente na mulher como trabalhadora remunerada. Ela já está no mercado de trabalho ou busca entrar nele. Mas a maioria das brasileiras acumula o

trabalho fora, remunerado, ao trabalho doméstico, não pago.

Um estudo da Fundação Perseu Abramo, que é uma fundação do Partido dos Trabalhadores, revela que os homens são, em sua grande maioria, os provedores do sustento familiar, mas revela também que as mulheres já contribuem para esse sustento de forma significativa com 45%. Em relação à execução ou à chefia das tarefas domésticas, 97% das mulheres fazem isso praticamente sozinhas, enquanto os homens as auxiliam de forma ainda muito pouco expressiva.

Para se ter uma idéia, nas unidades familiares, em que os casais coabitam, somente 2% dos homens são os principais responsáveis pelo trabalho doméstico. E apenas 18% colaboram com as suas companheiras. Esse é um dos retratos da desigualdade e da divisão sexual do trabalho no Brasil.

O estudo indica, também, o que deseja a grande maioria das mulheres brasileiras, em ordem de preferência: a igualdade de direitos, o combate à violência, maior liberdade, menos machismo e mais reconhecimento por parte dos homens.

Não há dúvida de que essas respostas constituem uma pauta muito específica de preocupações, que a visão masculina, hegemônica na sociedade, normalmente tem dificuldade de enxergar.

O nosso governo vai enfrentar para valer essa situação. A primeira medida foi a de dar status de ministério à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

São elas que devem ser as protagonistas desse novo momento político do nosso país.

Nossa ação concreta vai combater as discriminações contra as mulheres, no mundo do trabalho, na cidade e no campo. Vai buscar a superação das dificuldades e obstáculos sociais que pesam sobre as mulheres chefes de família. Vai dar prioridade às mulheres pobres incluídas no programa Fome Zero.

Aí, uma descoberta importante, não do nosso Governo, mas, já há alguns anos, vários governos municipais e estaduais têm detectado que

*toda e qualquer ajuda dada diretamente para a mulher tem um cuidado muito mais responsável do que o homem. Vejam o caso daquele senhor que perdeu os seis filhos naquela grande enchente de Belo Horizonte, que morava num barraco, em cima do morro, que caiu. Ele tinha ganho uma casa da prefeitura. Ele vendeu a casa e foi morar na favela outra vez. Eu duvido de que uma mulher venderia a sua casa por conta de alguns centavos, porque não tem nada mais sagrado para uma dona de casa, não tem nada mais sagrado para uma mulher do que um ninho, onde ela vai cuidar dos seus filhos.*

*A ação do Governo vai enfrentar também a discriminação contra as mulheres negras. A ação do Governo vai também romper o silêncio que cerca as condições de vida das mulheres indígenas. Vai combater a violência contra as mulheres, em especial, a exploração e a violência sexual contra meninas e adolescente do nosso país.*

*Minha história pessoal é muito marcada pela presença das mulheres. A minha mãe, uma guerreira que, sozinha, deu proteção e amparo aos filhos ameaçados pela seca, pela fome e pelas doenças que tantos nordestinos e*

*nordestinas conhecem. A minha mulher Marisa, com a sua dignidade pessoal, sua solidariedade e seu engajamento cívico, sempre discreto, mas efetivo. As minhas companheiras do sindicato, dos movimentos sociais, militantes políticas tantas que perderam a vida na busca da democracia em nosso país. As mulheres de hoje, lutadoras pela saúde, pela escola, pelo pão, pela terra, pelo trabalho e pela dignidade. E todas as mulheres, com a sua sensibilidade, força interior e espírito aberto, que promovem as maiores mudanças em nossas vidas. Enfim, as companheiras do dia-a-dia.*

*Elas estão do nosso lado, dando exemplos e ganhando os homens para uma causa que é de toda a Humanidade. Todas buscando plena autonomia, respeito, dignidade, lazer e o fim de qualquer opressão de gênero, apontando não somente para uma sociedade em que as mulheres possam viver melhor, mas para um Brasil melhor para homens e mulheres.*

*A libertação das mulheres, além de libertar as mulheres, certamente libertará os homens.*

*Muito obrigado.*

---

Sob o aspecto estrutural, o discurso apresenta-se organizado de forma coesa, com introdução, desenvolvimento e conclusão bem conectados e sequenciados entre si. Ao longo do pronunciamento, a seleção lexical revela-se um recurso argumentativo estratégico para a disseminação dos aspectos ideológicos que permeiam o discurso, atendendo aos propósitos do enunciador na produção de determinados efeitos de sentido sobre o receptor desse discurso.

No início do pronunciamento, na seção de cumprimentos às autoridades presentes, Lula utiliza, mais de uma vez, o termo *companheiro(s)* ou *companheira(s)*, que se tornou uma das marcas registradas de sua fala ao longo dos anos.

“[...] Minha **companheira** Dilma Rousseff, ministra das Minas e Energia, Minhas **companheiras** e companheiros aqui presentes [...]”.

Morfologicamente classificada como substantivo, essa palavra pode atuar como vocativo dentro da oração, situação na qual desempenha a função de

pronome de tratamento, como percebemos nos trechos apresentados. No âmbito argumentativo, ela resulta em um efeito de sentido de aproximação entre locutor e interlocutor.

A seleção lexical priorizada no discurso são palavras simples, que nem sempre seguem a norma padrão da língua, mas proporcionam clareza, facilitam a compreensão e geram um clima de intimidade entre locutor e auditório:

“[...] as pessoas aprendem a auto-determinar quando e quantos filhos  
**querem colocar no mundo**, [...]”

“[...] **tem um problema cultural, um problema de prática, um problema de compressão** [...]”

No primeiro trecho, a construção que proporciona afetividade é “querem colocar no mundo”, em detrimento da construção formal “querem ter” ou “querem conceber”. No segundo trecho, há o uso do verbo “tem”, empregado, informalmente, no lugar de “há”. Também podemos perceber o paralelismo sintático constituído por adjunto adnominal / núcleo do objeto / adjunto adnominal, em “um problema cultural, um problema de prática, um problema de compressão”. O adjetivo “cultural” e as locuções adjetivas “de prática” e “de compressão” têm como referencial o substantivo “problema”, que, repetido três vezes, intensifica o efeito de sentido de que há um problema na sociedade brasileira, no que tange às questões relacionadas à mulher.

Analise este trecho:

“[...] será uma daquelas leis que não **‘pegam’**.”

Nele, a forma verbal “pegam”, transcrita entre aspas, indica um elemento gráfico que visa a salientar o uso de um recurso argumentativo - neste caso, uma gíria -, no lugar da construção formal “são cumpridas”, o que contribui para a projeção do *ethos* de Lula como um homem “simples”, “do povo”.

Há, ao longo do discurso, o emprego de elementos lexicais que denotam marcas de oralidade. Um deles são os marcadores discursivos, recursos utilizados em nível conversacional, no início, no meio, ou no final da fala, conforme os trechos:

“**Aí**, pediram para eu chamar uma mulher para a mesa [...]”

“**E**, **aí**, elas começaram a reivindicar uma mulher à mesa, pelo menos uma metalúrgica.”

Em ambos, o marcador discursivo “**aí**” expressa a ideia de que mais fatos serão acrescentados à fala em curso, portanto, ela ainda não se encaminha para o fim. No segundo trecho, em especial, a conjunção “**e**” - indicadora da relação semântica de adição - associada ao marcador discursivo “**aí**”, reforça esse efeito de sentido de continuidade.

Outra marca de oralidade utilizada com abundância durante o discurso é a expressão “a gente”.

“[...] e **a gente** ficar esperando a criação de uma lei, muitas vezes a lei será aprovada e será uma daquelas leis que não ‘pegam’.”

“[...] **a gente** continua desrespeitando a lei, mesmo que inconscientemente.”

“[...] é possível planejar **a família da gente**, [...]”

Nos dois primeiros trechos, o emprego da expressão “a gente”, em detrimento do pronome pessoal “nós”, proporciona um efeito de sentido de afetividade e aproximação entre locutor e auditório. No terceiro trecho, a expressão informal “família da gente”, em detrimento de “nossa família”, reforça esse efeito de sentido e, implicitamente, enfatiza a primeira pessoa do plural, aumentando a percepção de coletividade, ao marcar essa aproximação com o ouvinte.

De forma geral, os artigos definidos foram empregados prototipicamente, deixando, portanto, o discurso mais concreto e atribuindo a ele maior argumentatividade. Todavia, em casos específicos, denotam marcas de oralidade, conforme observamos:

“**O** nosso governo vai enfrentar para valer essa situação.”

“[...] eu estava ouvindo **a** nossa ministra Emília Fernandes falar [...]”

Em ambos os casos, preposto a um pronome possessivo e, portanto, indicativo de marcas de oralidade, o artigo atribui um tom de informalidade aos trechos em que é empregado.

Substantivos e adjetivos - lugares retóricos de qualidade - produzem dois efeitos de sentido principais: valorização da luta da mulher contemporânea e ênfase da credibilidade dos argumentos apresentados.

“Minha história pessoal é muito marcada pela presença das mulheres. A minha mãe, uma **guerreira** que, sozinha, deu **proteção** e **amparo** aos filhos ameaçados pela **seca**, pela **fome** e pelas **doenças** que tantos nordestinos e nordestinas conhecem. A minha mulher Marisa, com a sua **dignidade** pessoal, sua **solidariedade** e seu **engajamento** cívico, sempre **discreto**, mas **efetivo**.”

Na sentença que remete à mãe de Lula, os substantivos “guerreira”, “proteção” e “amparo” produzem efeito de sentido, prototipicamente, valorativo, e até os substantivos “seca”, “fome” e “doenças” contribuem para enaltecer os atributos dessa mulher. De igual modo, na sentença que se refere à esposa do presidente, vemos os substantivos, prototipicamente valorativos, “dignidade”, “solidariedade” e “engajamento”, além dos adjetivos “discreto” e “efetivo”, que reforçam o mesmo efeito de sentido.

Também é abundante, ao longo do discurso, o emprego da conjunção coordenativa “e” no início de sentenças, a qual atua como operador argumentativo que estabelece relação de adição de argumentos com o mesmo valor semântico:

“Eu fui à Vila Irmã Dulce, no Piauí, **e** junto comigo foram todos os ministros. A ministra Emília Fernandes, a ministra Benedita, a ministra Dilma. **E** visitamos um bairro pobre, em que moram, praticamente, 70 mil pessoas. **E**, nessa vila, nós visitamos 17 ou 18 casas.”

“[...] somente 2% dos homens são os principais responsáveis pelo trabalho doméstico. **E** apenas 18% colaboram com as suas companheiras.”

“As mulheres de hoje, lutadoras pela saúde, pela escola, pelo pão, pela terra, pelo trabalho e pela dignidade. **E** todas as mulheres, com a sua sensibilidade, força interior e espírito aberto, que promovem as maiores mudanças em nossas vidas.”

Em relação ao emprego de modalizadores, uma oração se destaca por utilizar dois modalizadores da mesma classe gramatical:

“[...] os homens as auxiliam de forma ainda **muito pouco** expressiva.”

Nela, o advérbio “pouco” intensifica o adjetivo “expressiva” e o advérbio “muito”, por sua vez, intensifica o advérbio “pouco”, reforçando o efeito de sentido de que o auxílio masculino à mulher ainda é inexpressivo na sociedade brasileira.

O numeral, lugar retórico de quantidade, caracteriza-se como um recurso argumentativo de autoridade que, apresentado em forma de estatística, visa a reforçar a credibilidade dos fatos apresentados no discurso:

“[...] nas unidades familiares, em que os casais coabitam, somente **2%** dos homens são os principais responsáveis pelo trabalho doméstico. E apenas **18%** colaboram com as suas companheiras.”

O que se percebe é que a linguagem empregada ao longo do discurso, por mais de uma vez, adquire um toque pessoal, que alterna a formalidade natural do gênero com momentos menos formais de narração de eventos vivenciados por Lula ao longo de sua trajetória. É possível inferir que o uso desses recursos linguístico-argumentativos, seja por meio de palavras variáveis - substantivo, artigo, numeral, adjetivo, verbo - ou de palavras invariáveis - advérbio, conjunção - serve ao propósito de projetar o *ethos* do presidente como um homem que, embora esteja ocupando o cargo máximo do Poder Executivo brasileiro, mantém as raízes de simplicidade e está alinhado às causas feministas contemporâneas, não apenas por convicções políticas, mas também por experiências pessoais.

A partir dos elementos linguísticos empregados no texto, podemos explorar os aspectos ideológicos revelados no discurso.

Na introdução do pronunciamento, há o reconhecimento de que, no Brasil, a militância sindicalista e o movimento feminista se convergem historicamente. O assunto que determina o tom do discurso é apresentado com a narração de dois eventos vivenciados por Lula. O primeiro ocorreu em 1978, quando ele era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo: um congresso de mulheres metalúrgicas que, paradoxalmente, não contava com a presença feminina. O outro evento, ocorrido no dia anterior ao discurso, era o Encontro de Prefeitos do Brasil, que também não contava com a presença de uma mulher à mesa do presidente.

À luz da Linguística Textual, no que diz respeito à construção do sentido, a menção dos dois eventos remete ao critério de intertextualidade. Inicialmente, ela é implícita e faz sentido apenas para o locutor dos eventos, entretanto, após explicitada a ligação entre os fatos e sua relevância para a construção do sentido, fica clara para o receptor do texto a conexão existente entre os eventos.

À luz da Análise do Discurso, os dois eventos vivenciados por Lula podem ser analisados sob o critério da interdiscursividade. Em 1978, época do



primeiro evento, o Brasil vivia sob o regime militar, cenário que influenciou o desenvolvimento do feminismo brasileiro em seus primeiros passos na discussão e enfrentamento de assuntos considerados tabus (OTTO, 2004). Nas condições de produção apresentadas na introdução desta pesquisa, de acordo com a qual o papel social da mulher se baseia em uma visão patriarcal e, por vezes, pejorativa, o discurso menciona um evento organizado, teoricamente, para mulheres, mas que contava apenas com a presença masculina:

“E nós tínhamos tomado a decisão de que as mulheres não iriam participar, porque não eram da categoria, eram estranhas à categoria, não tinha por que as mulheres participarem.”

Um possível efeito de sentido para essa afirmação é que, como a categoria de metalúrgicos era composta, em sua maioria, por homens, eles, pelo poder que lhes fora socialmente outorgado, consideravam-se aptos a tomar decisões pelas mulheres, ainda que o evento tivesse sido, em tese, concebido para dar voz a elas.

Conforme o relato, a decisão tomada gerou um confronto que levou a uma situação dicotômica: de um lado, os metalúrgicos, contrários à participação das mulheres; do outro, as mulheres que, encorajadas pelos ideais feministas, reivindicavam a presença de, ao menos, uma representante na mesa diretora. Naquele momento, a visão patriarcal prevaleceu:

“Até que os homens, sendo maioria, decidiram não colocar mulher na mesa.”

Na continuação do relato, tem-se o Encontro de Prefeitos do Brasil, do qual Lula participou no dia anterior ao discurso aqui analisado. O parágrafo, iniciado pela expressão “Passados 25 anos”, pode, em um primeiro momento, produzir o efeito de sentido de que, após mais de duas décadas, questões de gênero tenham sido superadas e que a visão sobre o valor social da mulher tenha evoluído. Entretanto, não é o que se percebe:

“Havia muitas prefeitas. E, de repente, quando se formou a mesa, eu me dei conta, quando chamado para falar, de que não havia uma **única mulher** à mesa. Eu fiz **até** um **apelo**.”

Sob a perspectiva da interdiscursividade, pode-se apreender que, mesmo separados, historicamente, por um espaço de vinte e cinco anos, os dois fatos

narrados revelam que o papel social feminino está estabelecido, no inconsciente coletivo, a partir de uma visão com a qual a mulher pode até ter alguma voz, mas não está apta para liderar ou ocupar cargos de chefia, como a mesa de diretora, por exemplo.

Nesse trecho, o adjetivo “única”, anteposto ao seu referencial, o substantivo “mulher”, atribui subjetividade ao argumento, e o emprego da preposição “até” estabelece a relação semântica de adição de um argumento mais forte, reforçando o emprego do substantivo “apelo” (“Eu fiz até um apelo”) e produzindo o efeito de sentido de que a presença de uma mulher à mesa era considerada imprescindível.

A retomada dos dois fatos vivenciados por Lula, em momentos históricos distintos, conduz à menção de uma questão cultural, da qual se pode apreender que há uma falha estrutural na sociedade brasileira, o que, para além da criação de leis, gera a necessidade de uma luta social para que a mulher não seja marginalizada.

A menção da visita à Vila Irmã Dulce, no Piauí, produz um efeito de sentido que enfatiza essa questão cultural, mas podemos perceber, também, a responsabilização da falta de educação sexual para jovens - tanto homens quanto mulheres. Ao mesmo tempo, há a sugestão de que não é responsabilidade do governo o controle de natalidade; antes, cada cidadão deve planejar sua família. Porém, se não há educação sobre o assunto, não se pode imputar ao cidadão a falta de habilidade no planejamento.

Além das questões de gênero, é abordado, com cunho valorativo, o movimento de empoderamento feminino. Em uma explanação histórica, é mencionado, primeiramente, o incêndio de 1857 na indústria têxtil, que se tornou um marco contemporâneo na luta por igualdade de gênero; em seguida, é citada a evolução da mulher brasileira na busca por valorização social. A imagem que se projeta dessa mulher é que, ao mesmo tempo em que rejeita estereótipos de relacionamentos amorosos idealizados, busca equilíbrio entre a vida profissional e o cuidado com a família.

O posicionamento que permeia o discurso evidencia a formação ideológica do PT, que, desde o final do século passado, tem se mostrado alinhado às causas feministas. No Brasil, o desenvolvimento do socialismo de esquerda e do feminismo remontam à luta contra a ditadura militar, instaurada em meados da década

de 1960. Godinho (1998) defende que “Discutir o Partido dos Trabalhadores e o feminismo é discutir uma relação rica e conflituosa, cheia de possibilidades” (GODINHO, 1998, p. 15). A Fundação Perseu Abramo, mencionada no discurso, é uma instituição que visa à promoção de discussões e debates de natureza política e ideológica, em instâncias sociais diversas, dentre as quais se incluem questões concernentes à mulher, em âmbito racial, sexual, profissional e social.

Dessa forma, é possível inferir que o então novo governo de Lula chegou para agregar à luta feminina:

“A ação do Governo vai enfrentar também a discriminação contra as mulheres negras. A ação do Governo vai também romper o silêncio que cerca as condições de vida das mulheres indígenas. Vai combater a violência contra as mulheres, em especial, a exploração e a violência sexual contra meninas e adolescente do nosso país.”

A parte final do discurso reforça o efeito de sentido de que a valorização social da mulher transcende benefícios próprios e alcança a sociedade, como um todo:

“[...] Todas buscando **plena autonomia**, respeito, dignidade, lazer e **o fim de qualquer opressão de gênero**, apontando **não somente** para uma sociedade em que as mulheres possam viver melhor, **mas** para um Brasil melhor para homens e mulheres.  
A **libertação** das mulheres, **além de** libertar as mulheres, certamente **libertará** os homens.”

Na primeira sentença, o adjetivo “plena”, preposto ao substantivo “autonomia”, reforça a subjetividade e, empregado no mesmo período que o pronome indefinido “qualquer”, adquire forte carga semântica, por enfatizar dois conceitos opostos entre si: o alcance da “plena autonomia” somente será possível quando se alcançar “o fim de qualquer opressão de gênero”. Na mesma sentença, o emprego dos operadores argumentativos “não somente” e “mas” adicionam ao argumento os benefícios que serão alcançados quando o fim da opressão de gênero possibilitar a plena autonomia da mulher: uma sociedade melhor para todos os cidadãos.

Na segunda sentença, a seleção lexical continua a reforçar o efeito de sentido produzido na sentença anterior, e o operador argumentativo “além de”, que indica relação semântica de adição, aliado à repetição dos termos cognatos, o substantivo “libertação”, a forma nominal “libertar” e a conjugação verbal “libertará”,

ajuda a produzir o efeito de sentido de que a liberdade da mulher é, também, a liberdade do homem.

Diante do exposto nesta seção, é possível inferir que o discurso analisado contribui para a projeção do *ethos* de Lula como um presidente alinhado às causas feministas, que compreende as lutas e necessidades da mulher brasileira contemporânea, e cujas palavras - simples, com marcas de oralidade e até gírias - são de fácil compreensão e o aproximam de seu auditório. As experiências prévias que Lula, enquanto locutor, narra, em primeira pessoa, durante o pronunciamento caracterizam-se como o *ethos* dito, e os posicionamentos assumidos por meio da organização lexical ao longo do pronunciamento caracterizam-se como o *ethos* mostrado. Maingueneau (2020) afirma que

Esse *ethos* discursivo põe em interação um *ethos mostrado*, decorrente da maneira de falar, e um *ethos dito*, aquilo que o locutor diz de si mesmo enquanto enuncia, [...] é impossível definir uma fronteira nítida entre o “dito”, quando ele é sugerido, e o “mostrado”, entre os comentários sobre a fala e o que não decorre disso (MAINGUENEAU, 2020, p. 11-12).

A seleção lexical apresenta-se como ferramenta estratégica para a disseminação dos aspectos ideológicos que permeiam o discurso. Nesse sentido, ganham destaque os adjetivos e os substantivos que, ao serem empregados em circunstâncias inerentes à causa feminista, atribuem sentido valorativo ao discurso, ainda que, inicialmente, projetem valor semântico negativo. Além disso, a seleção lexical, em determinados pontos do pronunciamento, contribui para o efeito de sentido de que o coletivo se sobrepõe ao individual. Uma interpretação possível para esse fato seria o assujeitamento do discurso à formação ideológica do PT, partido socialista de esquerda. Ao mesmo tempo, o texto apresenta-se bem elaborado, coeso e coerente e, nesse âmbito, o uso dos numerais foi um recurso que promoveu a credibilidade dos argumentos apresentados. Oliveira (2014) defende que o estético é “devidamente burilado para traduzir a ideologia do enunciador, pois a dialética essência/aparência é presentificada por intermédio de variados recursos” (OLIVEIRA, 2014, p. 181). Assim, é possível inferir que, tanto no âmbito do texto como do discurso, as questões ideológicas assujeitam os posicionamentos assumidos.

Na próxima seção, será analisado o discurso da presidente Dilma Rousseff.

### 3.2 PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF (2011)

O segundo discurso analisado é o da presidente Dilma Vana Rousseff, realizado em 1º de março de 2011, primeiro ano de seu primeiro mandato. Naquele ano, o Dia Internacional da Mulher coincidiu com o feriado prolongado de carnaval, e as homenagens em celebração a essa data foram realizadas na Cerimônia de Início do Mês da Mulher; o texto, na íntegra, foi retirado do blog da Biblioteca da Presidência da República.

No ciclo eleitoral de 2010, Dilma figurou como candidata do PT (Partido dos Trabalhadores) e sucessora de Lula, sob o slogan de campanha “Para o Brasil seguir mudando”. Embora não contasse com a mesma popularidade de seu antecessor (TREVISAN, 2013), em 31 de outubro de 2010, Dilma derrotou José Serra, candidato do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), e conquistou um feito histórico: ser a primeira mulher na história do Brasil a chegar à Presidência da República<sup>4</sup>.

A literatura que discorre sobre esse momento sócio-histórico afirma que, naquele ano, questões de cunho religioso permearam as eleições presidenciais com intensidade: católicos e evangélicos uniram-se para conter temas contrários à sua fé, como a descriminalização do aborto, a união civil homoafetiva e o projeto de lei que criminalizava a homofobia. Em contrapartida, Dilma, que antes da campanha já havia se declarado, expressamente, a favor da descriminalização do aborto, dedicou-se a projetar a identidade de mulher religiosa e protetora da vida, a fim de se livrar do estigma de que descriminalizaria o aborto, caso fosse eleita. A projeção dessa nova imagem envolveu a mudança de posicionamento religioso - de agnóstica<sup>5</sup> para católica - e a participação de cultos em igrejas evangélicas pentecostais, desde o ano de 2009 (PIERUCCI, 2011; TREVISAN, 2013).

No segundo turno das eleições de 2010, quando confrontada pelo eleitorado protestante a respeito de seus posicionamentos religiosos, Dilma assumiu

---

<sup>4</sup> Dilma Rousseff cumpriu o primeiro mandato integralmente, e chegou a ser reeleita em 2014, contra Aécio Neves, candidato do PSDB, mas foi afastada do cargo em maio de 2016 e, em agosto do mesmo ano, sofreu impeachment por crimes de “pedaladas fiscais” e edição de decretos de crédito suplementar.

<sup>5</sup> De acordo com o Grande Dicionário Houaiss on-line, agnosticismo é a “doutrina que reputa inacessível ou incognoscível ao entendimento humano a compreensão dos problemas propostos pela metafísica ou religião (a existência de Deus, o sentido da vida e do universo etc.), na medida em que ultrapassam o método empírico de comprovação científica”. Dessa forma, segundo o mesmo dicionário, agnóstico é “relativo ao agnosticismo ou o que é seu partidário ou seguidor”.

[...] os compromissos de, caso eleita, não tomar a iniciativa de “propor alterações de pontos que tratem da legislação do aborto e de outros temas que afrontem (*sic*) à família e à livre expressão de qualquer religião no país”; Revisar o III PNDH<sup>6</sup>; Em caso de aprovação do PLC<sup>7</sup> 122/06 no Senado, sancionar o texto, com “os artigos que não violem liberdade de crença, culto e expressão e demais garantias constitucionais”. Não se comprometeu, no entanto, a vetar a descriminalização do aborto em caso de aprovação no Congresso, mas garantiu que não tomará a iniciativa de promover esse debate (TREVISAN, 2013, p. 7).

Para feministas e homossexuais, a eleição de Dilma pode, inicialmente, ter suscitado alguma esperança de ter suas demandas atendidas; no entanto, a presidente estava constrangida pelas alianças religiosas que firmara durante a campanha, o que limitou sua ação em favor dessas minorias (TREVISAN, 2013).

Foi nessas condições de produção que Dilma realizou seu primeiro discurso voltado à mulher, no município de Irecê, Bahia, em 1º de março de 2011. O pronunciamento será apresentado a seguir<sup>8</sup>, de acordo com a versão transcrita do blog da Biblioteca da Presidência da República.

---

### **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de início do Mês da Mulher: Trabalho e Cidadania**

#### **Irecê-BA, 1º de março de 2011**

*Primeiro, eu queria desejar boa tarde a todos. Boa tarde! Todos nós estamos aqui até agora, sem almoçar, mas estamos aqui firmes.*

*Eu queria também dar uma boa tarde especial às mulheres baianas aqui presentes. Com isso, eu não estou preterindo os nossos companheiros homens, mas é porque hoje é o primeiro dia do mês da mulher, o mês em que se comemora o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. E aí, também, porque apesar de nós sermos 52% da população e, portanto, as mulheres serem maioria, os outros 48% são nossos filhos e, aí, fica tudo em casa. Então, ao*

*cumprimentar as mulheres eu estendo também o cumprimento a todos os nossos companheiros aqui presentes.*

*E vou saudar o Jaques Wagner, governador da Bahia, meu querido companheiro. E, ao saudá-lo, estou saudando todos, mas todos mesmo, os baianos. E, ao mesmo tempo, estou agradecendo à Bahia porque eu tenho muito orgulho de ter sido, como candidata à presidenta, a candidata mais votada aqui na Bahia. E tenho muito orgulho também de ter aqui feito a maior vantagem, e isso eu devo a vocês, homens e mulheres da Bahia.*

---

<sup>6</sup> Programa Nacional de Direitos Humanos.

<sup>7</sup> Projeto de Lei da Câmara.

<sup>8</sup> O objeto de análise desta seção é o discurso aqui transcrito. Uma versão impressa e outra em áudio foram disponibilizadas por órgãos do Governo, mas, neste trabalho, apenas a versão impressa foi utilizada. Por isso, foram respeitadas a ortografia, a paragrafação e a pontuação originais.

Vou saudar a minha querida amiga, a Fatinha. O Jaques disse que a Fatinha é brava, mas a Fatinha não é brava, a Fatinha é firme, é outra coisa, é firme.

Vou cumprimentar aqui cada um dos ministros de Estado,

Vou dirigir um cumprimento especial para a nossa Senadora, a Senadora, primeira senadora eleita pela Bahia, com muito orgulho para todas nós, mulheres brasileiras.

Queria cumprimentar também os deputados federais aqui presentes,

Dirigir um cumprimento, do fundo do coração, para o nosso prefeito de Irecê, o Zé das Virgens, José Carlos Dourado das Virgens,

Queria também cumprimentar todos os secretários e secretárias aqui, ao saudar a minha querida companheira secretária estadual da Casa Civil, Eva Chiavon.

Hoje eu estou dando preferência para as mulheres. Então, a Petrobras eu vou saudar saudando primeiro a Maria das Graças Foster, que é a primeira diretora mulher da Petrobras.

E aí, para os dois não ficarem tristes, eu cumprimento o presidente da Petrobras, o nosso baiano Zé Sérgio Gabrielli, e o Miguel Rossetto, que é presidente da Petrobras Biocombustível.

E eu vou cumprimentar agora, de forma muito carinhosa, as nossas companheiras que aqui representam o movimento de mulheres e as organizações de mulheres.

Vou cumprimentar a Verônica Santana, coordenadora do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste. Verônica, um abraço.

A Elisângela, da Federação das Mulheres da Agricultura Familiar,

A Carmen, aquela mulher forte que esteve aqui e falou com muita firmeza, convicção, mas também com grande amor no coração. A Carmen, da Secretaria Nacional de Mulheres [Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais] da Contag, a Confederação [Nacional] dos Trabalhadores na Agricultura,

A Célia, da Secretaria da Mulher Extrativista,

Anúnciação, do Movimento [Interestadual] das Quebradeiras de Coco Babaçu,

A Adriana, do Movimento de Mulheres Camponesas,

Adenilva, do Movimento dos Pequenos Agricultores,

Queria cumprimentar, então, os meus queridos prefeitos. Porque, junto com o Governador, é com os prefeitos que nós fazemos a parceria, e é com os prefeitos que nós, desde o governo do presidente Lula, e no meu governo vamos continuar da mesma forma, fazemos as parcerias. Sem essa relação, nós não íamos conseguir executar todos os nossos projetos. Então, senhores prefeitos, eu cumprimento a minha parte da lista.

Cumprimento os prefeitos: de Gavião, a prefeita Benvinda; o dr. Francisco, prefeito de Ibitita; o Davi... Ibititá. Agora, para saber que é Ibititá, tem que ter um acento no "tá", Ibititá; o prefeito David, de Ipupiara; a prefeita Valdice, de Jacobina; o prefeito Ronaldo, de Jussara; o prefeito Marcos, de Lençóis; o prefeito Antônio, de Mairi; o prefeito Rui Dourado, de João Dourado; a prefeita Moema, a nossa querida prefeita Moema, que veio lá de Lauro de Freitas prestigiar aqui essa cerimônia; a prefeita Luzina, de Mundo Novo; o prefeito Marcos, de Palmeiras; o prefeito Roberto Carlos, de Presidente Dutra; prefeito José Bonifácio, de Rui Barbosa; prefeito Antônio Roquildes, de São José do Jacuípe; prefeito Reginaldo, de Itagi; prefeito João Hipólito, de Abaíra; prefeito Orlando, de Barro Alto; prefeito Litercílio, de Brota de Macaúba; prefeito Adão, de Itaguaçu da Bahia; prefeita Mariângela, de Lajedo do Tabocal; prefeito Procópio, de Jussiape; prefeito Ney Amorim, de Ibipeba. Se algum prefeito... Prefeito Edmar... Prefeito Edmário, de Iraquara. Prefeito Caca, de Miguel Calmon. São dois que faltavam, então.

Bom, eu, primeiro... Quitéria, de Cardeal da Silva. Logo uma mulher, não é? Logo uma mulher, Quitéria. E Josefina, de Coaraci. Formoso? Iraci, de Campo Formoso. Vocês vejam que deu mais de 50 prefeitos, se eu não me engano, deu 51 prefeitos e prefeitas.

*Bom, eu estou aqui, hoje, com uma missão muito... Eu acredito que uma missão que a mim muito me orgulha. Primeiro, Irecê e a Bahia são o primeiro estado e o primeiro município que eu visito com esse contato tão forte, tão amigo, tão caloroso e tão carinhoso da população. Eu queria dizer para vocês que eu estou muito comovida.*

*Eu venho aqui a Irecê (falha no áudio) para lançar um programa que nós consideramos o programa que demonstra, desde a época do governo do presidente Lula, demonstra o nosso compromisso com aquela parcela da população brasileira que foi sempre abandonada, sempre tratada como sendo uma parte da população que não interessava ao Brasil.*

*Nós temos a convicção de que este país só será grande se todos os brasileiros e brasileiras forem grandes com ele. Por isso, cada brasileiro, cada brasileira, cada família brasileira, ela tem de ser o centro da nossa política, a coisa mais importante para um governo. Se não for assim, o Brasil perde a sua maior riqueza, que não é – apesar de ser importante que a gente tenha – o petróleo, que não é a quantidade de minério que nós temos, mas é, sobretudo, a nossa população. É o que nos torna um dos países maiores, mais fortes e com um futuro garantido pela frente de prosperidade e justiça. Mas isso depende de nós. Somos nós que temos de construir essa justiça, essa prosperidade. Nós quem? Nós, governo, nós, movimentos sociais, e nós, povo de todos os rincões do Brasil.*

*E aqui, eu venho a Irecê e aproveito para lançar o reajuste do programa Bolsa Família. Desde 2009 que o programa Bolsa Família não tinha reajuste. Por quê? Porque no ano de 2010 era ano eleitoral, e a gente não fez política com o Bolsa Família em época de eleição. Por isso eu estou hoje aqui para cumprir esse papel fundamental, que é de priorizar aqueles mais pobres do nosso país. Vocês ouviram sempre, desde a minha posse, desde a campanha eleitoral, eu assumi um compromisso, e esse compromisso está clarinho no lema do meu governo: “País Rico é País sem Miséria [Pobreza]”. País*

*rico é país sem miséria. Daí porque esse compromisso de acabar com a miséria absoluta, com a pobreza extrema é algo que eu assumo com muita convicção, com muita fé, mas, sobretudo, com muita emoção.*

*O Bolsa Família, ele é um programa que tem por objetivo atender e dar apoio àqueles que são a parte da população mais pobre do país. E aí, nós temos tido a parceria com os prefeitos, que fazem os cadastros. E eu peço aos prefeitos para sempre procurar melhorar cada vez mais o cadastro, para que a gente possa dar mais a quem mais precisa. E aí, o Bolsa Família, hoje, ele vai ter um reajuste muito significativo.*

*Nós vamos dar um reajuste para o Bolsa Família beneficiando a quem tem mais filhos. Por que nós estamos beneficiando quem tem mais filhos? Porque as famílias com mais filhos são aquelas também que têm maior dificuldade de enfrentar a vida e que têm o nível de pobreza maior. Além disso, no Brasil, as crianças e os jovens são a parte da população também que sofre mais com a pobreza extrema. Porque os mais velhos têm aposentadoria garantida, têm o benefício da prestação continuada. Por isso, nós vamos dar um reajuste para a parcela que é relativa a filhos de 45%. Essa parte do Bolsa Família é uma parte muito importante, porque ela é dada conforme a existência de filhos nas famílias do Bolsa Família.*

*E é bom que se diga: os dados que a gente pesquisa – porque a gente pesquisa para olhar o Bolsa Família, como é que ele está evoluindo. Então, uma coisa a gente sabe: que as crianças e os jovens beneficiados pelo Bolsa Família, eles avançam mais na escola, eles se alimentam melhor, e eles demoram mais a ser tirados da escola e a ser colocados para trabalhar. Porque a condição para receber Bolsa Família é botar a criança na escola e é garantir que a criança tenha acesso à vacinação.*

*Por isso, hoje eu estou aqui para dar início ao meu Programa de Erradicação da Miséria. Ele vai ter, esse programa, ele ainda está sendo elaborado, mas ele tem a sua primeira parte, o seu primeiro passo dado por esse reajuste forte*



no Bolsa Família recebida por crianças que ganham até... aliás, por famílias que têm filhos, que têm crianças pequenas, sobretudo.

Eu queria dizer, também, que as outras parcelas do Bolsa Família vão sofrer um reajuste, mas será um ajuste menor. No total, nós vamos despende em torno de 2 bilhões e 100 milhões com este reajuste. E isso é a primeira parte – vou repetir – do Programa de Erradicação da Miséria, de diminuição da pobreza no Brasil.

Eu queria destacar para vocês uma outra coisa. Quando a gente diz que o Bolsa Família é só uma parte do caminho, não é o caminho todo, é muito importante. Por quê? Nós queremos fazer duas coisas ao mesmo tempo: garantir que as famílias que precisam tenham um dinheiro para garantir comida para as crianças, para garantir que as crianças tenham acesso a material escolar ou, até, que a mãe possa comprar remédio. Mas, ao mesmo tempo, a gente quer que as famílias do Bolsa Família tenham uma outra perspectiva na vida: que o pai e a mãe possam encontrar um emprego decente, melhorar a sua renda e colocar comida na mesa dos filhos, colocar os filhos para estudar de forma cada vez melhor. Por isso, o Bolsa Família é uma parte do nosso projeto. A outra parte é necessariamente, é necessariamente as oportunidades de participar produtivamente da vida da sociedade.

E, aí, eu quero me referir, aqui, à agricultura familiar, aos agricultores familiares, às agricultoras familiares. E lembrar que tanto no Bolsa Família quanto na agricultura familiar nós temos olhado com muito cuidado, com muito carinho para as mulheres. Porque as mulheres, elas são fundamentais quando se trata da família. Todo mundo aqui sabe que uma mãe, para deixar um filho sem dar de comer, ela... é quase impossível, ela prefere abrir mão da sua alimentação para o seu filho comer. Por isso as mulheres são aquelas titulares que nós preferimos para receber o cartão do Bolsa Família.

Por isso é importante aumentar o valor e a quantidade do crédito para as mulheres poderem ter seu Pronaf. Porque, com o Pronaf Mulher, ela pode ter

acesso a um financiamento para o seu artesanato, por exemplo. Ela pode costurar, ela pode fazer doce, enfim, ela pode contribuir para a melhoria de renda da sua própria família.

Com o PAA, também a mulher e o homem podem ter também acesso a uma maior renda. Com isso, quando nós fortalecemos a agricultura familiar, a gente quer dar um caminho para a população que recebe Bolsa Família ter uma alternativa.

Mas não é só na agricultura familiar, Jaques. É também na criação de empregos na cidade, aqui na cidade. Você veja como é engraçada a roda que gira o Bolsa Família: a família recebe o Bolsa Família e vai comprar o seu produto ou em um supermercadinho, ou em uma vendinha, ou até em uma feira que ela tenha acesso; com isso, ela vai possibilitar que aquele ou vendedor da lojinha, ou do supermercadinho, ou da feira tenha uma renda melhor. Com isso, ela vai permitir que ele gaste também essa renda, e assim a roda vai girando. Mas o que eu quero dizer é que nós vamos ter de continuar gerando os empregos que nós viemos gerando até aqui também na zona urbana. Porque na zona urbana também os moradores aqui de um município como Irecê conseguem alternativas de trabalho, e isso é fundamental para fazer o Brasil crescer.

Eu quero dizer que eu acredito em uma agricultura familiar que tenha trator, assistência técnica e crédito. E aí, quero dizer que o objetivo do meu governo, anunciado na campanha eleitoral, é assegurar que mais 2 milhões de agricultores tenham acesso a crédito do Pronaf.

Quero lembrar para todos aqui presentes que nós, no ano passado, pelo presidente Lula, colocamos R\$ 16 bilhões de crédito, mas não foram tomados os 16 bilhões, foi tomado um valor menor do que isso, foram tomados 10 bilhões. Então, não é por falta de dinheiro, é por uma coisa que o Jaques disse aqui, que é importante: quem tem projeto, tem dinheiro. No Brasil de hoje, quem tiver projeto, tem dinheiro. E isso é muito importante para cada um de nós, porque assim o Brasil cresce, também, ajudado

pelo Bolsa Família e pela agricultura familiar.

*Eu estou vendo ali um cartaz escrito: "Mais faculdades públicas". Eu vou, junto com o prefeito, comentar uma coisa: nós abrimos aqui o Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica. Esse Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica, ele começa as aulas no dia 14 de março. As aulas que estão previstas são para formar profissionalmente as pessoas. Eu reivindico, para esse Instituto, além da oferta do que ele está formando, que é nas áreas de mecânica, de biocombustíveis, uma cadeira especial – e aí eu vou determinar ao Ministro da Educação que faça isso – especial, para a agricultura familiar. Por quê? Quem tem de dar assistência técnica para o agricultor familiar, pode muito bem ser o filho do agricultor familiar, formado numa universidade ou num Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica. A gente tem de aprender que agricultura a gente faz não é só apostando que Deus ajuda. Ele ajuda, mas ele quer sempre que a gente faça por onde, pela nossa parte, e a nossa parte é botar os meninos para estudar e fazer com que nós tenhamos uma agricultura familiar capaz de gerar riqueza no bolso do trabalhador rural, da trabalhadora rural, daquele que é o organizador da produção agrícola na sua unidade.*

*Eu queria dizer para vocês uma coisa: Sexta-feira eu almocei com o presidente Lula, lá em São Paulo. E eu disse para ele: "Presidente Lula, terça eu vou estar lá na Bahia, em Irecê, porque eu vou reajustar o Programa [Nacional de Fortalecimento] da Agricultura Familiar, e quero fazer isso lá na Bahia, lá em Irecê porque a Bahia é o estado que mais recebe Bolsa Família". Para justamente falar: vai ter Bolsa Família reajustada, mas também vai ter um caminho novo para vocês. O Presidente, então, me pediu duas coisas. Uma: que dissesse para vocês que ele manda um abraço e manda todo o carinho dele. E a segunda coisa é que ele vai estar conosco nos próximos quatro anos e nós, juntos, o governo e vocês aqui, cada um de vocês aqui, somos responsáveis por fazer e continuar a transformação que nos*

*últimos oito anos o presidente Lula encaminhou.*

*Eu ajudei nesses oito anos, mas agora a bola está conosco, com os homens e as mulheres – e sobretudo com as mulheres. Porque a mulher sabe de duas coisas também: sabe ter coragem – porque não é uma mulher sem coragem aquela que acorda todo dia de manhã, arruma os filhos, assegura que eles tenham comida, providencia educação, solta os meninos para a escola, encara o trabalho do dia a dia, encara a sua profissão. Mas também, além da coragem, eu acho que a mulher tem uma outra coisa: ela tem carinho. Ela cuida, ela protege, ela dá amor, e ela apoia e incentiva.*

*O Brasil precisa saber que chegou também mais, mais... eu acho mais cedo do que muitos imaginavam, a hora e a vez das mulheres darem a sua parte nessa história. Não só porque eu cheguei à Presidência da República e eu sou uma mulher; porque eu concordo, eu não cheguei aqui só por conta da minha história ou de todas as lutas que eu travei ao longo da vida.*

*Eu cheguei aqui porque uma quantidade muito grande de mulheres saiu de suas casas e foi trabalhar; uma quantidade grande de agricultoras botou a mão na massa e foi plantar; uma quantidade grande de mulheres virou enfermeiras, professoras, professora, que tem de ser valorizada, empregadas domésticas, médicas, mulheres enfermeiras, mulheres agentes de saúde. Enfim, mulheres em todas as áreas. E este mês é o nosso mês, é o mês das mulheres. Mas a generosidade das mulheres faz também que este seja o mês em que nós olhamos para todos os brasileiros, sem exceção, sem discriminação, e olhamos para eles e para as crianças, com muito cuidado para as crianças, porque é a parte mais frágil da nossa população.*

*Por isso, eu volto ao Bolsa Família e digo: é um caminho para melhorar a distribuição de renda no nosso país, assegurando que as nossas crianças tenham um futuro que seus pais não tiveram. Porque, o que nós queremos para as nossas crianças, nesse momento das suas vidas, quando elas têm até seis anos de idade? Nós queremos uma alimentação*

saudável, um processo de garantia da sua saúde. E queremos, depois, que elas tenham acesso à educação de qualidade.

E é isso que hoje nós estamos dizendo aqui: o Bolsa Família é uma garantia, para aquelas famílias que não podem esperar, que precisam do seu alimento e precisam de ter apoio para educar seus filhos. Mas também a agricultura familiar, e aqui eu venho, hoje,

porque eu quero marcar o início desse 8 de março como o mês que comemora as mulheres guerreiras e fortes da agricultura, as trabalhadoras.

E, aí, eu deixo para vocês a minha fala: carinho e coragem. Esses dois são, eu acho, a marca da mulher brasileira e da mulher baiana.

Viva as mulheres do nosso país.

---

No que diz respeito à estruturação, o discurso apresenta alternância significativa entre linguagem formal e informal. A formalidade característica do gênero textual ganha marcas pessoais de oralidade da presidente. Ao que tudo indica, a versão impressa, disponibilizada pela biblioteca da Presidência da República, foi transcrita a partir do áudio gravado com a fala da presidente, uma vez que é possível perceber, no texto escrito, sinais gráficos que indicam transcrição da oralidade, conforme os trechos a seguir:

“Bom, eu estou aqui, hoje, com uma missão muito... Eu acredito que uma missão que a mim muito me orgulha.”

“[...] para deixar um filho sem dar de comer, ela... é quase **impossível**, ela prefere abrir mão da sua alimentação para o seu filho comer.”

Em ambos os trechos, as reticências indicam uma pausa que levou à reestruturação da fala durante o ato discursivo. No segundo trecho, em especial, o emprego do adjetivo “impossível” proporcionou uma carga emocional que aproxima locutor e público ouvinte, recurso utilizado com frequência ao longo do discurso.

A linguagem empregada no pronunciamento é de fácil compreensão, o que promove aproximação entre o locutor e o público ouvinte, a população do município de Irecê, no estado da Bahia.

Antunes (2009) afirma que “o povo tem uma *identidade*, que resulta dos traços manifestados em sua *cultura*, a qual, por sua vez, se forja e se expressa pela mediação das linguagens, sobretudo da *linguagem verbal*” (ANTUNES, 2009, p. 16).

Dilma, ao discursar de modo informal, relaciona, com sucesso, essas quatro realidades indissociáveis apresentadas por Antunes: língua, cultura, identidade e povo. Como consequência, há maior aproximação com seu auditório, porque há, também, a construção de um *ethos* com maior aceitação do povo.

Nesse sentido, a seleção lexical é um recurso argumentativo essencial para a disseminação da ideologia e do teor político que, de maneira implícita ou explícita, permeia o discurso em toda sua extensão. Antunes (2012) reitera, ainda, que “desde os sentidos e intenções a serem expressos até a natureza dos espaços e eventos sociais em que a atividade discursiva se insere, tudo é determinante para a seleção de palavras” (ANTUNES, 2012, p. 53).

O numeral, lugar retórico de quantidade, caracteriza-se como um recurso argumentativo de autoridade que, apresentado, ora em forma de estatística, ora como parte integrante de locuções adverbiais temporais, ajuda a disseminar o argumento de que o PT, personificado anteriormente por Lula e, agora, por Dilma, está atento às necessidades e trabalhando em prol dos menos favorecidos, como se percebe nos trechos:

“E aí, também, porque apesar de nós sermos **52%** da população e, portanto, as mulheres serem maioria, os outros **48%** são nossos filhos e, aí, fica tudo em casa.”

“Desde **2009** que o programa Bolsa Família não tinha reajuste. Por quê? Porque no ano de **2010** era ano eleitoral [...]”

“No total, nós vamos despender em torno de **2 bilhões e 100 milhões** com este reajuste.”

Os sufixos indicadores de diminutivo, recurso argumentativo pouco comum neste gênero discursivo, foram empregados mais de uma vez ao longo do pronunciamento:

“Vou saudar a minha querida amiga, a **Fatinha**. O Jaques disse que a **Fatinha** é brava, mas a **Fatinha** não é brava, a **Fatinha** é firme, é outra coisa, é firme.”

“[...] e esse compromisso está **clarinho** no lema do meu governo: ‘País Rico é País sem Miséria [Pobreza]’”.

“[...] a família recebe o Bolsa Família e vai comprar o seu produto ou em um **supermercadinho**, ou em uma **vendinha**, ou até em uma feira que ela tenha acesso; com isso, ela vai possibilitar que aquele ou vendedor da **lojinha**, ou do **supermercadinho**, ou da feira tenha uma renda melhor.”

Nos três trechos, os sufixos “-inho” e “-inha” indicam diminutivo de adjetivos ou substantivos e proporcionam efeito de sentido que expressa afetividade, aproximando locutor e audiência. No primeiro trecho, em especial, percebe-se anáfora

na repetição de “a Fatinha é”, no início dos períodos, bem como se percebe epístrofe na repetição de “é firme”, no final dos períodos.

Os artigos definidos foram empregados com abundância ao longo do pronunciamento e se destacaram nas situações que denotam marcas de oralidade, conforme se vê:

“E vou saudar o Jaques Wagner, governador da Bahia, meu querido companheiro.”

“Queria também cumprimentar todos os secretários e secretárias aqui, ao saudar a minha querida companheira [...]”

Um trecho, entretanto, denota outro efeito de sentido no emprego do artigo definido:

“Vou dirigir um cumprimento especial para a nossa Senadora, a **Senadora**, primeira senadora eleita pela Bahia [...]”

Nesse excerto, o uso do artigo definido na expressão “a Senadora” particulariza a congressista a quem Dilma está dirigindo o cumprimento, ou seja, a saudação não está direcionada a uma senadora qualquer, mas à primeira senadora eleita pelo estado da Bahia, um feito histórico.

Sobre o emprego de operadores argumentativos, o seguinte trecho será analisado:

“Primeiro, Irecê e a Bahia são o primeiro estado e o primeiro município que eu visito com esse contato **tão forte, tão amigo, tão caloroso e tão carinhoso** da população.”

A construção sintática constituída por advérbio de intensidade e adjetivo (tão forte / tão amigo / tão caloroso / tão carinhoso) estabelece relação semântica que enfatiza os atributos da população baiana, e a de Irecê em especial: força, amizade, calor e carinho. Essas características valorativas contribuem para proporcionar, mais uma vez, aproximação entre locutor e audiência.

Como vemos, é certo que os fatos gramaticais desempenham papel relevante na constituição de sentidos do texto: uso de numerais, de artigos definidos ou indefinidos, de advérbios, de paralelismo, de advérbios, enfim, são recursos morfossintáticos geradores de efeito de sentido.

Antunes (2010) complementa que

“[...] advérbios, artigos, numerais, interrogações, plurais, parênteses e outras tantas categorias gramaticais são partes constitutivas de um sentido que está em construção. Sua relevância está, justamente, em possibilitar a expressão desse sentido” (ANTUNES, 2010, p. 195).

No que diz respeito à distinção de gênero como recurso argumentativo, o uso do substantivo “presidenta”, em detrimento de presidente, forma popularmente mais empregada, é verificado uma única vez durante o pronunciamento:

“[...] eu tenho muito orgulho de ter sido, como candidata à **presidenta**, a candidata mais votada aqui na Bahia.”

Embora documentos oficiais da coligação “Para o Brasil seguir mudando” tenham indicado o uso de “presidente” - forma prototípica do substantivo -, o feminino “presidenta” acabou se tornando uma das marcas registradas do discurso de Dilma enquanto exerceu a presidência e pode ter sido uma estratégia política para marcar a presença feminina no poder (PALACIOS, 2017)<sup>9</sup>. Ao longo do pronunciamento, a distinção de gênero foi empregada como recurso argumentativo em momentos distintos:

“Nós temos a convicção de que este país só será grande se todos os **brasileiros e brasileiras** forem grandes com ele. Por isso, **cada brasileiro, cada brasileira, cada família brasileira**, ela tem de ser o centro da nossa política, a coisa mais importante para um governo.”

“E, aí, eu quero me referir, aqui, **à agricultura familiar, aos agricultores familiares, às agricultoras familiares.**”

Na primeira sentença do primeiro trecho, o uso do masculino e do feminino produz o efeito de sentido de totalidade, remetendo à grandeza existente em cada cidadão, sinônimo da grandeza de nosso país, não apenas em extensão, mas também em valores. Na expressão “cada brasileiro, cada brasileira, cada família brasileira”, há paralelismo sintático constituído por pronome indefinido e substantivo, com destaque para o termo “brasileira”, que atua como substantivo e, logo em seguida, como adjetivo. Nesse exemplo, a distinção de gênero reforça o argumento de que o cidadão é o centro do novo governo. Na expressão “à agricultura familiar, aos agricultores familiares, às agricultoras familiares”, o paralelismo sintático é

---

<sup>9</sup> Em 2012, Dilma chegou a sancionar a lei nº 12.605, que determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas. Embora a forma feminina “presidenta” seja dicionarizada (DANTAS, 2017), com o passar dos anos, adquiriu carga ideológica e passou a evidenciar posicionamentos políticos que eram favoráveis ou contrários ao governo da presidente.

constituído por substantivo e adjetivo e a distinção de gênero reforça a importância da agricultura familiar para a economia brasileira.

No pronunciamento, também houve menção a aspectos relacionados às crenças religiosas:

“A gente tem de aprender que agricultura a gente faz não é só **apostando** que Deus ajuda. Ele ajuda, mas ele quer sempre que a gente faça por onde, pela **nossa parte**, e a nossa parte é botar os meninos para estudar e fazer com que nós tenhamos uma agricultura familiar capaz de gerar riqueza no bolso do trabalhador rural, da trabalhadora rural, daquele que é o organizador da produção agrícola na sua unidade.”

Conforme explanado anteriormente nesta seção, as questões religiosas se fizeram presentes nas eleições presidenciais de 2010, por isso a sutil menção a Deus pode suscitar a interpretação de que os compromissos assumidos por Dilma com as bancadas conservadoras durante a campanha eleitoral não foram esquecidos. Além disso, o contraste entre a forma nominal “apostando” e a menção a Deus produz o efeito de sentido de que não se pode esperar de braços cruzados pela providência divina, daí a necessidade de se fazer “a nossa parte”. Assim, a imagem de Dilma projetada neste ponto do discurso é a de uma pessoa que tem discernimento do que é atribuição divina e do que é atribuição humana.

Em relação à abordagem da audiência, o pronunciamento apresenta alternância: é iniciado no aspecto micro, dirigindo-se ao público feminino, especificamente, avança para o aspecto macro, abrangendo questões sociais de interesse da população, independentemente de gênero, e retorna para o aspecto micro, em uma situação que se repete ao longo do discurso e intensifica o caráter político do pronunciamento. É possível perceber que a mobilidade de posicionamentos é marcada por recursos argumentativos recorrentes: quando se refere ao aspecto amplo, a fala de Dilma remete a Lula ou a programas sociais do governo - em especial, o Bolsa Família, mencionado 26 vezes ao longo do pronunciamento. Um efeito de sentido que pode ser apreendido dessas menções recorrentes é o objetivo de enfatizar, de maneira implícita, o quanto o governo Lula fez benfeitorias sociais através dos programas assistenciais. Quando se refere, especificamente, à mulher, a fala da presidente adquire um tom subjetivo de afetividade, que conta com exemplos cotidianos para fortalecer os posicionamentos assumidos.

Na dimensão social que o pronunciamento abrange, é importante mencionar que o discurso em questão foi realizado em Irecê, pequeno município

baiano que, no censo de 2010, contava com uma população de pouco mais de 66.000 habitantes. A escolha do local para o discurso de abertura do mês da mulher, certamente, não foi aleatória, uma vez que Dilma foi a candidata a presidente mais votada na Bahia, estado que mais recebia o Bolsa Família.

“[...] eu tenho muito orgulho de ter sido, como candidata à presidenta, a candidata mais votada aqui na Bahia.”

“[...] a Bahia é o estado que mais recebe Bolsa Família”.

De acordo com o IBGE, no censo de 2010, 43,8% da população de Irecê possuíam rendimento nominal mensal *per capita* de até ½ salário mínimo, elevando a pequena cidade a cenário ideal para o anúncio de um aumento no valor do Bolsa Família, programa social que foi um dos carros-chefe do governo Lula. Nesse sentido, quando Dilma afirma que o PT se negou a usar o programa social como instrumento eleitoral em 2010, o efeito de sentido que emana desse enunciado pende para o lado oposto: não foi usado no período de campanha, mas está sendo utilizado como estratégia de *marketing* político no início do mandato da presidente:

“E aqui, eu venho a Irecê e aproveito para lançar o reajuste do programa Bolsa Família. Desde 2009 que o programa Bolsa Família não tinha reajuste. Por quê? Porque no ano de 2010 era ano eleitoral, e a gente não fez política com o Bolsa Família em época de eleição. Por isso eu estou hoje aqui para cumprir esse papel fundamental, que é de priorizar aqueles mais pobres do nosso país.”

Embora Lula não estivesse fisicamente presente no evento em que o discurso foi realizado, a projeção de sua influência sobre o novo governo pode ser percebida, com clareza, em mais de um momento: o nome do ex-presidente é mencionado seis vezes durante o discurso e o efeito de sentido produzido pelo *slogan* de campanha, “Para o Brasil seguir mudando”, naturalmente sugestivo de que o modo de governo do ex-presidente seria um modelo a ser seguido no mandato de Dilma, é enfatizado no pronunciamento, conforme podemos conferir nestes trechos:

“Porque, junto com o Governador, é com os prefeitos que nós fazemos a **parceria**, e é com os prefeitos que nós, desde o governo do presidente Lula, e no meu governo vamos continuar da mesma forma, fazemos as parcerias.”

“[...] ele vai estar conosco nos próximos quatro anos[...].”



No primeiro trecho, em especial, que aparece como fala intermediária de Dilma em uma longa saudação a autoridades políticas, o emprego do substantivo “parceria”, em detrimento de “aliança”, atribui um caráter de afetividade que envolve os governos federal, estadual e municipal e resulta no efeito de sentido de que os desfavorecidos, os quais começaram a ser beneficiados por alianças políticas no governo Lula, continuariam a usufruir dos mesmos benefícios com a eleição de Dilma.

O estereótipo do brasileiro humilde que, apesar das circunstâncias desfavoráveis, vence na vida por méritos próprios, e ainda assim não se esquece de ajudar os que permanecem desfavorecidos - parte do *ethos* projetado por Lula enquanto presidente -, é abordado no discurso, conforme se vê:

“Eu venho aqui a Irecê [...] para lançar um programa que nós consideramos o programa que demonstra, desde a época do governo do presidente Lula, demonstra o nosso compromisso com aquela parcela da população brasileira que foi sempre abandonada, sempre tratada como sendo uma parte da população que não interessava ao Brasil.”

“O Presidente, então, me pediu duas coisas. Uma: que dissesse para vocês que ele manda um abraço e manda todo o carinho dele.”

Em ambas as falas, a projeção da imagem de Dilma parte da apropriação da imagem de Lula, como se ela fosse uma extensão dele. Parte dessa semelhança se deve à formação ideológica que ambos compartilham, por serem filiados ao mesmo partido político. Nesse sentido, a imagem projetada remete a duas figuras distintas que estão unidas pelo vínculo da afetividade e pela busca de um objetivo em comum: zelar pelo bem-estar dos desfavorecidos e marginalizados, ainda que todo o restante do Brasil os abandone.

No que diz respeito à abrangência de questões específicas do universo feminino, pode parecer que a mobilidade entre aspecto amplo e estrito tira o foco do aparente objetivo principal do discurso - homenagear as mulheres -, no entanto valores como afetividade e empatia contribuem para que ambos os aspectos permaneçam bem conectados durante o ato discursivo. Como mulher, a imagem que se projeta de Dilma é de alguém que está deixando de ser coadjuvante para se tornar protagonista. Nesse sentido, os pronomes possessivos, que não foram muito usados ao longo do discurso, recebem um atributo especial neste trecho:

“[...] hoje eu estou aqui **para dar início ao meu** Programa de Erradicação da Miséria.”

Nele, a expressão “para dar início” estabelece relação semântica de finalidade, e seguida do pronome possessivo “meu” contribui para a projeção da imagem de que, com o lançamento do Programa de Erradicação da Miséria, Dilma deseja criar uma identidade própria para seu governo, para além da continuidade do Bolsa Família, programa social que se estabeleceu na gestão de Lula.

Sem grande ênfase ao fato de Dilma ter sido a primeira mulher brasileira a ocupar a Presidência da República, o protagonismo feminino do discurso é atribuído à mulher brasileira, em geral, conforme podemos verificar:

“Não só porque eu cheguei à Presidência da República e eu sou uma mulher; porque eu concordo, eu não cheguei aqui só por conta da minha história ou de todas as lutas que eu travei ao longo da vida. Eu cheguei aqui porque uma quantidade muito grande de mulheres saiu de suas casas e foi trabalhar [...]”

Esses trechos contribuem para a projeção de uma imagem já cristalizada no inconsciente coletivo, a da mulher mãe e guerreira, que não mede esforços para, diariamente, sustentar seu lar, física e emocionalmente. Segundo Lopes (2015), “O ‘olhar feminino’ é essencializado a partir de características que reforçam estereótipos de gênero feminino como o cuidado, a minúcia, entre outros” (LOPES, 2015, p. 17).

Analisemos este trecho do pronunciamento:

“Porque a mulher sabe de duas coisas também: sabe ter **coragem** – porque não é uma mulher sem coragem aquela que acorda todo dia de manhã, arruma os filhos, assegura que eles tenham comida, providencia educação, solta os meninos para a escola, encara o trabalho do dia a dia, encara a sua profissão. Mas também, além da coragem, eu acho que a mulher tem uma outra coisa: ela tem **carinho**. Ela cuida, ela protege, ela dá amor, e ela apoia e incentiva.”

O substantivo abstrato “coragem” enaltece os atributos da mulher brasileira, listados, em seguida, em forma de uma série de tarefas, separadas, unicamente, por vírgula, em que a omissão da conjunção coordenativa “e”, ao final do período, contribui para a produção do efeito de sentido de continuidade das ações realizadas. Além disso, o uso do substantivo “coragem” - atributo característico do universo masculino - alça a mulher à igualdade de gênero e a segunda sentença do trecho, iniciada pelos operadores argumentativos “Mas também, além da”, enaltece o caráter corajoso da mulher brasileira, antes de atribuir-lhe mais uma característica valorativa, o carinho, atributo inato da mãe. Por fim, a terceira sentença do trecho,

marcada pelo paralelismo sintático constituído por pronome pessoal e verbo, enaltece os atributos da mulher carinhosa (“Ela cuida, ela protege, ela dá amor, e ela apoia e incentiva”).

Lopes (2015) corrobora esse argumento ao afirmar que

Socialmente, mãe é uma palavra associada ao cuidado, afeto, sensibilidade, proteção. No campo político, o uso da imagem *mãe* busca trazer para a construção das imagens públicas das mulheres estas características tidas como “naturais” da condição do feminino. [...] Muito associada à ideia de mãe, outra representação bastante usada por Dilma Rousseff em seus discursos de gênero é a *mulher de luta*. A ideia de que as mulheres, a despeito de serem tidas como sexo frágil, são também portadoras de grande coragem para lutar e enfrentar os desafios da vida, encontram eco na música popular brasileira [...] Essa representação das mulheres em geral, e das brasileiras em particular, buscam articular ao feminino características reconhecidas como do universo masculino (coragem, força etc.) (LOPES, 2015, p. 12-13).

Na parte final do discurso, a abordagem de assuntos de interesse geral da população em um momento, em tese, dedicado a homenagear as mulheres, se justifica por seu caráter altruísta, conforme se percebe no trecho

“E este mês é o nosso mês, é o mês das mulheres. Mas a generosidade das mulheres faz também que este seja o mês em que nós olhamos para todos os brasileiros, sem exceção, sem discriminação [...]”

A partir daí, o pronunciamento encaminha para o desfecho, no qual a estratégia discursiva é a associação do aspecto amplo - os assuntos de interesse da população em geral - ao aspecto estrito - os assuntos relacionados, especificamente, à mulher - conforme se vê:

“Mas também a agricultura familiar, e aqui eu venho, hoje, porque eu quero marcar o início desse 8 de março como o mês que comemora as mulheres guerreiras e fortes da agricultura, as trabalhadoras.”

Essa associação conduz ao encerramento do discurso, cuja última sentença conta com o emprego de dois substantivos abstratos: carinho e coragem. Essas duas palavras retomam e reforçam um efeito de sentido já produzido anteriormente, denotando o intencional apelo emotivo que, ao longo do discurso, permeia o valor social atribuído à mulher brasileira e à baiana, em especial.

Diante do exposto nesta análise, podemos afirmar que o discurso de Dilma Rousseff priorizou uma seleção lexical de fácil compreensão para o público

ouvinte, os moradores do município de Irecê, na Bahia. As palavras foram empregadas de modo a proporcionar aproximação e afetividade entre locutor e público ouvinte e, nesse âmbito, o discurso se estabeleceu sobre dois atributos valorativos da mulher brasileira: carinho e coragem. Dessa forma, o feito histórico alcançado por Dilma, ao se tornar a primeira mulher brasileira a chegar à Presidência da República, não foi um aspecto enfatizado no pronunciamento, entretanto, é perceptível a ênfase na distinção de gêneros das palavras, quando estas servem ao propósito de enfatizar argumentos ao longo do discurso.

Maingueneau (2020) pondera que o *ethos* condiz com um “esforço constante de articular campos geralmente considerados como disjuntos: o corpo e a fala, o texto e o contexto, a linguagem e a ação, o singular e o coletivo etc.” (MAINGUENEAU, 2020 p. 168). Dessa forma, os recursos argumentativos empregados ao longo do pronunciamento contribuem para que o *ethos* da presidente projete a imagem de uma mulher que tem consciência de que está sob a influência da figura de seu padrinho político, o ex-presidente Lula, mas que busca uma identidade própria para o início do seu governo.

O recurso argumentativo de destaque foi a dicotomia entre o aspecto amplo e o aspecto estrito: assuntos de interesse da população em geral em contraste com assuntos relacionados ao universo feminino. Essa dicotomia revelou um teor de *marketing* político ao longo do discurso, permitindo a interpretação de que, embora o título do pronunciamento se revele, oficialmente, como “Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de início do Mês da Mulher: Trabalho e Cidadania”, ele tenha servido ao propósito de divulgar obras assistenciais realizadas pelo PT ao longo do governo Lula.

É importante salientar que

“[...] o sentido de qualquer texto se constrói na articulação: entre partes e todo, entre o lexical e o gramatical, entre o linguístico e o pragmático; entre o texto e a situação de comunicação. Qualquer isolamento de um desses elementos reduz a significação e a funcionalidade das ações de linguagem” (ANTUNES, 2010, p.175).

Nessa perspectiva, o discurso de Dilma – como todo texto – tem um propósito comunicativo, isto é, pretende cumprir com determinado objetivo, justamente por ser uma atividade de linguagem. Para isso, o texto recorre a vários recursos linguísticos, semânticos e pragmáticos da língua.

Na próxima seção, será analisado o discurso do presidente Michel Temer.

### 3.3 PRESIDENTE MICHEL TEMER (2017)

O terceiro discurso analisado é o do presidente Michel Temer, realizado em 8 de março de 2017, primeiro ano de seu mandato. Eleito, inicialmente, como vice-presidente de Dilma Rousseff, Temer foi alçado à Presidência da República em maio de 2016, quando a presidenta foi afastada do cargo. Pouco tempo antes, em março do mesmo ano, Temer havia sido o articulador do rompimento entre seu partido (PMDB) e o de Dilma (PT). Em maio, ao assumir, interinamente, a presidência, transformou-se em *persona non grata* para parte da opinião pública, em especial, para os defensores de sua ex-aliada, os quais o chamaram de golpista. Com a concretização do *impeachment* de Dilma, Temer tomou posse, oficialmente, em 31 de agosto de 2016.

No que diz respeito à composição do novo governo, não havia mulheres no gabinete quando Temer assumiu, interinamente, a presidência, em maio de 2016. Em março de 2017, quando discursou pela primeira vez como presidente no Dia Internacional da Mulher, apenas duas das vinte e oito pastas ministeriais eram ocupadas por mulheres: a Advocacia-Geral da União e a pasta de Direitos Humanos, o que já provocava reações negativas vindas da opinião pública.

Foi nessas condições de produção que o então novo presidente da República realizou seu primeiro discurso voltado à mulher, em Brasília, no dia 8 de março de 2017. Temer foi precedido por sua esposa, Marcela, no pronunciamento. A íntegra da fala da primeira-dama, no entanto, não foi disponibilizada, nem em texto, nem em vídeo. Veículos de comunicação se limitaram a mencionar que ela discursou por menos de dois minutos, e o Planalto utilizou trechos de sua fala de duas formas distintas: no canal do YouTube, alternou falas de Marcela e de Temer para produzir um vídeo de divulgação de medidas para a saúde da mulher e combate à violência do gênero e, no portal oficial da Presidência da República, publicou um texto sob o título “Primeira-dama da República defende respeito às escolhas das mulheres”. De maneira estratégica, em ambas as plataformas, uma fala de Marcela foi enfatizada: “Que a sociedade reconheça os vários papéis que nós mulheres exercemos e que

nossas escolhas sejam respeitadas por todos. Desde a opção da profissão ao nosso modo de vida” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2017).

Esse argumento permite-nos retomar o *ethos* projetado de Marcela, por ocasião da matéria “Bela, recatada e ‘do lar’”, publicada pela revista *Veja* no ano anterior. Se, à época, a matéria atribuiu uma imagem de mulher alienada, superficial, fútil e sem voz à primeira-dama, agora, sua fala busca desconstruir essa imagem, para construir a figura de uma mulher forte, que tem pleno poder sobre suas escolhas e leva o estilo de vida que escolheu, sem que este lhe tenha sido imposto por quem quer que seja.

Posteriormente, nesta seção, será estabelecida relação entre essa fala da primeira-dama e os posicionamentos assumidos no pronunciamento de Michel Temer, o qual será apresentado a seguir<sup>10</sup>, de acordo com a versão transcrita do blog da Biblioteca da Presidência da República.

---

**08-03-2017-Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Cerimônia de Comemoração pelo Dia Internacional da Mulher - Brasília/DF**

**Palácio do Planalto, 08 de março de 2017**

*Olha, eu quero em primeiro lugar, naturalmente saudar indistintamente a todos, aos que estão à mesa, e aqueles que estão no auditório.*

*E vejo que está sendo extremamente prestigiado este evento pela bancada feminina da Câmara e do Senado. O que revela desde logo a importância da recordação anual que se faz do Dia Internacional da Mulher.*

*E eu vejo como é importante, ou como são importantes, essas solenidades, que não basta marcar no calendário o Dia da Mulher, é preciso comemorá-lo. E comemorá-lo significa recordar a luta permanente da mulher por uma posição adequada na sociedade.*

*Eu não preciso, depois do discurso emocionado da Luislinda, de todos enfim, dizer da importância da mulher e da luta permanente que a mulher vem fazendo ao longo do tempo no Brasil*

*e no mundo. Que aqui e fora do Brasil, em outras partes do mundo, a mulher ainda é tratada como se fosse uma figura de segundo grau, quando na verdade, ela deve ocupar o primeiro grau em todas as sociedades.*

*Eu digo isso com a maior tranquilidade, porque eu tenho absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela, o quanto a mulher faz pela casa, o quanto faz pelo lar, o que faz pelos filhos. E, portanto, se a sociedade de alguma maneira vai bem, quando os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada educação e formação em suas casas. E seguramente isso quem faz não é o homem, isso quem faz é a mulher.*

*Então ter essas solenidades como esta que nós estamos comemorando aqui no Palácio do Planalto, é recordar o que está sendo recordado pelos discursos e pelas palavras que nós estamos agora pronunciando. Mas é interessante notar como, e aqui eu recordo mais uma vez, só para dizer do absurdo e muitas vezes da nossa história, que a mulher só começou a votar pelos idos de 30, 32 não é? Quando se lhes deu o direito a voto, o direito*

---

<sup>10</sup> O objeto de análise desta seção é o discurso aqui transcrito. Uma versão impressa e outra em áudio foram disponibilizadas por órgãos do Governo, mas, neste trabalho, apenas a versão impressa foi utilizada. Por isso, foram respeitadas a ortografia, a paragrafação e a pontuação originais.

mínimo, que é de participar. A mulher representa, e representava, no passado 50% da população brasileira. E, sem embargo disso, o fato é que 50% estava excluído (sic).

Portanto, a representação que antes que (sic) se fazia era uma representação política de pé quebrado. Era uma representação de 50%, quem sabe, da população brasileira. Mas, ao longo do tempo, devo registrar com grande satisfação, que a mulher foi conseguindo o seu espaço.

Quando a Fátima Pelaes relembra que, quando criei a primeira Delegacia da Mulher, parece um fato extraordinário, não é? Mas era uma consequência natural da luta das mulheres e até conto muito rapidamente como isso se deu. Eu era secretário da Segurança Pública em São Paulo, pelos idos de 85, quando uma comissão de mulheres veio a mim e me contou, naturalmente, das violências que sofriam, da mais variada natureza, e do mau atendimento que tinham nas delegacias porque eram atendidas por homens, pelo escrivão, pelo investigador, pelo delegado. E aqui comigo logo surgiu a ideia interessante de algo que não tem, ou não tinha, e não tem, nenhum custo orçamentário. Por que que eu não coloco uma ou duas delegadas mulheres, três, quatro escrivãs, 15, 20 investigadoras para atender a mulher? E assim se deu com a instalação da primeira Delegacia da Mulher no Brasil.

Ela teve tanto sucesso, ministro Imbassahy, que a primeira delegada da mulher logo depois foi eleita deputada estadual, tamanha repercussão que se verificou, e eleita, naturalmente, pelas mulheres. E ao depois, quando voltei a ser secretário da Segurança, tempos depois, havia praticamente mais de 90 delegacias da Mulher no estado de São Paulo e no Brasil. É um reconhecimento, portanto, da posição da mulher no conserto nacional.

Eu estou falando de um período que antecede a Constituinte de [19]87 e [19]88, pois, precisamente, senador Medeiros, em função destes fatos que estou relatando, é que na Constituinte, quando as constituições anteriores diziam todos são iguais perante a lei. A

Constituinte de 88 decretou: homens e mulheres são iguais em direitos e deveres. Parece de pouca significação, mas significa inserção na estrutura do Estado brasileiro, portanto, o próprio Estado brasileiro, a ideia de que os direitos e deveres são iguais para homens e mulheres.

Portanto, é um longo trajeto histórico que vem revelando a presença importantíssima da mulher. Aliás, em função disso, no próprio Plano Nacional de Segurança Pública, um dos primeiros pilares do Plano Nacional de Segurança Pública, lançado muito recentemente, é exatamente o combate ao feminicídio e à violência contra a mulher. Nós estamos até cuidando de criar um fundo de combate à violência contra a mulher, e a bancada feminina já esteve comigo, é (sic) nós estamos cuidando disso, que é mais um passo no combate à violência contra a mulher. E estamos fortalecendo a Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, que é o 180.

E digo com toda franqueza, isso tudo é fruto do movimento das mulheres. É da compreensão dos homens, vamos dizer assim, mas do movimento muito entusiasmado, muito persistente, muito consistente, muito argumentativo até, das mulheres brasileiras. E, no particular, daquelas que participam dos movimentos sociais, daquelas que estão no Legislativo, que se constituem na voz natural das eleitoras em todo o Brasil.

De modo que, ao longo do tempo as senhoras, as mulheres, deram uma colaboração extraordinária ao nosso sistema. E hoje, como as mulheres participam em (sic) intensamente de todos os debates, eu vou até tomar a liberdade de dizer que na economia também, a mulher tem uma grande participação. Ninguém mais é capaz de indicar os desajustes, por exemplo, de preços em supermercados do que a mulher. Ninguém é capaz de melhor detectar as eventuais flutuações econômicas do que a mulher, pelo orçamento doméstico maior ou menor.

E nesse particular, até eu tomo a liberdade de dizer que neste momento, depois de nós termos passado por um momentos recessivos (sic), por momentos difíceis, agora segundo IBGE,

*em janeiro deste ano, a produção industrial no Brasil cresceu 1.4%. Eu digo isso, dou esse dado não é? Porque esse é um número, primeiro número positivo em 34 meses, primeiro número positivo que não temos na produção industrial um índice dessa natureza.*

*Ontem, até na reunião do Conselho, nós temos um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, hoje integrado por 101 figuras dos mais variados setores, nós enfatizamos que a recessão vai indo embora. E que a recessão indo embora, volta o crescimento. E eu digo isso, porque com o crescimento volta o emprego.*

*E hoje, graças a Deus, as mulheres, sem embargo das dificuldades, têm uma possibilidade de empregabilidade que não tinham no passado. Então, a queda da inflação que nós estamos assistindo, a queda dos juros, o superávit recorde da nossa balança comercial, o crescimento do investimento externo, tudo isso significa empregos. E significa também que a mulher, além de cuidar dos afazeres domésticos, vai vendo um campo cada vez mais largo para o emprego. Porque hoje homens e mulheres são igualmente empregados. Com algumas restrições ainda. Mas a gente vê em muitas reportagens, das mais variadas, como a mulher hoje ocupa um espaço executivo de grande relevância.*

*O número de mulheres que comandam empresas, que comandam*

*diretorias, é imenso. O número de mulheres que hoje está no Legislativo e tendo uma atuação extraordinária. Não foi sem razão, lembrou a Fátima, que sendo eu presidente pela última vez na Câmara dos Deputados, eu criei a Procuradoria Parlamentar da Mulher. E, sobremais, ainda estabeleci que uma deputada teria assento, não é Elcione, teria assento na reunião de líderes, para ter voz e voto.*

*O que significa que, pouco a pouco, mas neste momento cada vez mais rapidamente, a mulher vai ocupando um espaço cada vez mais significativo, mais expressivo e mais enaltecido da sociedade no nosso Brasil.*

*Portanto, eu quero dizer às colegas, às mulheres, aos senhores e às senhoras, a todos que eu fico muito, digamos assim, orgulhoso por sediar neste momento um encontro que recorda o Dia da Mulher. Especialmente porque não foram apenas palavras, mas viram pelos gestos tomados pelo ministro da Saúde, que houve gestos concretos. Ou seja, gestos executivos pela a (sic) assinatura dos atos que ele aqui decretou.*

*De modo que mais uma vez, digamos assim, o Brasil conta com as mulheres, conta com todos os brasileiros, mas tem a mais absoluta convicção de que a força motriz mais relevante do exercício da cidadania brasileira, está nas mulheres.*

*Nossa homenagem, portanto.*

---

No que diz respeito à estruturação, o discurso apresenta-se de maneira formal, característica natural do gênero, ainda que se perceba a presença de marcadores discursivos ao longo do pronunciamento:

**“Olha**, eu quero em primeiro lugar, naturalmente saudar indistintamente a todos [..]”

**“Que** aqui e fora do Brasil, em outras partes do mundo, a mulher ainda é tratada como se fosse uma figura de segundo grau [...]”

“Por que **que** eu não coloco uma ou duas delegadas mulheres [...]”

A formalidade da linguagem empregada, certamente, está relacionada à formalidade do evento realizado: ao contrário de Dilma, que discursara



para a população de uma pequena cidade baiana, Temer discursou em uma cerimônia no Palácio do Planalto, na qual estavam presentes ministros e parlamentares, além da bancada feminina da Câmara e do Senado, conforme enfatizado pelo próprio presidente no início de sua fala:

“E vejo que está sendo extremamente prestigiado este evento pela bancada feminina da Câmara e do Senado.”

No que diz respeito à seleção lexical como recurso argumentativo, Temer ficou conhecido pelo uso da linguagem erudita e rebuscada, a qual se manifesta ao longo de todo o pronunciamento, por meio, principalmente, da modalização, concretizada pela articulação de advérbios e adjetivos, como podemos observar:

“[...] eu quero em primeiro lugar, **naturalmente saudar indistintamente a todos** [...]”

“E vejo que está sendo **extremamente** prestigiado este evento pela bancada feminina da Câmara e do Senado.”

“[...] um dos primeiros pilares do Plano Nacional de Segurança Pública, lançado **muito recentemente**, é **exatamente** o combate ao feminicídio e à violência contra a mulher.”

No primeiro trecho, os dois advérbios, “naturalmente” e “indistintamente”, modificam a circunstância do verbo “saudar”. Seria mais adequada a construção “saudar natural e indistintamente a todos”, pois evitaria a repetição do sufixo “-mente”. No segundo trecho, o advérbio “extremamente” modifica a qualidade atribuída pelo adjetivo “prestigiado” e, no terceiro trecho, o advérbio de intensidade “muito” modifica a circunstância de outro advérbio: “recentemente”, seguido por outro advérbio de afirmação: “exatamente”.

É notório que a modalização empregada ao longo do discurso busca atribuir caráter valorativo ao papel social da mulher:

“[...] é um longo trajeto histórico que vem revelando a presença **importantíssima** da mulher.”

“É da compreensão dos homens, vamos dizer assim, mas do movimento **muito entusiasmado, muito persistente, muito consistente, muito argumentativo** até, das mulheres brasileiras.”

“[...] as senhoras, as mulheres, deram uma colaboração **extraordinária** ao nosso sistema. E hoje, como as mulheres participam em (*sic*)

**intensamente** de todos os debates, eu vou até tomar a liberdade de dizer que na economia também, a mulher tem uma **grande** participação.”

O primeiro trecho traz um superlativo absoluto sintético, no qual a forma base do adjetivo “importante” é acrescida do sufixo “-íssima”, resultando em uma construção lexical incomum para o gênero textual em análise. No segundo trecho, há paralelismo sintático formado por pronome indefinido e adjetivo, produzindo o efeito de sentido de que a ação social da mulher tem efeito positivo, duradouro e persuasivo.

Outro aspecto a ser destacado é o fato de Temer, em momentos específicos, dirigir a palavra a autoridades presentes na solenidade:

“Ela teve tanto sucesso, **ministro Imbassahy**, que a primeira delegada da mulher logo depois foi eleita deputada estadual [...]”

“[...] **senador Medeiros**, em função destes fatos que estou relatando, é que na Constituinte, quando as constituições anteriores diziam todos são iguais perante a lei.”

O uso dos vocativos é uma estratégia argumentativa que pode produzir o efeito de sentido de que a realidade dos que vivem além dos limites do Palácio do Planalto foi minimizada no discurso, dificultando uma possível aproximação com a população. Conforme discutido na fundamentação teórica deste trabalho, a forma de enunciar pode atuar como ferramenta de distinção social e Van Dijk (2018) defende que “o pertencimento a um grupo ou instituição por parte dos falantes e a desigualdade social tomada em termos genéricos introduzem diferenças a respeito do controle do diálogo em andamento” (VAN DIJK, 2018, p. 58). Dessa forma, é possível afirmar que, além de revelar a formação ideológica sobre o valor social da mulher, a seleção lexical empregada no pronunciamento irá atuar, em certo grau, como ferramenta de exclusão, que divide os participantes em *nós* e *eles*, conforme os critérios de dimensões de poder propostos por Van Dijk (2018). Na situação em questão, a classe *nós* é a elite, detentora da palavra, na qual estão inseridos o presidente e os convidados do evento. A classe *eles* é a massa além dos limites do Palácio do Planalto: os eleitores.

A perspectiva ideológica do pronunciamento é revelada aos poucos e se firma sobre uma intertextualidade implícita, que recorda fatos históricos, a fim de mostrar a evolução do papel social feminino ao longo do século XX e início do século XXI: o direito feminino ao voto, a criação da Delegacia da Mulher e da Procuradoria Parlamentar da Mulher, a Constituição de 1988, na qual o texto detalha que “homens

e mulheres são iguais em direitos e deveres”, e o Plano Nacional de Segurança Pública.

Sob o critério da interdiscursividade, podemos afirmar que a menção a esses fatos históricos busca projetar o *ethos* de Temer como homem público que apoia causas sociais que promovam a valorização feminina e que, em momentos oportunos, usou a influência dos cargos públicos que ocupava para externar, concretamente, o apreço a essa valorização. No entanto, também é possível perceber a influência da formação ideológica de Temer como cidadão de terceira idade, cujas raízes se firmam sobre a perspectiva de que lugar de mulher é em casa, organizando a rotina doméstica e garantindo seu bom andamento:

“[...] tenho absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela, o quanto a mulher faz pela casa, o quanto faz pelo lar, o que faz pelos filhos. E, portanto, se a sociedade de alguma maneira vai bem, quando os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada educação e formação em suas casas. E seguramente isso quem faz não é o homem, isso quem faz é a mulher.”

A menção a Marcela retoma o *ethos* projetado pela fala da primeira-dama no início da solenidade - de mulher forte e decidida - e produz o efeito de sentido de que sua força emocional e poder de escolha são um argumento de autoridade para o que está sendo afirmado nesse trecho do pronunciamento. Além disso, essa fala do presidente é uma evidência de que a ideologia que permeia a formação do cidadão irá influenciar e até se sobrepor à formação do político a respeito da atribuição feminina adequada na sociedade. Garcia (2020) defende que “a memória discursiva é um espaço teórico de um embate de forças ideológicas que objetivam sustentar os dizeres que serão retomados diante de um novo acontecimento” (GARCIA, 2020, p. 144).

No início do discurso, prevalece o argumento político, evidenciado pela afirmação de que, na sociedade brasileira, a mulher tem sido vista como inferior, por isso, há décadas, luta pela conquista de um lugar melhor. No âmbito dessa luta, são mencionados os fatos históricos que embasam a linha argumentativa do pronunciamento: a criação da Delegacia da Mulher e da Procuradoria Parlamentar da Mulher e a Constituição de 1988. Um pouco adiante, entretanto, há uma alternância no posicionamento assumido, que alavancado pelo momento sócio-histórico, dissemina uma visão considerada patriarcal sobre o valor social da mulher:

“De modo que, ao longo do tempo as senhoras, as mulheres, deram uma colaboração extraordinária ao nosso sistema. E hoje, como as mulheres participam em (*sic*) intensamente de todos os debates, eu vou até tomar a liberdade de dizer que na economia também, a mulher tem uma grande participação. Ninguém mais é capaz de indicar os desajustes, por exemplo, de preços em supermercados do que a mulher. Ninguém é capaz de melhor detectar as eventuais flutuações econômicas do que a mulher, pelo orçamento doméstico maior ou menor.”

Esse argumento enfatiza que, embora a mulher seja proativa e enriqueça os debates sociais, sua verdadeira contribuição para a sociedade consiste no bom gerenciamento da economia doméstica, o que gera, ao menos, dois efeitos de sentido: a generalização - implícita - de que o homem não é capaz de realizar um bom gerenciamento do lar e a atribuição de um papel social à mulher que não combina com o momento sócio-histórico, segundo o qual ela tem sido incentivada a se libertar do rótulo de exímia dona de casa para se tornar independente e empoderada. Essa oposição ideológica nos conduz a outro efeito de sentido: o de que o pronunciamento é permeado por um viés machista, que reforça as diferenças estabelecidas pela divisão entre as classes *nós* e *eles*: mais uma vez, a classe *nós*, representada pela elite e detentora da palavra, não considera as aspirações consideradas essenciais por parte da classe *eles*, os que vivem a realidade cotidiana, à parte de idealizações estabelecidas pela elite dominante. Dessa forma, cada afirmação sobre o valor social feminino “é um acontecimento discursivo, pois a partir dela, são produzidos diversos discursos que se desenrolam, principalmente em torno da relação social e histórica entre os gêneros feminino e masculino” (COSTA; BARONAS, 2020, p. 48). Neste ponto, é importante mencionar que o uso da imagem de mulher forte e decidida, projetada pela fala da primeira-dama no início do pronunciamento, constituiu-se como recurso argumentativo ineficiente na busca de atribuir valor ao papel social da mulher.

Imediatamente após esse argumento sobre o valor social da mulher, há também uma guinada em relação ao emprego do numeral, lugar retórico de quantidade. Até então, ao longo do discurso, essa classe morfológica fora empregada como argumento de autoridade, apresentada, majoritariamente, em forma de estatística:

“[...] a mulher só começou a votar pelos idos de **30, 32** não é? Quando se lhes deu o direito a voto, o direito mínimo, que é de participar. A mulher representa, e representava, no passado **50%** da população brasileira.”

“[...] quando voltei a ser secretário da Segurança, tempos depois, havia praticamente **mais de 90** delegacias da Mulher no estado de São Paulo e no Brasil.”

“Ontem, até na reunião do Conselho, nós temos um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, hoje integrado por **101** figuras dos mais variados setores, nós enfatizamos que a recessão vai indo embora.”

Quando, porém, é mencionado o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), o emprego dos numerais atribui um viés político ao discurso, em uma tentativa desajustada de articular a importância da habilidade feminina de gerenciar o orçamento doméstico e o crescimento econômico do país:

“[...] agora segundo IBGE, em janeiro deste ano, a produção industrial no Brasil cresceu **1.4%**. Eu digo isso, dou esse dado não é? Porque esse é um número, **primeiro** número positivo em **34** meses, **primeiro** número positivo que não temos na produção industrial um índice dessa natureza.”

Na parte final do discurso, há, novamente, uma alternância de posicionamentos, na qual volta a prevalecer a formação política, expressa pelo argumento:

“E hoje, graças a Deus, as mulheres, sem embargo das dificuldades, têm uma possibilidade de empregabilidade que não tinham no passado.”

Nesse trecho, fica evidente a consciência de que, acima de qualquer opinião, a mulher faz parte do mercado de trabalho, e o espaço que ocupa nele hoje avançou no decorrer do século passado e início deste século.

No encerramento do discurso, sem evidenciar se o que prevalece é o posicionamento político ou o pessoal, há a atribuição do sucesso das conquistas à mulher:

“[...] o Brasil conta com as mulheres, conta com todos os brasileiros, mas tem a mais absoluta convicção de que a força motriz mais relevante do exercício da cidadania brasileira, está nas mulheres.”

Entretanto, como a essa altura do pronunciamento os argumentos anteriores já assujeitam os efeitos de sentido, uma interpretação para essa afirmação é que a contribuição feminina esteja, sobretudo, atrelada à sua habilidade de gerenciamento doméstico, ainda que tenha sido mencionada sua evolução no mercado de trabalho nos últimos anos.

Sendo assim, mediante a análise realizada nesta seção, pudemos perceber que a seleção lexical foi um recurso argumentativo que atuou como ferramenta de exclusão em momentos específicos do pronunciamento, conforme os critérios de dimensões do poder propostos por Van Dijk (2018). Além disso, dois posicionamentos distintos se alternaram ao longo da elaboração argumentativa que permeou o discurso: de um lado, a visão política, que projetou o *ethos* de Temer como homem público que apoia a valorização feminina e que, quando pôde, usou da influência política para externar o apreço a essa valorização. Do outro lado, a formação pessoal, que influenciou e se sobrepôs ao posicionamento político, ao parecer reduzir o valor social da mulher, unicamente, ao gerenciamento da rotina doméstica, favorecendo, assim, o efeito de sentido de que o que prevalece é um posicionamento patriarcal e machista a respeito do valor social da mulher. Nesse sentido, o uso do *ethos* de mulher forte e decidida, projetado pela fala da primeira-dama no início do pronunciamento, revelou-se um argumento ineficiente na busca de atribuir valor ao papel social da mulher, reforçando, assim, o efeito de sentido de machismo e diferença, no que diz respeito ao papel da mulher brasileira no desenvolvimento de nosso país.

Na próxima seção, será analisado o último discurso deste trabalho, realizado pelo presidente Jair Bolsonaro.

#### 3.4 PRESIDENTE JAIR MESSIAS BOLSONARO (2019)

Nesta seção, será analisado o discurso do presidente Jair Messias Bolsonaro, referente ao ano de 2019, seu primeiro ano de mandato. Este é o último discurso, se considerada a ordem cronológica do *corpus* deste trabalho.

Bolsonaro iniciou sua vida parlamentar em 1989, como vereador pela cidade do Rio de Janeiro e, em 1991, foi eleito deputado federal pelo estado homônimo, cargo no qual permaneceu até assumir a presidência da República, em janeiro de 2019. Ao longo de sua trajetória política, Bolsonaro colecionou declarações polêmicas em assuntos diversos, a saber: ditadura militar, política, segurança pública, religião, mulheres, relações homoafetivas, minorias étnicas, direitos humanos, entre outros.

Em relação ao valor social da mulher, dois fatos serão mencionados como exemplo nesta seção: em 2003, quando era deputado federal, durante uma

discussão nos corredores da Câmara dos Deputados, testemunhada por jornalistas, Bolsonaro disse à também deputada federal Maria do Rosário que jamais a estupraria, por ela não merecer. A afirmação foi ratificada em 2014, na tribuna da Casa e, por tal atitude, em 2015, de acordo com o jornal *Gazeta do Povo*, ele foi condenado a indenizar a colega parlamentar em dez mil reais.

Em 2017, quando já figurava como presidenciável, Bolsonaro participou de uma palestra no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro e, ao mencionar Laura, a caçula e única menina entre seus cinco filhos, afirmou que a concepção da filha ocorrera devido a uma “fraquejada” de sua parte, declaração considerada sexista pela opinião pública.

Foi nessas condições de produção, sob acusações de misoginia, devido às declarações polêmicas realizadas ao longo de sua trajetória política, que Bolsonaro realizou seu primeiro discurso como presidente da República, em celebração ao Dia Internacional da Mulher.

Segue abaixo a transcrição parcial do discurso, que corresponde à fala do presidente, o qual foi precedido pela esposa. As falas foram, literalmente, transcritas, no entanto, por tratar-se de um monólogo oratório em vídeo, paragrafação e pontuação foram determinadas pela pesquisadora.

*[...] A mensagem que eu quero transmitir a vocês: pra quem é cristão, o homem, sua costela, veio uma mulher, e a partir desse momento, pela graça de Deus, de vocês, vieram todos os homens. Está na Bíblia, também, que a mulher sábia edifica o lar.*

*Nós vivemos momentos de inflexão no Brasil; a própria eleição minha diz isso, respeitando todas aquelas que, porventura, votaram no outro candidato, ou tiveram outras opções.*

*O que eu vejo de mais sagrado numa pátria, numa nação, é a unicidade familiar. A família é a célula da sociedade, e uma família unida, uma família responsável, uma família com princípios e com valores edifica uma nação. E, em grande parte do nosso país, as famílias são dessa natureza. E devemos isso tudo, em grande parte, também, à garra, à vontade, à determinação e à fé das mulheres.*

*Nesse dia, que pra mim*

*não é diferente dos demais, porque vocês estão em nossas vidas 24 horas por dia, eu quero dizer que vocês são quem, realmente, conduz o destino de uma nação. Não existe um homem que possa fazer uma política séria, se não tiver, não ao seu lado, mas junto de si, uma mulher com os mesmos princípios. Graças a Deus, eu tenho uma família consistente, e nós devemos buscar isso, pois, somente dessa maneira, nós podemos construir uma grande nação.*

*Então, e também, antes de concluir, dizer que, pela primeira vez na vida, o número de ministros e ministras está equilibrado em nosso governo. Nós temos vinte e dois ministérios; vinte homens e duas mulheres. Somente um pequeno detalhe: cada uma dessas mulheres que tão (sic) aqui equivalem (sic) por dez homens. A garra dessas duas transmite energia para os demais.*

*Assim sendo, para o bem do nosso Brasil, vocês contem com um*

*aliado, com alguém que, de fato, respeita vocês (sic) e quer que vocês tenham paz e tranquilidade. No que depender de nós, vamos lutar e continuar lutando pra que cada vez mais vocês façam parte de*

*nossas vidas. O futuro do Brasil, em grande parte, passa pela decisão de vocês.  
Muito obrigado, mulheres do Brasil; sou apaixonado por todas vocês.  
Muito obrigado!*

O objeto da análise deste trabalho foi o discurso transcrito acima.

O pronunciamento, em sua totalidade, teve a duração exata de sete minutos e quarenta e nove segundos, mas o presidente apenas tomou a palavra após três minutos do início do evento, tendo sido precedido pela esposa, Michelle Bolsonaro, que assim como Marcela Temer em 2017, iniciou a solenidade, com a apresentação das autoridades presentes, menções honrosas e considerações iniciais. A fala de Michelle revela uma postura inclusiva, que atribui a Deus o dom feminino de transformar e reinventar a história, mas pontua que cada ser humano é responsável por seu destino.

Em posição de destaque perante a audiência, além do casal presidencial, estavam o vice-presidente, Hamilton Mourão; Paula Mourão, sua esposa; Damares Regina Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Raquel Dodge, Procuradora Geral da República, à época; e Janete Vaz, apresentada, pela primeira-dama, como líder do grupo Mulheres do Brasil. Michelle Bolsonaro também fez menção a Priscilla Roberta Gaspar de Oliveira, Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e às senhoras agraciadas, Gisele Beck Figueiredo, Kamiru Kamaiurá e Carolina Angélica Moreira Sanchez Gomes. Segundo menção da própria primeira-dama, o público presente no discurso foi composto por funcionárias do Palácio do Planalto, do Palácio da Alvorada, da Granja do Torto e do Palácio do Jaburu. Durante todo o evento, houve tradução simultânea para a Língua Brasileira de Sinais.

Deve-se considerar que a expressividade de um enunciado se materializa por meio da escolha dos elementos lexicais, gramaticais e composicionais, o que revela sua importância na construção do sentido. O que concretiza a seleção lexical é o emprego de palavras de classes abertas, que proporcionam liberdade na escolha do léxico, tais como substantivo, adjetivo, verbo e advérbio. Oliveira (2014) afirma que

Uma função primordial do adjetivo consiste em tornar mais viva a



manifestação de uma atitude emotiva diante da realidade; [...] O adjetivo, quando usado de forma elaborada, instaura uma relação ideológico-argumentativa que permite constatar e avaliar os traços reveladores de seu enunciador (OLIVEIRA, 2014, p. 182).

Durante o pronunciamento, Bolsonaro usa, por vinte vezes, a adjetivação como recurso argumentativo de atribuição valorativa, o que Neves (2000 apud OLIVEIRA 2014, p. 182) denomina de qualidade eufórica. Majoritariamente simples, a adjetivação se apresenta quaternária neste trecho:

"Uma família **unida**, uma família **responsável**, uma família **com princípios e com valores** edifica uma nação."

Na sentença, os adjetivos "unida" e "responsável", bem como as locuções adjetivas "com princípios" e "com valores" têm como referencial o substantivo "família". Também pode-se perceber o paralelismo sintático constituído por adjunto adnominal / sujeito / adjunto adnominal em "Uma família unida, uma família responsável, uma família com princípios." Os adjetivos, de modo especial, colaboram para a subjetividade da linguagem. A seleção lexical é o valor estilístico do emprego de alternativas lexicais em um texto; a escolha das palavras pode manifestar posicionamento, sentimento, emoção, pois, por trás da seleção lexical, há o posicionamento do enunciador e o uso de adjetivos é uma das formas de manifestá-lo.

Os operadores argumentativos ocupam lugar de destaque no discurso. Oliveira (2014) postula que "os operadores argumentativos são elementos da gramática que, ligados a determinados enunciados, encaminham o leitor a uma dada conclusão, intimamente ligada às condições de uso" (OLIVEIRA, 2014, p. 192). No discurso em questão, os operadores argumentativos mais utilizados pertencem à classe prototípica: conjunções, advérbios (ou locuções adverbiais) e pronomes. No entanto, para os propósitos desta análise, serão destacados apenas os operadores argumentativos empregados na sentença transcrita a seguir:

"**Assim sendo**, para o bem do **nosso** Brasil, **vocês** contem com um aliado, com alguém que, **de fato**, respeita **vocês** e quer que **vocês** tenham paz e tranquilidade."

Nessa sentença, a locução conjuntiva "Assim sendo" atua como operador argumentativo que produz efeito de conclusão e, portanto, indica que o discurso está se encaminhando para o fim. O pronome pessoal "nosso" indica

afetividade, e a locução adverbial de afirmação “de fato” adquire forte carga semântica e visa a produzir o efeito de sentido de que, independentemente das polêmicas anteriores, o presidente se importa com as mulheres, almeja seu bem-estar e trabalhará para que o Brasil se torne, efetivamente, um país que atribui voz à mulher. A repetição do pronome pessoal “vocês” pode ser interpretada apenas como marca de oralidade, mas pode também produzir o efeito de sentido de que há uma busca em intensificar a atenção que o novo governo dará às mulheres. Nesta sentença, também é possível evocar, a partir da seleção lexical, o conceito de cena de enunciação de Maingueneau (2005), para sintetizar o posicionamento ideológico que permeia o discurso: desconstruir o *ethos* de machista e misógino projetado por Bolsonaro durante sua trajetória política – e reforçado pela oposição durante a campanha eleitoral de 2018 – para construir, no lugar dele, a imagem de um presidente que se importa com a mulher, buscando “mostrar o *ethos* de alguém moderado e responsável” (MAINGUENEAU, 2020, p. 19).

A acumulação é outro recurso argumentativo presente no discurso. Oliveira (2014) menciona que “A acumulação é uma figura de caráter intensificador, a utilização de elementos, semântica e sintaticamente, interligados mobiliza, na mente do enunciatário, efeitos nitidamente persuasivos” (OLIVEIRA, 2014, p. 185). Esse recurso foi utilizado em dois trechos:

"O que eu vejo de mais sagrado **numa pátria, numa nação**, é a unicidade familiar."

"E devemos isso tudo, em grande parte, também, **à garra, à vontade, à determinação e à fé** das mulheres."

No primeiro trecho, há intensificação do valor afetivo do país, por meio da formação de duas locuções adverbiais de lugar, constituídas pela contração de preposição e artigo indefinido, junto a um substantivo (“numa pátria, numa nação”); no segundo trecho, intensificam-se atributos valorativos abstratos do caráter da mulher: garra, vontade, determinação e fé.

As marcas de oralidade, embora limitadas, devido à natureza formal do gênero, também se fazem presentes. Em dois momentos distintos, a forma oral “pra”, que substitui a norma padrão da preposição “para”, proporciona um efeito de sentido de informalidade e, por conseguinte, de aproximação com a audiência:

"[...] **pra** quem é cristão, o homem, sua costela, veio uma mulher, [...]".

**"Nesse dia**, que **pra** mim não é diferente dos demais, [...]".

No primeiro trecho, há intertextualidade com a passagem bíblica de Gênesis 2, que narra a criação de Eva, a primeira mulher, a partir de uma das costelas de Adão. No segundo trecho, a expressão "Nesse dia", que substitui a norma padrão "Neste dia", é outra marca de oralidade que proporciona aproximação da audiência. O emprego dessa expressão temporal ainda aproxima um acontecimento pertencente e narrado na contemporaneidade, servindo ao propósito de presentificar um fato histórico.

Analisemos outro trecho:

"Nós vivemos momentos de inflexão no Brasil; **a própria eleição minha** diz isso, [...]".

A ordem inversa do pronome possessivo na construção "a própria eleição minha", ao invés de "minha própria eleição", enfatiza a primeira pessoa do discurso e pode proporcionar dois efeitos de sentido distintos: um deles é o efeito de aproximação da audiência; o outro é que a ênfase na primeira pessoa evidencia o enaltecimento do "eu", possibilitando a interpretação de que se almeja enaltecer uma conquista alcançada por méritos próprios.

Sobre a classe morfológica dos artigos, Oliveira (2014) menciona que "A presença (ou ausência) do artigo é determinada pela situação discursiva, pela intencionalidade do enunciador, isto é, a forma como ele deseja transmitir o conteúdo de seu texto" (OLIVEIRA, 2014, p. 191). Nesta análise, o artigo definido, além de ser prototipicamente empregado, também indica marcas de oralidade e, portanto, traz tom de informalidade aos trechos em que é empregado:

"[...] mas sou apaixonado apenas por três mulheres: **a** dona Olinda, minha mãe, com 91 anos; **a** minha filha Laura, com 8 anos; [...]".

"Nós vivemos momentos de inflexão no Brasil; **a** própria eleição minha diz isso, [...]".

Em momentos distintos do pronunciamento, fica evidente a formação cristã que interpela os posicionamentos assumidos pelo presidente, como quando menciona o trecho bíblico sobre a criação da mulher a partir da costela do homem, relatado no livro de Gênesis, enfatizando, assim, seu assujeitamento à concepção Criacionista, em detrimento da Evolucionista. Bolsonaro também se refere ao livro de

Provérbios – capítulo 14, versículo 1 –, a fim de explicitar sua crença a respeito da importância da sabedoria feminina dentro da família, mencionando que

"Está na Bíblia, também, que a mulher sábia edifica o lar".

A seleção lexical, expressa por meio dos adjetivos “cristão” e “sagrado”, do substantivo “fé”, e das locuções “pela graça de Deus” e “graças a Deus” reforçam essa formação ideológica. Nesse âmbito, um aspecto relevante é a idealização da mulher a partir do padrão bíblico, segundo o qual ela foi criada para auxiliar o homem: posicionamento impopular, considerado machista e ultrapassado por segmentos da sociedade contemporânea, a qual incentiva a mulher a buscar independência e empoderamento em suas relações sociais. Além disso, é possível perceber o uso do argumento de valorização do papel da esposa como mais um recurso argumentativo que visa a desconstruir o *ethos* de machista projetado por Bolsonaro, conforme podemos ver neste trecho:

"Não existe um homem que possa fazer uma política séria, se **não tiver, não ao seu lado, mas junto de si**, uma mulher com os mesmos princípios."

A expressão “não ao seu lado, mas junto de si” transmite uma carga semântica que, dependendo da formação ideológica que interpela o ouvinte, pode produzir efeitos de sentido divergentes: um deles é a interpretação de que a sintonia de pensamentos deve ser total entre marido e esposa, se o que se busca é uma vida política séria. O posicionamento assumido pela primeira-dama, à parte de seu engajamento social, revela compreensão da força de disseminação desses princípios, já que, em eventos públicos, ela se apresenta sorridente, acessível e adequada, no sentido de demonstrar saber e aceitar o papel que lhe é atribuído. Por outro lado, do emprego da expressão “não ao seu lado, mas junto de si” pode, também, emanar o efeito de sentido de que a mulher deve ser dominada por uma autoridade masculina, que, neste caso, é representada pelo marido. Esse posicionamento é comum em condições de produção nas quais prevalece o discurso religioso fundamentalista, conforme abordado na fundamentação teórica deste trabalho. Nesse âmbito, o posicionamento discreto assumido pela primeira-dama em eventos públicos, ao invés de indicar afinidade de pensamentos, significaria, na verdade, anulação.

É razoável afirmar que a busca em demonstrar o valor da esposa enquanto auxiliadora visa a favorecer a projeção do *ethos* de Bolsonaro como homem

que valoriza o sexo oposto, mas a formação ideológica do ouvinte será determinante para endossar ou refutar esse argumento, interpretando-o, neste caso, como uma desvalorização resultante da submissão.

Essa preocupação em dar voz à esposa já havia ocorrido, na primeira manifestação pública de Bolsonaro como presidente eleito, quando ofereceu a ela a opção de se pronunciar e, no dia da posse, quando a primeira-dama discursou primeiro, na Língua Brasileira de Sinais. Maingueneau (2020) considera que ações dessa natureza não podem ser consideradas aleatórias, uma vez que, “ao tomar a palavra, o que um locutor faz [...] é pôr em risco sua imagem e tentar orientar, mais ou menos conscientemente e em um sentido que lhe seja favorável, a interpretação e a avaliação dos signos que envia ao destinatário” (MAINGUENEAU, 2020, p. 9). Sendo assim, se o ouvinte participa dos posicionamentos assumidos pelo presidente, será razoável afirmar que os argumentos empregados foram bem-sucedidos na interpelação dos efeitos de sentido apreendidos do discurso. Se, no entanto, os posicionamentos do ouvinte forem divergentes, é mais provável que quaisquer argumentos atuem como evidências de que a imagem projetada deve continuar sendo questionada.

O numeral, lugar retórico de quantidade, foi um recurso pouco explorado no discurso, tendo sido utilizado em apenas dois momentos: na menção à diferença de um dia no mês entre a data de aniversário de Bolsonaro e da esposa, e na menção de que, pela primeira vez, havia equilíbrio no número de ministros e ministras - vinte homens e duas mulheres - em um total de vinte e dois ministérios. Segundo esse argumento, o equilíbrio estaria no fato de que cada uma das duas ministras equivale a dez homens. Essa fala, que causou reação por parte da audiência, inicialmente, pode transparecer certa carga de ironia. No entanto, a conclusão do argumento denota, mais uma vez, o enaltecimento dos valores femininos como estratégia argumentativa:

“A garra dessas duas transmite energia para os demais”.

À luz da Linguística Textual, essa consideração estabelece intertextualidade implícita com a reação da opinião pública a um discurso do então presidente Michel Temer, realizado em 2017, também em virtude da celebração do Dia Internacional da Mulher. Nessa perspectiva, percebe-se que o enunciador almeja criticar, de forma velada, o episódio envolvendo Temer. O receptor da mensagem,

entretanto, só consegue estabelecer um diálogo entre os fatos, se tiver conhecimento do evento de 2017.

Sob a perspectiva da Análise de Discurso, o conceito de interdiscursividade também pode ser evocado, neste ponto, em virtude da repercussão do discurso de Temer, uma vez que os sentidos que emanam de seu pronunciamento têm efeito sobre os sentidos que emanam do discurso de Bolsonaro. Por isso, serão retomadas, aqui, as condições de produção já citadas na fundamentação teórica deste trabalho: em 2017, o ex-presidente foi criticado pela imprensa, nacional e internacional, por realizar um discurso considerado machista, ao celebrar o Dia Internacional da Mulher. No exterior, entre outros órgãos de imprensa, o jornal britânico *The Telegraph*, sob a assinatura de James Rothwell, criticou o fato de Temer ter assumido o governo com 28 ministérios, compostos unicamente por ministros, dos quais dois foram substituídos por mulheres apenas após protestos.

A interdiscursividade estabelecida entre o discurso dos dois presidentes explicita a importância das condições de produção na construção do sentido, que vão além da seleção lexical empregada em cada discurso: temos dois locutores, ocupando o mesmo cargo (presidente da República), no mesmo ato comemorativo (celebração do Dia Internacional da Mulher), duas situações semelhantes (ministérios com apenas duas mulheres), mas reações públicas distintas, resultantes de efeitos de sentido originados a partir de posicionamentos anteriores: Temer, embora reeleito como vice-presidente de Dilma Rousseff em 2014, articulou o rompimento entre seu partido (PMDB) e o dela (PT), em março de 2016. Em maio do mesmo ano, ao assumir a presidência, transformou-se em *persona non grata* para parte da opinião pública, em especial, para os defensores de sua ex-aliada, os quais o chamaram de golpista. Bolsonaro, por sua vez, foi chamado de homofóbico, misógino e racista, devido a atitudes e declarações polêmicas realizadas ao longo de sua trajetória política; no entanto, foi bem-sucedido na busca de projetar um *ethos* de salvador da pátria, modelo de homem honesto, incorruptível, diferente do político tradicional. Essa imagem, bem recebida por uma parcela do eleitorado dita religiosa, conservadora ou descontente com a crise moral que se instalara no país, foi determinante para sua eleição e elevou-o ao posto de “mito”, como foi apelidado durante a campanha presidencial.

A trajetória, à época, ascendente de Bolsonaro, que contrasta com a trajetória descendente de Temer, na ocasião de seus respectivos discursos

comemorativos, representa como o momento sócio-histórico favoreceu aquele e desfavoreceu este, ainda que em situações semelhantes. As condições de produção, portanto, foram imprescindíveis para que, no discurso de Bolsonaro, a opinião pública não desse grande importância à declaração de que havia equilíbrio em um governo de vinte e dois ministérios, que contava com apenas duas ministras.

O momento sócio-histórico também explica a diferença de posicionamentos assumidos nas falas de Michelle Bolsonaro e Marcela Temer, no início do pronunciamento de seus respectivos maridos. Marcela carregava a projeção de um *ethos* de mulher fútil, superficial e alienada, construído com a ajuda da influência da mídia, e, para substituí-lo pelo *ethos* de mulher forte e decidida, fez uso da palavra para clamar pelo respeito às escolhas femininas. Michelle demonstrou aceitar o papel de auxiliadora adequada junto ao marido, revelando concordância com os posicionamentos assumidos por Bolsonaro na atribuição do papel feminino e projetando, dessa forma, o *ethos* de mulher submissa, cuja maior influência se encontra na doçura de seus atos.

Diante da análise apresentada nesta seção, é possível perceber que o discurso foi elaborado de modo a desconstruir o *ethos* de misógino e machista que Bolsonaro construiu ao longo de sua vida pública, substituindo-o pela imagem do presidente que se importa com a mulher brasileira e vai trabalhar para que ela tenha mais voz na sociedade. Entretanto, o êxito ou fracasso desse argumento está sujeito à formação ideológica que interpela o ouvinte, sendo determinante para os efeitos de sentidos apreendidos do discurso. Dessa forma, os argumentos disseminados na fala do presidente, aliados à postura discreta e silenciosa da primeira-dama, podem produzir efeitos de sentido que remetam a autoritarismo, anulação e controle. Por outro lado, a formação cristã que permeia os posicionamentos assumidos no pronunciamento também pode contribuir com o efeito de sentido de que o papel fundamental da mulher é auxiliar o homem e edificar o lar. Neste caso, a postura da primeira-dama Michelle Bolsonaro, que demonstra aceitar o papel de auxiliadora adequada junto ao marido, ajuda a reforçar essa interpretação.

Nesse âmbito, a seleção lexical, em especial o emprego de palavras de classes abertas, como substantivos, adjetivos, advérbios e verbos, é a ferramenta que materializa os posicionamentos oriundos dessa ideologia. As palavras foram empregadas com sentido valorativo, servindo ao propósito de enaltecer o papel da mulher como auxiliadora, tanto na sociedade quanto na família.

O diálogo estabelecido entre o discurso de Bolsonaro, em 2019, e o de Michel Temer, em 2017, bem como a participação de suas respectivas esposas na abertura de seus pronunciamentos explicita como o momento sócio-histórico pode interferir nos efeitos de sentido, mesmo que os dois presidentes se encontrassem em condições de produção aparentemente semelhantes.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises do discurso comemorativo do Dia Internacional da Mulher dos quatro presidentes da República – Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro – revelaram que, em relação à projeção do *ethos*, Lula apresentou-se como representante do povo alinhado às causas feministas, conhecedor das agruras e necessidades da mulher brasileira contemporânea. Seu repertório contou com palavras simples e de fácil compreensão, o que favoreceu a aproximação com sua audiência. Os aspectos ideológicos do discurso se revelaram por meio da seleção lexical, que buscou atribuir sentido valorativo ao papel social da mulher. Em determinados momentos de seu pronunciamento, foi possível inferir que o coletivo se sobrepõe ao individual, um efeito de sentido proveniente do assujeitamento do discurso à formação ideológica do partido de Lula, o PT (Partido dos Trabalhadores), alinhado ao socialismo de esquerda. Os numerais, palavras de classe aberta, foram destaque na seleção lexical, tendo sido usados como recurso de autoridade, a fim de validar os argumentos apresentados.

Dilma Rousseff projetou o *ethos* de uma mulher em busca de identidade própria para o início de seu governo, embora consciente da influência da figura de Lula, seu padrinho político, na projeção de sua imagem. Seu pronunciamento priorizou um repertório de fácil compreensão para o público ouvinte, os habitantes de Irecê, pequeno município no interior da Bahia. Assim como no discurso de Lula, as palavras proporcionaram aproximação e afetividade com o público ouvinte, estabelecendo o pronunciamento sobre dois atributos valorativos da mulher brasileira: carinho e coragem. O fato de Dilma ter se tornado a primeira mulher na história brasileira a ser eleita presidente da República não foi um aspecto enfatizado no discurso, porém é possível perceber a ênfase na distinção de gêneros das palavras, se elas servissem ao propósito de enfatizar argumentos ao longo do pronunciamento. O destaque no discurso de Dilma foi a alternância entre assuntos de interesse da população em geral em contraste com assuntos relacionados ao universo feminino, o que revelou um teor de *marketing* político ao longo do discurso, servindo ao propósito de divulgar obras assistenciais realizadas pelo PT ao longo do governo Lula.

Michel Temer buscou projetar o *ethos* do homem público que valoriza a mulher e que, por isso, quando teve oportunidades, usou da influência política dos cargos que ocupava para demonstrar essa valorização. O repertório empregado no

pronunciamento priorizou a modalização, por meio do uso de adjetivos e advérbios e, em determinados momentos, atuou como ferramenta de exclusão. Também foi possível perceber dois posicionamentos distintos se alternando nos argumentos que permearam o discurso: por um lado, a visão política, que sustentou a projeção do *ethos* de Temer. Por outro lado, a formação pessoal, que influenciou e se sobrepôs à formação política, ao parecer reduzir o valor social feminino, unicamente, à administração do lar, o que favoreceu o efeito de sentido de que, em se tratando de questões relacionadas à mulher, o que prevalece é um posicionamento patriarcal e machista. Dessa forma, a fala da primeira-dama Marcela Temer, que antecedeu a do marido e buscou projetar o *ethos* de mulher forte e decidida, revelou-se um argumento ineficaz na busca da valorização do papel social feminino.

Jair Bolsonaro, em seu pronunciamento, buscou desconstruir o *ethos* de misógino e machista, projetado ao longo de sua trajetória política, e substituí-lo pela imagem do presidente que valoriza a mulher brasileira e vai buscar atribuir-lhe mais voz na sociedade durante seu mandato. Porém, o sucesso ou fracasso desse argumento é condicionado pela formação ideológica que interpela a audiência e determina os efeitos de sentidos que emanam do discurso. Sendo assim, os argumentos disseminados na fala do presidente, combinados à postura assumida pela primeira-dama, podem contribuir para uma interpretação que remeta a autoritarismo, anulação e controle. Por outro, é possível perceber que a formação cristã que interpela a formação pessoal de Bolsonaro contribui para o efeito de sentido de que o papel fundamental da mulher é auxiliar o homem e edificar o lar. Nesse sentido, a postura assumida pela primeira-dama Michelle Bolsonaro, que se pronunciou antes do marido, endossa esse efeito de sentido. O repertório priorizado no discurso buscou atribuir sentido valorativo e enaltecer o papel da mulher como auxiliadora, tanto na sociedade quanto na família.

A discussão proporcionada pelas análises realizadas neste trabalho revela que, apesar da busca em atribuir sentido valorativo ao papel social da mulher, o *ethos* projetado por cada um dos presidentes mencionados foi interpelado pela formação discursiva a que foram expostos, seja ela de natureza política ou pessoal. Palumbo (2014) justifica que essas interpelações “criam olhares diversos sobre situações do mundo, isto é, são práticas que moldam a realidade empírica e, ao mesmo tempo, são moldadas por ela” (PALUMBO, 2014, p. 57).

A seleção lexical priorizada em cada pronunciamento – especialmente os numerais, adjetivos e advérbios – foi a ferramenta que revelou os posicionamentos assumidos por cada locutor. Palumbo (2014) postula que

[...] nas práticas políticas (macro), circulam discursos estabilizados relativamente. Existem debates, entrevistas, pronunciamentos, entre outros, nos quais normas e interesses compartilhados inscrevem-se e são evidenciados por meio de seleções linguísticas diversas organizadas nos discursos (PALUMBO, 2014, p. 57).

Além disso, sobre os efeitos de sentido que podem ser apreendidos, é necessário considerar que

a produção de sentidos vai além da identificação de informações, ela se caracteriza por ser uma ação dinâmica, em que coprodutores inserem-se em práticas sociais diversas, envolvidos por fatores cognitivos, culturais e históricos (PALUMBO, 2014, p. 39).

Sendo assim, é possível afirmar que as condições de produção em que cada um dos discursos estava inscrito quando foi realizado foram fundamentais para a produção dos efeitos de sentido apreendidos nas análises. Conforme mencionado na introdução deste trabalho, feminismo, empoderamento, feminicídio e misoginia são alguns dos termos atrelados quando nos referimos à mulher contemporânea. Tal fato interpela não apenas o locutor do discurso, mas a audiência a que ele é direcionado. Por isso, é necessário considerar que, no processo de projeção do *ethos*, cada locutor buscou atender às expectativas de um público que, diariamente, está exposto às ideologias que defendem que a mulher contemporânea seja empoderada e independente. Neste ponto, podemos retomar o conceito das dimensões de poder proposto por Van Dijk (2018), o qual explicita que a terceira dimensão trata das relações de poder entre grupos de pessoas, o que pode causar segmentação ideológica e social. Sendo assim, se a formação ideológica que interpela o ouvinte for similar à formação ideológica do locutor, é natural que aquele endosse os argumentos empregados dentro do discurso. Se, porém, as formações ideológicas forem divergentes, a tendência é que o ouvinte refute os argumentos apresentados pelo locutor. No universo desta pesquisa, dois exemplos corroboram esse argumento: por um lado, a aceitação popular do discurso de Lula, o qual defendeu que a liberdade do homem está atrelada à liberdade da mulher, um posicionamento alinhado com as vozes que permeiam os discursos a respeito do valor social feminino. Por outro lado, é razoável interpretar que um possível motivo para o pronunciamento de Michel Temer

ter caído em descrédito perante a opinião pública tenha sido a defesa da posição da mulher como administradora do lar, um posicionamento que não coaduna com o que se espera da mulher contemporânea, a qual é incentivada a ser independente, no âmbito financeiro, profissional, emocional, amoroso e em qualquer outro aspecto que englobe sua vida.

Por fim, não se pode ignorar que os efeitos de sentido apreendidos nas análises realizadas nesta pesquisa também estão sujeitos à formação ideológica da pesquisadora, portanto, outro analista, interpelado por uma formação ideológica distinta, poderia apreender efeitos de sentido diversos dos que foram apresentados aqui.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Itamar. **Eleições presidenciais de 2002**: partidos, elites e a perspectiva de mudança. 2006. 360 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88450/228905.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 14 de ago. de 2020.
- AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. *In*: AMOSSY, Ruth (org). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo, Contexto: 2005. p. 9-28.
- AMOSSY, Ruth. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. *In*: AMOSSY, Ruth (org). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo, Contexto: 2005. p. 119-144.
- ANTUNES, Irandé. **Análise de textos**: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- ANTUNES, Irandé. **O território das palavras**: estudo do léxico em sala de aula. São Paulo, Parábola Editorial, 2012.
- Atlas das Eleições Presidenciais no Brasil**. S.l. Disponível em <https://sites.google.com/site/atlaseleicoespresidenciais/2002>. Acesso em 11 de dez. de 2020.
- BARBOSA, Erivaldo Moreira; MACHADO, Charliton José dos Santos. Gênese do direito do voto feminino no Brasil: uma análise jurídica, política e educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.45, p. 89-100, mar/2012. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640138/7697>. Acesso em 18 de fev. de 2021.
- Bíblia Sagrada**. Versão Almeida Revista e Atualizada. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2001.
- Bolsonaro em 25 frases polêmicas. **Carta Capital**. 29/10/2018. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em 10 de jul. de 2021.
- Bolsonaro tem 15 dias para indenizar Maria do Rosário por danos morais. **Gazeta do Povo**. 23/05/2019. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/justica/bolsonaro-indenizar-maria-do-rosario/>. Acesso em 24 de out. de 2021.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 6.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- BRASIL, Luciana Leão. Michel Pêcheux e a teoria da Análise de Discurso:

desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. **Revista Linguagem – Estudos e Pesquisas**, Catalão, vol. 15, n. 01, p. 171-182, jan/jul 2011.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Sistema de Indicadores de Percepção Social: tolerância social à violência contra as mulheres**. Brasília: Ipea, 2014. 39 páginas.

BUENO, Samira. A Índia é aqui. *In: Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Ano 9: p. 116. 2015.

CAMACHO, Roberto Gomes; DALL'AGLIO-HATTNER, Marize Mattos; GONÇALVES, Sebastião Carlos. O substantivo. *In: ILARI, Rodolfo (org.). Gramática do português culto falado no Brasil – volume III: palavras de classe aberta*. São Paulo: Contexto, 2014.

CARNEIRO, Adriana Jacob. A cobertura midiática do Dia Internacional da Mulher: fatos e controvérsias. *In: VI ENECULT – Encontros de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, 2010, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: Facom-UFBa, 2010. p. 1-9. Disponível em <http://www.cult.ufba.br/wordpress/24423.pdf>. Acesso em 11 de fev. de 2021.

CARVALHO, Fabiana Castro. **Interdiscurso, cenas de enunciação e ethos discursivo em canções de Aaulfo Alves**. 2010. 127 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2018.

Conheça o legado do PT que transformou o Nordeste. **Partido dos Trabalhadores**. 17/08/2017. Disponível em <https://pt.org.br/conheca-o-legado-do-pt-que-transformou-o-nordeste/#>. Acesso em 24 de out. de 2021.

COSTA, Julia Lourenço; BARONAS, Roberto Leiser. Entre *Bolsonaro* e *Macron*: notas sobre argumentação digital feminista. *In: OLIVEIRA, Esther Gomes de (org.) et al. Discurso e argumentação: tecendo os efeitos de sentido*. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 43-66.

DANTAS, Danielle Paiva. Presidente/Presidenta: uma abordagem discursiva da variação linguística. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, ano 23, n° 69. p. 1314-1338, set./dez.2017. Disponível em <http://www.filologia.org.br/rph/ANO23/69supl/0105.pdf>. Acesso em 03 de maio de 2021.

DASCAL, Marcelo. O ethos na argumentação: uma abordagem pragma-retórica. *In: AMOSSY, Ruth. (org). Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo, Contexto: 2005. p. 57-68.

De que lado está VEJA? **VEJA**. Edição 2466. 20/02/2016. Disponível em <https://veja.abril.com.br/brasil/de-que-lado-esta-veja/>. Acesso em 19 de out. de 2020.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de início do Mês da Mulher: Trabalho e Cidadania. **Biblioteca da Presidência da República**. 01/03/2011. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-inicio-do-mes-da-mulher-trabalho-e-cidadania>. Acesso em 13 de abr. de 2021.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. **Biblioteca da Presidência da República**. 12/03/2003. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/12-03-2003-discurso-do-pr-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-em-comemoracao-ao-dia-internacional-da-mulher.pdf/view>. Acesso em 26 de nov. de 2020.

Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Cerimônia de Comemoração pelo Dia Internacional da Mulher. **Biblioteca da Presidência da República**. 08/03/2017. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discorso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-comemoracao-pelo-dia-internacional-da-mulher-brasilia-df>. Acesso em 14 de maio de 2021.

DJIK, Teun A. van. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

EGGS, Ekkehard. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. *In*: AMOSSY, Ruth. (org). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo, Contexto: 2005. p. 29-56.

FÁVERO, Leonor Lopes. Linguística Textual – histórias e tendências. *In*: AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de; GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto (Orgs.). **Estudos do discurso**: caminhos e tendências. São Paulo: Editora Paulistana, 2016. p. 54-63.

FHC e Ruth. **Fundação Fernando Henrique Cardoso**. Disponível em <https://fundacaofhc.org.br/ruth-e-fhc/fernando-henrique-cardoso>. Acesso em 12 de ago. de 2020.

GARCIA, Dantielli Assumpção. Feminismos e mulheres: na rede, sentidos em confronto. *In*: OLIVEIRA, Esther Gomes de (org.) *et al.* **Discurso e argumentação**: tecendo os efeitos de sentido. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 139-157.

GARCIA, Tirza Myga. A análise do discurso francesa: uma introdução nada irônica. **Revista Working Papers em Linguística**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 121-140, 2003. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/6171>. Acesso em 01 de ago de 2021.

**Grande Dicionário Houaiss**. S.I. Disponível em [https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol\\_www/v5-4/html/index.php#0](https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#0). Acesso em 28 de mar. de 2021.

GODINHO, Tatau. O PT e o feminismo. *In*: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau Godinho (org.). **Mulher e política**: Gênero e feminismo no Partido

dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 15-32.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Irecê. c2017. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/irece/panorama>. Acesso em 16 de abr. de 2021.

Jair Bolsonaro. **Câmara dos Deputados**. Disponível em <https://www.camara.leg.br/deputados/74847/biografia>>. Acesso em 10 de jul. de 2021.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1987.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LEAL, Tatiane; BAKKER, Bruna. A mulher bioquímica: invenções do feminino a partir de discursos sobre a pílula anticoncepcional. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**. v. 11 n. 3. 2017. Disponível em <https://homologacao-reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1303>. Acesso em: 26 de fev. de 2021.

LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. **VEJA**. 18/04/2016. Disponível em <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Acesso em 15 de ago. de 2020.

LOPES, Monalisa Soares. “Presidenta da República, mulher e cidadã”: uma análise de identidade de gênero nos discursos de Dilma Rousseff (2011-2013). **Revista Diálogos Acadêmicos**, Fortaleza, v. 4, n. 1, p. 11-19, jan./jun. 2015. Disponível em <http://revista.fametro.com.br/index.php/RDA/article/view/68/87>. Acesso em 30 de abr. de 2021.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. *In*: AMOSSY, Ruth. (org). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 69-92.

MAINGUENEAU, Dominique. **Variações sobre o ethos**. São Paulo: Parábola, 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. A visibilidade visível: a Rede Globo descobre a política em 2002. **Revista Dados**. Rio de Janeiro: v. 46, n. 2, pág. 289-310, 2003. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582003000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 11 de ago. de 2020.

MORAES, Magna Maricelle Fernandes. Humor, machismo e linguagem: a interdiscursividade entre o lúdico e o autoritário em piadas machistas. *In*: COSTA, Nelson Barros da (org). **Práticas discursivas: exercícios analíticos**. Campinas: Pontes, 2005. p. 115-126.

NIGRI, Alexandre. Bolsonaro? Como é possível? **Gazeta do Povo**. 20/08/2018. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaao/artigos/bolsonarocomo-e-possivel-9qukk1qujbgcuhyhtr47w8l82/>>. Acesso em 15 de out. de 2019.

OLIVEIRA, Ana Larissa Adorno Marciotto; CARNEIRO, Marisa Mendonça. #Elesim,



#Elenão, #Elasim, #Elanão: O Twitter e as hashtags de amor e de ódio na campanha presidencial brasileira de 2018. **Ling. (dis)curso**, Tubarão, v. 20, n. 1, p. 33-49, 2020. Disponível em

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-76322020000100033&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322020000100033&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 15 de out. de 2020.

OLIVEIRA, Esther Gomes de. Aspectos ideológicos-argumentativos em um conto de Judith Grossmann. *In*: OLIVEIRA, Esther Gomes de; SILVA, Suzete. (Org.)

**Semântica e Estilística**: dimensões atuais do significado e do estilo. Homenagem a Nilce Sant'Anna Martins. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. São Paulo: Pontes Editores, 2001.

OTTO, Clarícia. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 238-241, Aug. 2004. Disponível em

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2004000200015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200015&lng=en&nrm=iso). Acesso em 20 de jan. de 2021.

PALACIOS, Roseane Alves. **Presidenta, mulher sapiens e outras coisa mais**: os discursos de preconceito de gênero nas publicações da mídia e sua relação com a construção da imagem da presidente Dilma Rousseff. Santana do Livramento, 2017. 27 p. Monografia (Especialização em Gestão Pública). Universidade Federal do Pampa. Disponível em <http://dspace.unipampa.edu.br:8080/jspui/handle/rii/1761>. Acesso em 03 de maio de 2021.

PALUMBO, Renata. **Referenciação, metáfora e argumentação no discurso presidencial**. São Paulo: FFLCH/USP, 2014.

PASSARINHO, Nathalia; CALGARO, Fernanda. Por aclamação, PMDB oficializa rompimento com governo Dilma. **G1**. 29/03/2016. Disponível em

<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/por-aclamacao-pmdb-oficializa-rompimento-com-governo-dilma.html>>. Acesso em 25 de jan. de 2020.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Eleição 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 89, p. 6-15, Mar. 2011.

Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002011000100001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100001&lng=en&nrm=iso). Acesso em 28 de mar. de 2021.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, V. 18, nº 36: p. 15-23, jun. 2010. Disponível em

<<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em 13 de out. de 2016.

PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. Legados de Michel Pêcheux e paradoxos da análise do discurso no Brasil. *In*: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (Org.) **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011. p. 7-38.

PMDB rompe com o Governo Dilma. **El País**. 30/03/2016. Disponível em

<[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/29/politica/1459271009\\_272077.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/29/politica/1459271009_272077.html)>. Acesso em 25 de jan. de 2020.

Primeira-dama da República defende respeito às escolhas das mulheres.

**Presidência da República:** Planalto. 08/03/2017. Disponível em <https://www2.planalto.gov.br/mandatomicheltemer/acompanhe-planalto/noticias/2017/03/primeira-dama-da-republica-defende-respeito-as-escolhas-das-mulheres>. Acesso em 09 de jul. de 2021.

POSSENTI, Sírio. Observações sobre interdiscurso. *In: CÍRCULO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO SUL – CELSUL*, n. 5, 2003, Curitiba. **Anais do do 5º Encontro do Celsul**. Curitiba: 2003, p. 140-148.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, Cecília de Castro; PÉREZ-NEBRA, Amalia Raquel. A mudança na imagem do presidente Lula nas campanhas eleitorais à Presidência da República. **Conexão - Comunicação e Cultura**. UCS. Caxias do Sul: v. 6, n. 12, jul./dez. 2007. Disponível em <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/viewFile/163/154>. Acesso em 14 de ago. de 2020.

ROTHWELL, James. Brazilian president Michel Temer attacked for praising housekeeping skills in International Women's Day speech. **The Telegraph**. 09/03/2017. Disponível em <<https://www.telegraph.co.uk/news/2017/03/09/brazilian-president-michel-temer-attacked-praising-housekeeping/>>. Acesso em 25 de jan. de 2020.

SILVA, Glauce Cerqueira Corrêa da; SANTOS, Luciana Mateus; TEIXEIRA, Luciane Alves; LUSTOSA, Maria Alice; COUTO, Silvio César Ribeiro; VICENTE, Therezinha Alves; PAGOTTO, Vânia Pereira Fagundes. A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 65-76, dez. 2005. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-08582005000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582005000200006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 11 de fev. de 2021.

SILVA, Sidnay Fernandes dos Santos. Memória Discursiva na Campanha Feminista #Elenão. *In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO*, 9, 2019, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: UFRGS, 2019. p. 1-4. Disponível em <[http://anaisdosead.com.br/9SEAD/POSTERES/P6\\_SidnayFernandesdosSantosSilva.pdf](http://anaisdosead.com.br/9SEAD/POSTERES/P6_SidnayFernandesdosSantosSilva.pdf)>. Acesso em 15 de out. de 2020.

SOUZA, Ana Beatriz S. Brandão de. Eleições de 2018 e a (Des)centralização Identitária do Sujeito Político Feminino no Facebook. *In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO*, 9, 2019, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: UFRGS, 2019. p. 1-4. Disponível em <[http://anaisdosead.com.br/9SEAD/POSTERES/P6\\_AnaBeatrizSBrandaodeSouza.pdf](http://anaisdosead.com.br/9SEAD/POSTERES/P6_AnaBeatrizSBrandaodeSouza.pdf)>. Acesso em 15 de out. de 2020.

TONIAZZO, Alessandra Bedin. A Eleição de 2002 em palavras: Estratégias discursivas de Lula. *In: VIII CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SUL*, 2007, Passo Fundo. **Anais eletrônicos...** Passo Fundo: UPF, 2007. p. 1-12. Disponível em

<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/resumos/R0047-1.pdf>. Acesso em 26 de nov. de 2020.

TREVISAN, Janine Bendorovicz. Evangélicos pentecostais na política partidária brasileira: de 1989 a 2010. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR), v. V, n.15, p. 1-15, jan/2013. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/anais4/st8/2.pdf>. Acesso em 26 de mar. de 2021.